



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**“CADA SENHORA DEZ DEDOS, CADA DEDO É UMA MEMÓRIA”: HISTÓRIAS E
MEMÓRIAS DE MULHERES MARABAIXEIRAS.**

Sabrina Natali Silva Bentes

201411290037

Macapá - AP

2019

SABRINA NATALI SILVA BENTES

“CADA SENHORA DEZ DEDOS, CADA DEDO É UMA MEMÓRIA”: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MULHERES MARABAIXEIRAS.

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada no curso de História pela Universidade Federal do Amapá, sob orientação da Msc. Karina Nymara Brito Ribeiro.

Macapá - AP

2019

SABRINA NATALI SILVA BENTES

“CADA SENHORA DEZ DEDOS, CADA DEDO É UMA MEMÓRIA”:
Histórias e Memórias de Mulheres Marabaixeiiras.

Relatório final, apresentado à Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciada em História.

Macapá, 30 de Agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Msc.Karina Nymara Brito Ribeiro
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)

Prof^a. Dr^a.Cecília Maria Chaves Brito Bastos
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Júlia Monnerat Barbosa
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Dedico este trabalho a todas as mulheres da Amazônia que carregam nos seus corações e memórias o batuque dos tambores.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada gostaria de enfatizar que esse trabalho é fruto de um longo processo de reflexão, muitas angústias, alegrias e afetos. Não nasceu de uma simples vontade de apenas entregar uma pesquisa pra conseguir um diploma, mas da plena e profunda admiração pelas mulheres da Amazônia, muitas destas que fazem parte da minha vida diariamente. Esse fruto é o início de um legado que pretendo construir enquanto historiadora.

Primeiramente gostaria de agradecer a Santíssima Trindade dos Inocentes e ao Divino Espírito Santo pela graça alcançada de concluir esta monografia. A fé vista através de homens e mulheres do Marabaixo, me fez ajoelhar diante de um altar e pedir a essas divindades que me acolhessem e permitissem que eu pudesse dar continuidade a essa pesquisa.

Agradeço a toda a sabedoria, força e ancestralidade de Tia Biló, Tia Zezé e Tia Zefa por me segurarem as mãos, me contarem sobre suas vidas, numa troca de profundo respeito e afeto.

À Danniel Ramos, Valdinete Costa e Elísia Congó, por me receberem, e permitirem que eu pudesse ouvir sua histórias. Vocês são o exemplo de valentia e superação. Carregam na barra da saia uma tradição, como canta aquele ladrão.

À minha orientadora Karina Nymara, para além de uma relação entre orientador e diletta, mas de amizade e respeito: obrigada por caminhar comigo ao longo desses anos, pela paciência, solicitude e ensinamentos. Os levarei comigo ao longo da minha trajetória.

À minha mãe, Heloisa, meu exemplo de doçura, firmeza, resiliência, por me apoiar incondicionalmente e me ajudar a tornar os meus reais, a você todo o meu amor. A meu pai, Jaime, por garantir minha força, por meio do alimento, pelo acalanto, pela parcimônia e ser meu exemplo de integridade.

À meus amigos, Evelyn, Queiton e Lucas pela infinidade de afeto trocada, pela parceria, companheirismo, lealdade e principalmente por me ouvirem e serem meus confidentes da vida e das lutas.

À meu companheiro de vida, amante, melhor amigo, parceiro de todas as horas, Valdir, pelo amor, pela cumplicidade e paciência, pelos conselhos, pelo aconchego e por deixar os dias dessa vida mais leves, a você o meu amor.

Gostaria de agradecer imensamente a Irislane de Moraes por plantar a sementinha que deu a vida a este projeto, mesmo longe, minha admiração e carinho por você enquanto mulher e amazônida são gigantes. Asé!

À essa rede de força e afeto que se construiu nas lutas e nas ruas, a vocês Marina, Irlan, Waleff, Karinny, Thales, Hugo, Tayra, José, Alice, Roger, César, obrigada por compartilharem comigo suas vivências e sua amizade que me fortaleceu em muitos momentos durante esse percurso.

Em especial, ao Allan Loureiro e Joh Libório, jovens e marabaixeiros que me ajudaram imensamente nestes caminhos. Vocês são o futuro dessa tradição, a vocês toda a minha admiração.

Não poderia deixar de lembrar que este trabalho foi regido por vozes que me encantaram e me inspiraram e deixaram a experiência ainda mais extasiante, são elas: Patrícia Bastos, Silmara Lobato, Luedji Luna e Gal Gosta.

Esse trabalho foi um travessia, mas como canta Luedji Luna: um sol da América do Sul me guia (Je suis ici).

BENTES, Sabrina Natali Silva. **“Cada senhora dez dedos, cada dedo é uma memória”:** **Histórias e Memórias de Mulheres Marabaixeras.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em História. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Amapá, 2019.

RESUMO

Nos eixos do Patrimônio Cultural, Memória e História das Mulheres, o presente trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a manifestação cultural religiosa do Marabaixo, realizada no estado do Amapá, tendo como recorte espacial a cidade de Macapá e especificamente os bairros do Laguinho e Favela (Santa Rita). Através das memórias e histórias de vida de mulheres busca-se descobrir as tramas que envolvem uma tradição que atravessa suas vida e a história da cidade de Macapá: o Marabaixo. Como se originou, os caminhos que percorreu, até chegar no seu processo de registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Toda esta trajetória será apresentada a partir das memórias e das histórias de mulheres que fazem parte dessa manifestação cultural.

Palavras-chave: Memória de Mulheres; Marabaixo; Patrimônio; Macapá.

BENTES, Sabrina Natali Silva. **“Cada senhora dez dedos, cada dedo é uma memória”: Histórias e Memórias de Mulheres Marabaixeras.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em História. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Amapá, 2019.

ABSTRACT

In the axes of Cultural Heritage, Memory and History of Women, this paper aims to present the results of a research on the religious cultural manifestation of Marabaixo, held in the state of Amapá, having as a spatial cut the city of Macapá and specifically the neighborhoods of Laginho and Favela (Santa Rita). Through the memories and life stories of women we seek to discover the plots that involve a tradition that runs through their lives and the history of the city of Macapá: the Marabaixo. As it originated, the paths it traveled until it reached its process of registration as Intangible Cultural Heritage of Brazil. All this trajectory will be presented from the memories and stories of women who are part of this cultural manifestation.

Keywords: Women's Memory; Marabaixo; Patrimony; Macapá.

LISTA DE FIGURAS

FOTO 1 - Imagem da Santíssima Trindade dos Inocentes, Ciclo do Marabaixo, 2018.....	9
FOTO 2 - Vista de uma das pontas da Fortaleza de São José de Macapá, início do século XX.	12
FOTO 3 - Vista frontal da Igreja de São José de Macapá, a esquerda a casa do Senado da Câmara, onde atualmente é a Biblioteca Pública Elcy Lacerda, início do século XX.....	13
FOTO 4 - Prédios públicos de Macapá, o mais imponente é o prédio da Intendência, ao fundo a Igreja de São José, início do século XX.....	15
FOTO 5 - Casas localizadas na chamada Rua da Praia, na frente da cidade, compreendiam as chamadas partes altas e possivelmente faziam parte da Vila de Santa Engrácia, hoje esse espaço corresponde a Casa do Artesão e o Macapá Hotel início do século XX.....	16
FOTO 6 - Vista da Av. Getúlio Vargas, 1945.....	19
FOTO 7 - Família da comunidade afrodescendente em frente a uma construção de madeira que aparenta ser uma Capela, Vila de São José de Macapá, século XX.....	22
FOTO 8 - Vista da Av. Feliciano Coelho, Macapá, 1960.....	25
FOTO 9 - Eu e Tia Zefa na varanda de sua casa, Junho de 2019.....	26
FOTO 10 - A “praia” a qual Tia Zefa se refere era a Doca da Fortaleza, início do século XX.	28
FOTO 11 - Vista do Mercado Central, com o Clipper Bar a sua frente, a partir da esplanada da Fortaleza de São José de Macapá, na década de 50 do século XX.....	30
FOTO 12 - O poço do mato, atualmente localiza-se na Av. Padre Manoel da Nóbrega no bairro do Laguinho, início do século XX.....	31
FOTO 13 - Tia Zezé, cantadeira e dançadeira de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo de 2018....	438
FOTO 14 - Avenida Presidente Vargas, perímetro compreendido entre as ruas Tiradentes e General Rondon, após a desterritorialização com casas construídas para os agentes do governo, década de 50 do século XX.....	39
FOTO 15 - Doca da Fortaleza, lugar onde Tia Zezé se refere que desemboca o Igarapé Grande, década de 1950 do século XX.....	41
FOTO 16 - Lavadeiras executando seu ofício na frente da cidade, a margem do Rio Amazonas, no início do século XX.....	45
FOTO 17 - Tia Biló de em frente a geração futura do Marabaixo, Ciclo do Marabaixo 2019.	48
FOTO 18 - Rua da Praia que Tia Biló se refere, início do século XX.....	49
FOTO 19 - Vista aérea da Fortaleza de São José de Macapá, onde é possível observar o crescimento da cidade na década de 1970.....	53

FOTO 20 - Julião Thomaz Ramos e sua esposa Januária Santíssima Ramos, década de 50....	54
FOTO 21 - Em frente a Igreja de São José, homens jogando a carioca ou capoeira, década de 1950 do século XX.....	55
FOTO 22 - Dançadeiras de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo 2019.....	57
FOTO 23 - Tia Zefa, Tia Zezé e Tia Biló, Ciclo do Marabaixo 2016.....	61
FOTO 24 - Danniela Ramos, dançadeira de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo 2019.....	68
FOTO 25 - Marabaixo da Murta na chega em frente ao Santuário Nossa Senhora de Fátima para benção do padre, Ciclo do Marabaixo 2018.....	70
FOTO 26 - Valdinete Costa a direita e Lorena Mendes, sua filha, a esquerda. Ciclo do Marabaixo, 2018.....	76
FOTO 27 - Dona Gertrudes Saturnino, avó de Valdinete Costa. Fonte: Arquivo pessoal de Maria Libório, 1970.....	78
FOTO 28 - Criança tocando a caixa guerreira, Ciclo do Marabaixo, 2018.....	79

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. “A BARRA DA TUA SAIA CARREGA UMA TRADIÇÃO (...)”.....	6
2.1 Os caminhos do Marabaixo pelas ruas de Macapá.....	6
2.2 “As casas que foram feitas foi só pra morar doutor”: os caminhos da retirada da população marabaixeira da frente da cidade de Macapá.....	14
3. “CADA SENHORA DEZ DEDOS, CADA DEDO É UMA MEMÓRIA”.....	23
3.1 Tia Zefa me conta algumas memórias nos campos do Laginho.....	25
3.2 Tia Zezé me conta algumas histórias em uma ladeira da Favela.....	37
3.3 Tia Biló me encanta alguns ladrões de Marabaixo.....	48
4. “EU NÃO SEI LER, NEM ESCREVER, NEM TAMBÉM TOCAR VIOLA, EU DESEJO APRENDER, Ó MENINA NA VOSSA ESCOLA”.....	62
4.1 As faces do Patrimônio Cultural: Imaterialidades.....	62
4.1 A tradição se perpetua: O Registro do Marabaixo como Patrimônio Cultural do Brasil..	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

1. INTRODUÇÃO

“Foi quem herdou a senzala
E a transformou
Como um ramo de flor.
Fez uma grande sala,
Pôs um altar
E Santo Expedito no andor.”
(Música: Banto; Compositor: Paulo
Bastos;
Intérprete: Patrícia Bastos)

Desde criança, presenciei diversas vezes um grupo de pessoas reunidas na frente da Igreja Católica de São José de Macapá dançando e cantando. Sempre que passava pelo centro da cidade com meus pais, mais precisamente na Rua São José, observava com muita curiosidade a pintura atrás do Teatro das Bacabeiras que retratava as mulheres lavadeiras que pareciam dançar com suas saias floridas. Esses foram meus primeiros contatos com essa manifestação cultural e na época eu ainda não compreendia que havia uma relação entre as mulheres da pintura e aquelas que dançavam na frente da Igreja.

Ao iniciar o curso de História na Universidade Federal do Amapá, no ano de 2014, a professora Irislane Moraes, no segundo semestre do curso, lecionou a disciplina “Patrimônio Histórico, Cultural e Natural”. Em uma de suas aulas, nos propôs realizarmos uma visita a exposição fotográfica “As Tias do Marabaixo”, de autoria do fotógrafo Flávio Gomes, realizada no Amapá Garden Shopping, que fica localizado em frente a Universidade.

As fotografias retratavam mulheres idosas, que em sua maioria estavam com uma indumentária colorida, saias rodadas e flores no cabelo, semelhantes as mulheres da pintura do teatro e da frente da Igreja. Os momentos capturados eram os momentos em que elas cantavam, dançavam e tocavam instrumentos. Observar a presença dessas mulheres na cidade de Macapá e como protagonistas desta exposição, me fez refletir sobre a importância que elas teriam nesta manifestação cultural.

Então, a partir do ano de 2016, comecei a frequentar, sem compromisso, os locais onde ocorriam os festejos do Marabaixo, e esta experiência culminou com o meu despertar para as pesquisas sobre Gênero e Histórias das Mulheres, e minha iniciação no movimento feminista local. Esse encontro de experiências me aproximou do desejo de querer realizar um estudo sobre a história dessas mulheres que faziam parte dessa manifestação cultural.

Durante o ano de 2017, comecei a fazer parte da equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP/UNIFAP) como bolsista¹ de Iniciação Científica. Na ocasião tive contato com uma literatura específica voltada para a pesquisa e estudo em patrimônio cultural, em particular, memória e festas populares. A partir disto, durante o trabalho de campo e estudo pude compreender como as pessoas que realizam a festa se organizam.

Os grupos de Marabaixo efetuam suas atividades nos Barracões, um espaço que é construído na frente das casas das ou dos chefes de família. Esses locais são erguidos com técnicas construtivas que utilizam, principalmente, a madeira e tijolo como base.

Atualmente, cada barracão corresponde a uma Associação Cultural que é uma entidade jurídica sem fins lucrativos que objetiva a realização dos festejos do Marabaixo e atividades conexas. Na cidade de Macapá existem 6 (que eu me lembre) barracões reconhecidos pelos nomes dos seus fundadores/fundadoras ou pela denominação da entidade jurídica.

A presente pesquisa centrou-se nos barracões da Tia Biló, Tia Gertrudes, Mestre Pavão e Dica Congó, localizados nos bairros do Laguinho e da Favela (Santa Rita), cuja associações culturais são, respectivamente: Associação Cultural Raimundo Ladislau (ACRL), Associação Cultural Berço do Marabaixo (ACBM), Associação Folclórica Marabaixo do Pavão (AFOMAPA) e Associação Cultural Raízes da Favela (ACRF).

Os festejos que são realizados nos barracões fazem parte do Ciclo do Marabaixo, que é um calendário festivo e religioso organizado pela comunidade marabaixeira de Macapá. O Ciclo do Marabaixo ocorre a partir do primeiro domingo de Páscoa até o dia de Corpus Christi quando encerra. Cada barracão organiza seu calendário durante o período vigente do Ciclo.

À caminho de definir as interlocutoras deste trabalho, durante o início da pesquisa de campo observei todas as mulheres que faziam parte desses barracões em suas diversas facetas: como dançadeiras, cantadeiras, anfitriãs, cozinheiras, servindo caldo, gengibirra, como se portavam, se arrumavam, suas roupas, maquiagem, acessórios, e pude perceber que cada uma delas possui um papel importante para que a festa funcione. Pude perceber a preponderância de algumas, como representantes ou responsáveis pelo barracão. Geralmente o anfitrião ou a anfitriã são responsáveis pelo barracão, mas nem sempre são os presidentes ou representantes das Associações a qual o barracão é vinculado.

Entre essas mulheres estavam as chamadas “Tias do Marabaixo”, aquelas mesmas mulheres que fizeram parte da exposição do fotógrafo Fabio Gomes. O modo como os demais

¹ Essas atividades estavam vinculadas ao trabalho desenvolvido como bolsista no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP/UNIFAP), sob a orientação da pesquisadora Karina Nymara com supervisão da Professora Cecilia Bastos, então diretora do CEPAP.

se portava diante dessas senhoras, chamou a minha atenção. Observei que durante o festejo, em cada barracão, é reservado um lugar para essas senhoras e todos os que passam por elas pedem sua benção. Isso porque são reconhecidas pela comunidade marabaixeira como “Tias”, denominação que também é utilizada nas religiões de Matriz Africana como o Candomblé para designar um posto de grande importância na hierarquia destes grupos.

Da mesma forma, essas mulheres marabaixas ocupam um posto de grande importância, guardam as memórias realizadas do grupo, da comunidade e da história desse povo marabaixeiro. Elas são as herdeiras mais próximas daqueles que foram os/as percussores dessa manifestação cultural que recebeu, em 2018, o título de Patrimônio cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Deste modo, pretendo contribuir para a história das mulheres do Amapá, na busca de compreender sua importância para a historiografia amapaense, a partir das memórias de dona Benedita Guilherma Ramos — mais conhecida como Tia Biló —, de dona Maria José Libório — conhecida como Tia Zezé — dona Josefa da Silva Ramos — conhecida como Tia Zefa, de Danniela da Silva Ramos e Valdinete Costa, interlocutoras deste trabalho que nasceram e cresceram no Marabaixo e cada uma a seu tempo e modo tecem as histórias sobre o Marabaixo.

Para isto, os procedimentos metodológicos se deram a partir de pesquisa bibliográfica dos autores que escrevem sobre os conceitos de patrimônio cultural, religiosidade na Amazônia brasileira, gênero e patrimônio, história oral, história das mulheres que norteiam essa monografia e a manifestação cultural do Marabaixo do Amapá.

Já a pesquisa documental foi realizada no Museu da Imagem e do Som do Amapá (MIS-AP), na Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Amapá (IPHAN-AP) e no site oficial do IPHAN. Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, na modalidade história de vida, registros fotográficos e observação participante nos barracões já citados a fim de observar como funcionam os festejos do Marabaixo.

Dito isto, o trabalho se organizará em três capítulos. O primeiro capítulo abordará sobre as sociabilidades e territorialidades da antiga Macapá com intuito de saber sobre as histórias dos caminhos do Marabaixo, no que diz respeito às suas origens e seus significados a partir das bibliografias daqueles que o observam e o fazem.

O segundo capítulo abordará sobre a vida dessas mulheres no sentido de saber a respeito de suas ancestralidades e suas descendências buscando compreender suas historicidades, reconstruindo suas trajetórias enquanto mulheres negras e amazônicas que têm suas vidas marcadas por uma tradição cultural: o Marabaixo.

O terceiro e último capítulo irá abordar, sobre as condições do Marabaixo, agora registrado como Patrimônio Imaterial do Brasil, a partir da narrativa de Danniela e Valdinete, interlocutoras que ocupam posições proeminente na comunidade marabaixeira de Macapá e que fizeram parte desse processo de patrimonialização e que nasceram e cresceram dentro dessa manifestação cultural possuindo também uma relação consanguínea, familiar com as interlocutoras do primeiro capítulo. Para além, algumas reflexões sobre a categoria da imaterialidade do Patrimônio Cultural serão realizadas.

Assim, este trabalho tem o intuito de trazer à tona histórias e memórias que até então não são relevantes para a hegemonia historiográfica ocidental. Acionadas pela voz de mulheres negras, marabaixas, da periferia da Amazônia, esta empreitada se torna um traço de resistência e subversão nas tramas de uma historiografia ainda marcadamente eurocêntrica, androcêntrica e colonizadora.

2. “A BARRA DA TUA SAIA CARREGA UMA TRADIÇÃO (...)”

“U primeiro me chegú
 cumo quem qué’ africar
 trouxe dois baita tambú
 lá de Mazagão dé lá
 donde tudo cumeçú
 ante’ dé nós começá
 me juru eterno amur
 sé punhú-sé a batucá”
 (Música: Ú amassu i u dubradú;
 Composição: Dante Ozzeti e Joãozinho
 Gomes; Intérprete: Patrícia Bastos.)

Antes de conhecer as trajetórias e as experiências das interlocutoras deste trabalho, reconhecidas pela comunidade marabaixeira como “Tias”, denominação que também é utilizada nas religiões de Matriz Africana para designar um posto de grande importância na hierarquia destes grupos, creio que é importante percorrer os caminhos e as histórias que circundam e movimentam a manifestação cultural do Marabaixo.

Quero também atentar aqui para a epígrafe deste primeiro capítulo, é o trecho de uma música popular amapaense de composição de Dante Ozzeti e Joãozinho Gomes, interpretada na voz de Patrícia Bastos que apresenta em sua estrutura a linguagem própria do amazônida, contando uma história de amor em uma roda de Marabaixo e Batuque, quando a moça conhece alguns pretendentes fazendo menção a lugares importantíssimos na história do Marabaixo e às suas raízes ancestrais.

Um modo de falar, de cantar, de dançar e de contar singular da Amazônia, das populações da beira do rio, que mostra como esse lugar ao mesmo tempo tão amplo é cheio de particularidades e construções culturais únicas, como a qual se abordará neste capítulo com mais detalhes e apoio da bibliografia daqueles que se propuseram a estudá-lo e ao longo desta monografia a partir das memórias das Tias.

2.1. Os caminhos do Marabaixo pelas ruas de Macapá

O intuito principal deste primeiro capítulo é realizar um percurso sobre as histórias do Marabaixo, manifestação cultural de matriz africana do Amapá. Citarei aqui as principais fontes as quais tive acesso, no sentido de uma breve apresentação a respeito do que já foi estudado até o momento sobre sua origem. Há várias versões para a origem dessa manifestação as quais são contadas pelos próprios realizadores que estão presentes em alguns municípios do Estado do Amapá, entre eles encontramos o município de Macapá, lócus desta pesquisa. Desse modo, há

diversos lugares, onde essas histórias e memórias sobre a origem do marabaixo podem ser contadas. Carregando consigo um arsenal de significados onde muitos ainda estão por desvendar-se, e outros ainda pairam sobre as hipóteses levantadas por alguns pesquisadores que se dedicaram a estudá-los.

Essa experiência singular praticada por essas comunidades — cerca de 14 grupos e 27 comunidades realizam o Marabaixo no estado do Amapá, de acordo como do Dossiê feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante o período de construção do inventário para registro do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial em 2014 — faz parte do chamado catolicismo popular. Segundo o historiador e antropólogo Raymundo Heraldo Maués,

O catolicismo popular (...), centra-se na crença e no culto dos santos (...) que mantém relações com o xamanismo nativo — a pajelança cabocla —, e que se originou de antigas práticas e crenças dos índios (...), que habitaram parte da região amazônica no período colonial, bem como de influências portuguesas e africanas. (MAUÉS, 2005, p. 259-260).

Muito comum nas populações amazônicas, o catolicismo popular traz em sua composição práticas advindas de grupos de matrizes africanas e indígenas. No caso do Marabaixo, é perceptível ao frequentar um lugar onde são realizados seus festejos muitos elementos de práticas afro-religiosas, como os movimentos de roda ou círculos, e mesmo os tambores e caixas, e ao mesmo tempo práticas do catolicismo ocidental como o culto a santos e ladainhas, o que explica a mescla entre suas práticas consideradas “profanas” como as rodas de Marabaixo, com práticas consideradas “sagradas” como o seguimento do calendário religioso católico (ELIADE, 2010).

É importante salientar que essa distinção entre sagrado e profano na composição das manifestações do catolicismo popular aconteceu a partir dos encontros culturais distintos e não se deram de forma pacífica, o contraste que vemos na forma de festejar dessas comunidades que mesclam essa diversidade é fruto de muitos conflitos.

Outro autor que precede os estudos de Maués, a respeito do catolicismo popular e a organização das festividades e do culto aos santos na Amazônia, é Eduardo Galvão, antropólogo, que a partir de uma etnografia traça um panorama de como se dá a vida religiosa de uma comunidade amazônica, a respeito:

A comunicação ou aproximação com o santo para dele se obter auxílio se faz sobretudo através das ladainhas e novenas, independente de tratar-se de orações na igreja ou capela, ou nos pequenos oratórios domésticos. (...) Ladainhas, mais

comumente sob a forma de novena, são em geral realizadas em pagamento de uma promessa. O indivíduo pede ao santo pela cura de uma doença que o aflige ou a alguém da família, por uma boa colheita, etc., prometendo-lhe uma novena (GALVÃO, 1976, p. 30).

Essa é uma das características mais fortes para a realização do Marabaixo, não somente o batucar noite adentro regado de muita gengibirra - bebida típica artesanal feita de cachaça e gengibre - e ladrões - versos cantados na rodas de Marabaixo criados a partir de situações cotidianas onde um cantor começa um verso e o outro complementa sua história no meio da cantiga “roubando” sua fala e continuando a cantoria e assim sucessivamente - , mas existe o lado religioso, o sagrado que pode ser considerado o motivo de se festejar, formado principalmente pelas promessas realizadas a esses santos. De acordo com o trabalho que realizei em campo, nos barracões, durante os anos de 2017 e 2018, no período do Ciclo do Marabaixo que é dedicado ao louvor da Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo, pude visualizar não só a festa em si, mas também as ladainhas.

Após os cortejos, na casa do festeiro, escolhido anualmente no Domingo do Senhor - último domingo do Marabaixo - ou nos barracões onde são realizadas os festejos (VIDEIRA, 2009), cerca de uma hora e meia é dedicada as novenas, rezadas em latim a maior parte do tempo, todos os participantes se reúnem em volta de um altar com a imagem de seu santo de devoção, enrolado por fitas coloridas, velas, outras imagens de santos, imagens de familiares já falecidos e todos rezam, onde primeiro alguém puxa a reza e depois é continuada em coro pelo restante das pessoas presentes. É um momento muito íntimo, familiar, e de uma energia muito profunda. Após a reza, o tambor é entoado e a festa continua até o amanhecer.



Imagem da Santíssima Trindade dos Inocentes, Ciclo do Marabaixo, 2018. Fonte: Autora (2018).

Ainda sobre como se dá o festejo do Marabaixo nas comunidades, seu Sebastião Menezes (2004), nascido no quilombo do Curiaú — comunidade remanescente de quilombo que fica a 8 km de Macapá — e escritor do *Jornal do Quilombo*, explica como funciona alguns dos rituais que são importantes dentro do ciclo de festividade aos santos. Segundo ele, é a partir do corte do Mastro feito nas matas do Curiaú que a festa se inicia:

O Marabaixo começa com a cortada do ou tirada do mastro, feito de uma árvore chamada pau do Espírito Santo, que está em extinção mesmo na comunidade. Ele é tão valioso que sua casca é medicinal, mas ao extraí-las a árvore fica danificada, sujeita a morte. O mastro é colocado no local onde vai ser realizado o Marabaixo (sede, casa ou barracão). Na tarde do festejo, uma multidão de todas as faixas etárias se dirige a uma mata para quebrar os galhos de murteiras, uma árvore que até bem pouco tempo era sagrada. As rameiras enfeitam o mastro. (...). Os tocadores de caixas em número de dois ou três são acompanhados pelos cantadores de ladrão, apropriados ao momento. (...). No salão, homens e mulheres, uns tocando, outros dançando vão rodopiando cantando ladrões longos ou curtos até o momento de uma pausa para apertar as caixas ou começar outro ladrão. E assim vão até o amanhecer (MENEZES, 2004, p. 35-36).

De acordo com Nunes Pereira (1951), antropólogo que passou por essas terras tucujus em meados dos anos 1940 pesquisando sobre festas e folias, o mesmo ao observar e se questionar sobre a origem dessa manifestação escreveu em seu livro *O Sahiré e o Marabaixo: tradições da Amazônia* (1951), sobre a possibilidade de que aquele festejo “ligar-se-á, por acaso

às longas e dramáticas travessias do Atlântico, ao léu das correntes marinhas e dos ventos alísios, para o regime de trabalho de escravo, ou como expressão portuguesa de abandono e desgraça?” (PEREIRA, 1951, p. 12).

Isso pode ser visto nas falas de dona Maria José Libório, mais conhecida como Tia Zezé (2009), marabaixeira em entrevista ao arquiteto e escritor Rostan Martins (2016) que escreveu um livro sobre a semiótica do Marabaixo e onde Tia Zezé afirma um dos possíveis significados do Marabaixo:

Não temos o ano em que surgiu o Marabaixo. Diziam que surgiu uma dança parecida com o Marabaixo que teria sido dançada nos navios negreiros. (...) Quanto ao nome de Marabaixo, o que me contaram foi que nos navios negreiros, quando morria uma pessoa, diziam: “Vamos jogar mar-abaixo”. E assim surgiu o nome Marabaixo. (Tia Zezé, 2009 apud. Martins, 2016, p. 40)

Vicente Salles e Marena Isdebski Salles (1969), em trabalho sobre o Carimbó, realizaram alguns paralelos sobre a origem das diversas manifestações e expressões culturais da Amazônia, e citam o próprio Nunes Pereira e Eduardo Galvão para analisar a diversidade da cultura amazônica. A respeito, os autores falam do batuque como aspecto geral da essência dessas manifestações, nesse sentido, dizem:

(...)a palavra batuque é de uso antigo na Amazônia: termo genérico, significando dança de negros ou qualquer dança de tambor - de caráter religioso ou não. Denominações particulares surgiram, em diferentes regiões, para designar dança de batuque: samba, talvez a mais generalizada, abrangendo vasta área, não se confundindo com o chamado samba moderno, oriundo da música popular urbana; lundum, retumbão, chorado, banguê, bambiá, gambá, carimbó, corimã, corimbó, curimbó. (...) O batuque como se sabe, é dança de origem africana. Há referências antigas, na crônica do Pará e Maranhão, que nos permitem assegurar ter sido implantada na região na era colonial da mesma forma como o foi nas demais províncias e regiões brasileiras. A denominação ainda é comum, em Belém, para indicar as danças dos cultos afro-brasileiros. Em Mazagão Velho, como informa Nunes Pereira, há o batuque de Nossa Senhora da Piedade. A tendência geral dessas danças, como já ocorreu com a multiplicidade de denominações, parece ser a fragmentação, a individualização, com a aquisição de elementos novos e a perda de outros (SALLES; SALLES, 1969, p. 278-279).

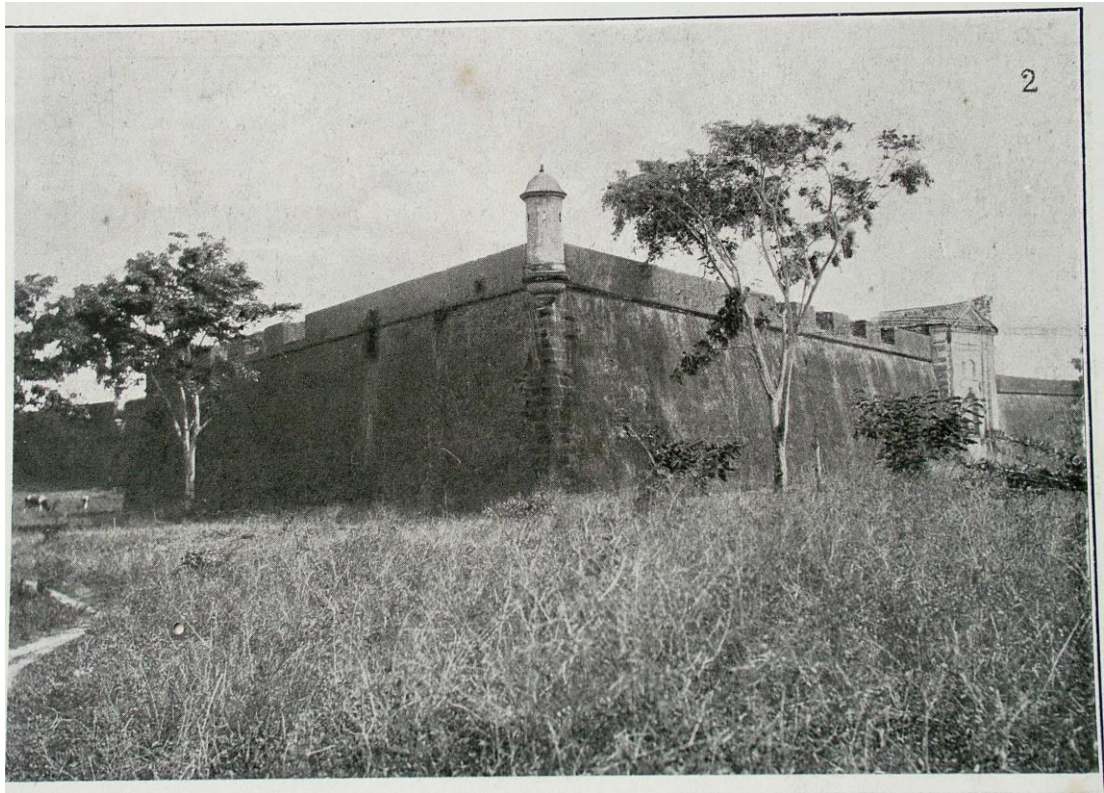
Ainda nessa sobre os significados do Marabaixo, temos o escritor e sociólogo Fernando Canto (1998), que traz uma outra faceta para o significado do Marabaixo. Segundo Canto (1998, p. 8), o “Marabaixo é provavelmente uma corruptela de marabuto ou marabut, do árabe morabit — sacerdote dos malês — negros de influência muçulmana que vieram para Mazagão-AP, servindo famílias açorianas originárias da África Ocidental”.

Em meio a uma celeuma de significados do termo Marabaixo e a sua procedência, ou seja, como se originou essa manifestação cultural também está imbricada de muitas hipóteses.

Para contextualizar, três lugares históricos precisam ser elucidados: a construção da Igreja de São José em 1761, a construção da Fortaleza de São José de Macapá em 1764 e a fundação da Vila de Mazagão Velho em 1769. Estes três lugares podem nos ajudar a refletir sobre como se constituiu a origem da manifestação do Marabaixo. Estes três fatos históricos têm em comum os emaranhados sociais de uma população nativa e outra transatlântica que esteve intrinsecamente ligada, se não foi a responsável pela existência dos lugares históricos aqui apontados.

E como estes lugares estão conectados com a origem do Marabaixo? De acordo com alguns pesquisadores regionais como Fernando Canto e principalmente com os relatos orais de interlocutores que fazem parte diretamente dessa manifestação cultural, dizem que os primeiros toques das caixas de Marabaixo teriam surgido ou sido criados por pessoas que circularam por estes lugares, justamente por serem a mão-de-obra utilizada na construção desses locais.

Desta forma, durante as construções da Igreja de São José, da Fortaleza de São José e a fundação da Vila de Mazagão Velho, realizadas pela população transatlântica, vinda principalmente das Ilhas dos Açores e alguns de outros estados do Império Brasileiro, na época, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Bahia, além de fugitivos provenientes de Belém, durante o período do Grão-Pará e da Guiana Francesa que vinham para essas terras a fim de construir seus quilombos e mocambos (VIDEIRA, 2013, *apud.* SALLES, 2005; SANTOS, 1998). Esses encontros foram férteis para a criação de uma manifestação cultural única: o Marabaixo.



Vista de uma das pontas da Fortaleza de São José de Macapá, início do século XX. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

Segundo o arquiteto e escritor Rostan Martins (2016), “o marabaixo primeiro foi manifestado na Vila de Mazagão Velho, depois difundido por Macapá, Vila do Maruanum e localidade do Curiaú” (MARTINS, 2016, p. 36).

Ainda neste segmento, Tia Zezé (2009), afirma que, “pelo que tenho conhecimento, o marabaixo originou-se no Mazagão, depois foi para o Curiaú, Igarapé do Lago, Maruanum e Macapá” (Tia Zezé, 2009).

É perceptível nestes dois excertos que o Marabaixo teria surgido na Vila de Mazagão Velho e de lá teria se espalhado para outras comunidades. A Vila de Mazagão na Amazônia, foi fundada em 1771 pelos representantes da Coroa Portuguesa, após inúmeros conflitos com os mouros na Mazagão localizada no Marrocos, na África Setentrional. Coincidindo com os seus interesses em ocupar suas colônias na América, D. José I assim transferiu as 136 famílias de colonos portugueses da Mazagão de Marrocos para criar uma nova Mazagão nas terras do Cabo Norte, onde foram entregues a cada família uma quantidade de africanos negros em condições de escravidão (VIDEIRA, 2013).

Vale ressaltar também que todas as comunidades citadas: Curiaú, Igarapé do Lago e Maruanum, são formadas por uma população majoritariamente negra, que se originaram em sua maioria como quilombos (VIDEIRA, 2013). Para além destes, segundo a Fundação Cultural

Palmares (2019), estima-se ao todo 41 comunidades de quilombos no estado do Amapá. Dito isto, continuamos o fluxo sobre outras hipóteses para a origem dos primeiros toques da caixa guerreira, segundo o sociólogo Fernando Canto (2017):

(...) minha teoria é de que tudo começou em Macapá, fundada em 1758, mas já habitada por colonos portugueses das Ilhas dos Açores e Madeira desde 1752. Os açorianos e madeirenses eram católicos praticantes e já faziam suas festas em homenagem ao Divino Espírito Santo. Posteriormente essa festa foi transladada para Mazagão(...) (CANTO, 2017, p.16).

É interessante pensar que é muito provável também que o Marabaixo tenha surgido na própria Macapá colonial, existente desde 1758, ao passo que Vila de Mazagão só seria fundada quase 20 anos depois, em 1771. É importante ressaltar que apesar das inter-relações com objetos da fé católica ocidental, como proferidos na fala de Canto (2017), o Marabaixo possui uma relação própria com esses objetos, já que é uma festa que segue o calendário católico, mas ainda sim, uma relação muito provavelmente construída em altos de resistência à hegemonia colonizadora e escravista e todos os seus preceitos.



Vista frontal da Igreja de São José de Macapá, a esquerda a casa do Senado da Câmara, onde atualmente é a Biblioteca Pública Elcy Lacerda, início do século XX. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

Outra teoria interessante é a de Piedade Lino Videira, psicopedagoga, artista e dançadeira de Marabaixo. Videira (2013) nos aponta um outro caminho sobre um possível ponto de partida dessa manifestação com uma ancestralidade negra. Ela diz:

O estado do Amapá é uma área de fronteira na Amazônia e seus limites territoriais pelo Município de Oiapoque é com Saint Jorge, pertencente ao território de Caiena —

Guiana Francesa. Certamente, essa condição de fronteira, possibilitou muitas trocas culturais que, de alguma maneira, fazem parte da historiografia amapaense. Infelizmente, pouco se sabe sobre essa “porta de entrada” de difícil acesso e controle do fluxo migratório ainda hoje para solo brasileiro. Imaginemos no século XVII quão mais impossível seria. Fora do controle de migração, quiçá deva ter sido um grande porto de entrada de escravizados para o nosso estado (VIDEIRA, 2013, p.123).

Dito isto, é seguro dizer que o Marabaixo é uma manifestação cultural religiosa negra que é praticada em várias comunidades do estado do Amapá, tais como: Abacate da Pedreira, Casa Grande, Campina Grande, Calmo do Maruanum, Carvão, Curiaú, Ilha Redonda, Mazagão Novo, Mazagão Velho, Santo Antônio do Matapi, São Raimundo do Maruanum, entre outras.

Desse modo, como são inúmeras comunidades que realizam essa expressão cultural, me concentro na área urbana de Macapá, mais precisamente nos bairros da Favela (Santa Rita) e Laginho, como recorte espacial desta pesquisa. Ambos os bairros são tradicionalmente conhecidos por festejarem o Marabaixo e foram historicamente lugares ocupados pela população negra que fora retirada da frente da cidade de Macapá, dos arredores da Fortaleza de São José e da Igreja de São José, em prol de um projeto de urbanização iniciado a partir da década de 1940.

Suas origens tanto etimológicas quanto como manifestação cultural são diversas, mas em meio a diversidade de pontos de partida, é pontual dizer que o Marabaixo é uma construção histórica e social de uma população negra, diaspórica, que resistiu às intempéries dos tempos e principalmente das instituições colonizadoras.

2.2 “As casas que foram feitas foi só pra morar doutor”: os caminhos da retirada da população marabaixeira da frente da cidade de Macapá

Como já explanado, no primeiro tópico deste trabalho, o Marabaixo não possui uma data ou um local preciso de onde poderia ter se originado. Neste tópico abordarei alguns destes lugares, que ao longo das entrevistas realizadas com minhas interlocutoras e o estudo das bibliografias sobre a história de Macapá, podem ser considerados lugares de memória e relevantes para a construção dessa manifestação cultural.

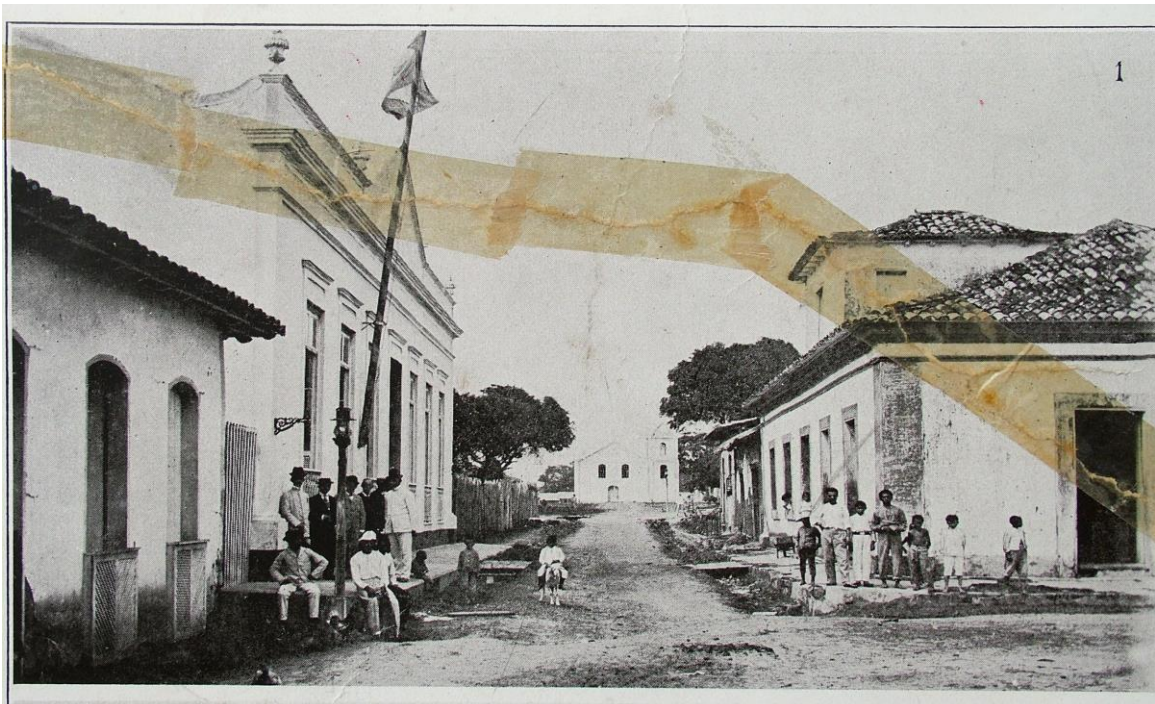
Utilizei como ponto de partida para o entendimento da história do Marabaixo, os marcos históricos materiais que foram as construções da Igreja de São José e a Fortaleza de São José, por serem locais constantemente acionados nas narrativas de origem da cidade e do

Marabaixo. Trabalharei com o Marabaixo que se formou e se difundiu na cidade de Macapá e posteriormente se centralizou nos bairros do Laguinho e da Favela (atual Bairro Santa Rita). Esses dois marcos foram importantes para a construção de sociabilidades, principalmente entre a população negra.

A história da Vila de São José de Macapá, remonta ao período colonial em que o Império Brasileiro visava proteger suas fronteiras de possíveis invasores, principalmente franceses, e também perpassa por um projeto habitacional de povoar todas as terras brasileiras. Dito isto, ficam evidentes as razões da construção da Fortaleza de São José. Para a construção de um dos maiores elementos materiais da colonização portuguesa na Amazônia, foi demandada mão de obra negra e indígena. Segundo Videira (2013):

Oficialmente, o negro começou a ser introduzido no Estado em 1751, trazidos pelos colonos portugueses da ilha dos Açores, que se estabeleceram em Macapá, e destinavam-se, dentre outras atividades, às obras de fortificação militar, construções urbanas e às lavouras de arroz e cana-de-açúcar (VIDEIRA, 2013, p. 115).

Embora esses dois registros materiais sejam a referência, a organização da Vila ainda se deu em torno de duas praças: a praça de São Sebastião, atualmente conhecida como Praça Veiga Cabral, e a de São José, atualmente designada como Praça Barão do Rio Branco. Além da construção da “casa da câmara, casa da alfândega, posto médico, casa do cirurgião, um açougue, (...), o prédio da delegacia, a cadeia pública e a casa do Juiz” (ALMEIDA, 1873 *apud*. LUNA, 2017, p. 56-57).



Prédios públicos de Macapá, o mais imponente é o prédio da Intendência, ao fundo a Igreja de São José, início do século XX. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

De acordo com o Dossiê de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Marabaixo (2013), na pequena cidade de Macapá, a população negra também se constituiu em uma territorialidade própria, ocupando um espaço que hoje corresponde a casa do governador, o prédio da OAB, a orla e até as proximidades da Fortaleza de São José de Macapá, existia uma vila de nome Santa Engrácia, a Praça de Cima e Largo São João e partir disto, iniciou-se a construção de um território social e político pautado no desejo de seu povo e na força da tradição da cultura de base africana denominada Marabaixo (VIDEIRA, 2013, p. 89).

Para entendermos essa dinâmica, recorro à historiadora Verônica Luna (2017) que em obra fala sobre a cidade de Macapá no período de 1943 a 1970 sob a ótica do conceito de gentrificação. Segundo Luna, no que diz respeito a como essa comunidade se organizou:

Esses grupos formavam o maior número de habitantes da cidade. Ocupavam as terras altas da cidade, com suas residências na parte de trás da Igreja Matriz, local denominado como formigueiro, e na Vila Engrácia, pertencente ao coronel José Serafim Gomes, na Praça São João, hoje Barão do Rio Branco, área entendida como nobre. Também ocuparam outro lugar, bem ao lado esquerdo da Fortaleza de São José, mas que não constituía espaço de interesse para o gestor da cidade, visto que a área do Elesbão era próxima ao rio e sofria a influência da maré. As habitações eram todas no estilo palafita, ocupadas por afrodescendentes e, posteriormente, por migrantes ribeirinhos de pouca condição social (LUNA, 2011 *apud*. LUNA, 2017, p. 104).



Casas localizadas na chamada Rua da Praia, na frente da cidade, compreendiam as chamadas partes altas e possivelmente faziam parte da Vila de Santa Engrácia, hoje esse espaço corresponde a Casa do Artesão e o Macapá Hotel início do século XX. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

Ainda neste sentido, as minhas interlocutoras também falam sobre esses espaços que, conforme suas vivências, foram adquirindo referências próprias, como por exemplo, Tia Zefa, a minha mais idosa interlocutora, com 103 anos de idade me conta o seguinte a respeito dos nomes e dos lugares de Macapá:

(...) aqui em Macapá, era pequeno, era da Igreja de São José pra lá “pá” rua da frente que a gente chamava, pra li banda onde é o Mercado central, só tinha o Mercado... Mercado central, comércio só tinha três: Leão, o Abraão Perez e o Vicente Ventura. Num tinha luz elétrica, num tinha água encanada, a gente tirava do poço, levava o baldo...poço do mato que num sei se já ouviu falar.... Eu morava no formigueiro (...) (Tia Zefa, 2018)

Além de falar sobre as condições da cidade, Tia Zefa, relata sobre os lugares que existiam na cidade, e ela continua:

(...)minha mãe, morava na Praça de Cima, que a gente empregava Praça de Cima, né? (...). Pois é, aí a gente empregava a Praça São João.... Tinha a praça São João, tinha o formigueiro, tinha o abieiro[árvore de abiu, fruta típica do norte e nordeste brasileiro], quando me entendi, num tinha rua, num tinha nada, a gente andava por debaixo do mato pra ir buscar água ali no igarapé, no poço do mato e ali no formigueiro (...) (Tia Zefa, 2018)

Observando os relatos de Tia Zefa, é possível agora entender a relevância dos dois marcos aqui apresentados: a população negra da pequena Vila de Macapá criou no entorno dessas duas edificações a Vila de Santa Engrácia, além de organizar e construir de uma maneira singular suas próprias sociabilidades, o que inclui o Marabaixo.

Como já afirmado, esses espaços foram importantes, para a construção dessas sociabilidades e de culturas. Por exemplo, em entrevista realizada com Tia Zefa (2018), ela fala sobre a Fortaleza de São José e a igreja como os únicos lugares de pedra e alvenaria existentes em Macapá, na sua época, como ela diz: “Pra abrir a cidade, que a cidade era muito pequena, pequenina mesmo, era da Igreja de São José, só tinha uma igreja, a principal, de segurança aqui, de alvenaria, era Igreja de São José e era aqui a coisa, como é que dá o nome? Fortaleza!” (Tia Zefa, 2018).

O lugar onde habitava a população afrodescendente de Macapá, também ficava próximo dos outros prédios e casarões dos chefes de governo. Segundo Luna (2017, p. 105), “culturalmente, os afrodescendentes eram muito respeitados pelas elites locais, que não questionavam seus rituais”. Porém, apesar de aura de tons pacíficos entre os grupos sociais, é

de se pensar na possibilidade de que quando acabassem os festejos, cada um saberia o seu “devido lugar” nessa estrutura social.

A posteriori, essa proximidade seria questionada e modificada. Durante o governo de Getúlio Vargas, houve a implementação de uma política de Estado que visava o desenvolvimento e industrialização do país. Para concretizar o seu plano de governo, Getúlio Vargas nomeou o Coronel Janary Gentil Nunes, natural de Alenquer (Pará) como o primeiro governador do então território do Amapá.

Janary Nunes veio com um objetivo: desenvolver o Território Federal do Amapá. Ao chegar na pequena cidade de Macapá, lugar que posteriormente se tornaria a capital do estado, precisava ser urgentemente urbanizada, como consta no Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá enviado ao presidente pelo então governador Janary Nunes em 1944:

Firmamos, como premissa fundamental de nosso trabalho, a crença no futuro do Amapá, considerando transitória sua fama de insalubridade, realizável o soerguimento do nível de vida do seu povo e segura, em curto prazo, a sua transformação econômica, tornando-o, de espaço morto e improdutivo, zona ativa de enriquecimento nacional. [...]. Tudo ainda está por fazer, apesar de havermos empregado a totalidade de nossas forças para concretizar o ideal do Amapá vivo e feliz, integrado na civilização brasileira.

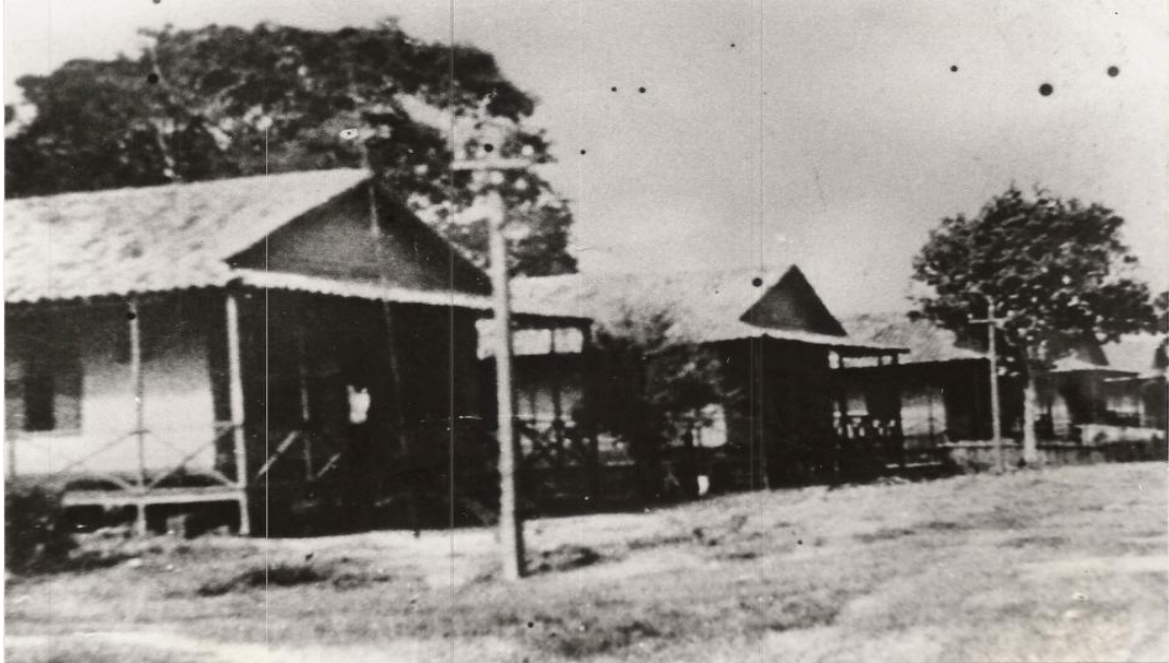
(Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, p. 5-8 *apud*. CAMBRAIA, 2009)

Na prática, o governo de Janary pouco levou em consideração a estrutura e os modos de vida da população que aqui existia, desconsiderando absolutamente que aqui existiam pessoas que já possuíam uma organização política, social, cultural e econômica. Mas considerou que só a partir de sua chegada é que, de fato, existiria civilização, ignorando desta forma também que aqui havia uma historicidade (CAMBRAIA, 2009).

Ao chegar nestas terras tucujus, o então governador nomeado Janary Gentil Nunes e sua equipe gestora, possuía um plano de desenvolvimento para a cidade a partir de sua experiência com as demais cidades já desenvolvidas localizadas no centro-sul do Brasil (LUNA, 2017).

Durante as visitas da equipe técnica encarregada de fazer os relatórios que seriam utilizados para traçar o plano de urbanização de Macapá, os técnicos e profissionais responsáveis detectaram o que lhes pareceu o maior problema a ser resolvido: nos lugares onde as obras do governo deveriam ser construídas habitava um contingente populacional que precisava ser removido daqueles espaços. Os locais eram a Vila de Santa Engrácia, a Praça de

Cima e o Largo São João onde os habitantes eram os remanescentes daqueles que chegaram nestas terras para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (LUNA, 2017).



Vista da Av. Getúlio Vargas, 1945. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

Como já dito, o “problema” detectado pelos agentes de Janary precisava ser resolvido, e foi: a partir de 1944, com a chegada definitiva do então governador, este instituiu uma política de retirada da população negra da frente da cidade e sua transferência para um outro território chamado Laguinho. De acordo com Piedade Videira (2013):

O governo de Janary Gentil Nunes em 1944 com sua forma autocrática de governar seguiu um programa baseado na tríade: “Sanear, Educar e Povoar” e assim iniciou sua meta de conquistar o povo amapaense e consolidar seu poder. Janary usou de cordialidade para com os moradores mais velhos: “Chefes patriarcais de famílias tradicionais e líderes de festas religiosas e populares”, conseguindo, assim remanejar essas famílias e urbanizar Macapá (VIDEIRA, 2013, p. 90 *apud*. CANTO, 1998).

A fala de Piedade assinala que Janary procurou pessoas específicas para estabelecer algum tipo de relação para assim viabilizar o seu projeto urbanizador. Neste caso, o nome de Julião Ramos, foi indicado para que esses “acordos” entre comunidade e governo fossem concretizados. Videira (2013), também faz menção de que dona Gertrudes Saturnino Loureiro também foi uma das mediadoras deste processo, se podemos dizer dessa forma.

Durantes as entrevistas com as Tias, procurei saber a respeito do que as famílias, neste caso de seu Julião Ramos e Dona Gertrudes sabiam a respeito do envolvimento dos dois nessa

relação com Janary Nunes. No que diz respeito a seu Julião, conversei com a filha dele dona Benedita Guilherma Ramos, conhecida como Tia Biló para saber a respeito, e ela me diz:

De lá [das proximidades do antigo Fórum, atual prédio da OAB] nós viemos pro Laguinho, no governo do Janary, Janary Gentil Nunes, o primeiro governador do Amapá, e ele, veio...veio, quando chegou aqui já fazendo procuração do meu pai que é indicado do Major Eliezer Levy...(...) Era pro papai sair de lá porque ficava na beira da praia e ficava de fundo pra praia, e o papai veio e escolheu pro Laguinho porque a família dele já morava pra cá, pro Laguinho... (Tia Biló, 2018)

E no que diz respeito à relação de Dona Gertrudes, procuro saber com a sua filha a Dona Maria Libório Loureiro mais conhecida como Tia Zezé para entender como se deu esse diálogo ou mesmo se houve diálogo. A respeito, ela me conta:

Olha, eu acredito, porque eu era nessa época, eu deveria ter os meus sete anos, sete ou dez, por aí, oito por aí assim, porque quando nós vínhamos pra cá, acredito eu, não, não, num vou te dizer que o governo saiu de casa em casa pedindo pras pessoas, não! Eu só sei que houve a desapropriação (...). Então, acredito eu, não sei, não posso te afirmar nada, se eles falaram com meu pai, se falaram com a minha mãe, não posso te garantir isso. Eu só sei te dizer que na década de quarenta e seis nós vínhamos pra cá [Favela, Av. Presidente Vargas, 1235] né? E até hoje. (Tia Zezé, 2018)

A historiadora Verônica Luna (2017) também faz alguns apontamentos sobre essa política de desalojamento de Janary, ela diz:

Existe uma lacuna ainda não preenchida sobre a saída da comunidade negra do centro da cidade de Macapá. Este investimento por parte do gestor público do município, não se deu de forma documentada como já vimos, mas, ao que parece, ocorreu por meio de negociações que não foram oficialmente registradas, o que deixou dúvida quanto à forma desse agenciamento. (LUNA, 2017, p. 173)

A partir dos relatos, podemos dizer que este remanejamento foi feito de forma arbitrária, sem registro de documentos, sem protocolos ou respaldo jurídico nada que pudesse conceder à essa população que fora remanejada dignidade ao deixar o lugar que habitava. E pelo que se pode observar, não receberam em troca nenhum outro local que fosse apropriado para a sua moradia. Como afirma Piedade Videira (2013, p. 91), “apesar de não ter havido nenhum conflito físico direto entre os afrodescendentes e a segurança pública estadual, não significa dizer que não houve indignação e insatisfação da comunidade”.

Esse processo desencadeou um conflito entre a comunidade negra da antiga Vila de Santa Engrácia, agora desterritorializados. Alguns se ressentiram com a decisão do governo e foram para além dos rumos do terreno batizado como “Laguinho” — a população deu o nome

de laguinho, porque, de fato, existia um pequeno lago no meio do terreno. Esse outro local, que ficava do lado oposto ao terreno do Laguinho, foi batizado com o nome de Favela.

Quem nos conta melhor sobre esse território da Favela é Tia Zezé, filha de Gertrudes Saturnino Loureiro, que comandou de certa forma a ida e o assentamento nesse novo lugar, ela diz:

(...) a casa dos meus pais era ali em frente do antigo Fórum que hoje é a...a sede da OAB, né? Dos advogados. Então, era lá que nós morávamos e com a chegada do novo governador que foi o Janary Gentil Nunes, houve a desapropriação daqueles moradores que moravam na frente da cidade, casinha de barro, coberta de palha, chão batido. A maioria escolheu o bairro do Laguinho, eu sempre enfatizo nessa forma, por quê? Eles já tinham as roças [Plantação de mandioca, milho, abóbora, açaí, etc.] deles pra lá, vinheram pra cá pra esse bairro que dava-se o nome de bairro da Favela, porque isso aqui não era porque fosse um bairro de pessoas faveladas, não! Porque isso aqui era uma montanha, da Jovino até a Odilardo Silva era um lago e este lago, ele se estendia e ia cair ali na Padre Júlio aonde passava o Igarapé Grande (...) E nós vinhamos pra cá em quarenta e três, quarenta e seis pra quarenta e sete, nós vinhamos para cá [Favela], minha mãe escolheu esse bairro aqui (...). (Tia Zezé, 2018)

Tia Zezé, deixa muito claro como se deu essa vinda das outras famílias que não optaram pelo Laguinho a partir de sua própria experiência de vida. Para além deste conflito, houve outro que também foi um marco para a vida dessa comunidade, como pudemos perceber, antes dessa política de remanejamento realizada pelo governo de Janary, aparentemente a comunidade realizava as festas do Marabaixo em conjunto. Esse conflito, que modificou a vida, as construções e as sociabilidades dessa comunidade, também modificou o modo de realização do Marabaixo. Quem explica é Fernando Canto (2017):

Com o advento do Território Federal, a capital precisava se modernizar. No entendimento de Janary Nunes, o primeiro governador, só um remanejamento populacional da frente da cidade para outros lugares poderia resolver os problemas de saneamento. Aliou-se então aos chefes políticos e líderes comunitários, entre os quais Julião Ramos, cuja liderança no meio dos negros do Marabaixo era inquestionável. E foi Julião um dos que convenceram os moradores da frente da cidade a irem morar no Laguinho, Favela e Igarapé das Mulheres, deixando seus antigos terrenos para usufruto do poder público, a partir de 1944. Muitos desses moradores, descontentes com a política de Janary e por outros motivos, resolveram então, mais tarde, fazer somente a festa da Santíssima Trindade dos Inocentes no bairro da Favela, se desvinculando da obrigação de realizar a festa também em homenagem ao Divino. Foi a primeira ruptura (CANTO, 2017, p. 36-37).

Mesmo com todas as transformações ocorridas ao longo da história com essa população negra e seus descendentes, creio que a resposta dada a esses processos de subalternização pela população afrodescendente da pequena Vila de São José de Macapá foi a resistência através de uma manifestação popular única: o Marabaixo. Assim, é possível afirmar

que em meio à essas sociabilidades, em sua maioria violentas, no sentido simbólico e também físico, essas pessoas interagiram e conseguiram transformar suas realidades em novas vivências e reconstruir sua ancestralidade e cultura através de toques de caixas, pés arrastados e saias rodadas.

Ainda que tenham e permaneçam resistindo a uma estrutura discriminatória, uma sociedade que desde sempre os relega um lugar marginalizado, é importante refletir sobre os limites dessa resistência e nos perguntarmos até quando se permanecerá o respaldo social e político das instituições em continuar negando espaços para uma parcela da população. É necessário que quebrems essa roda contínua de processos racistas e colonizadores sejam eles de forma materializada em ações ou mesmo aquelas subjetivas, do campo da *episteme*.

É observável e chocante a disparidade histórica imposta entre quem realmente ergueu a cidade, mãos de homens e mulheres negras, indígenas, subalternizados pelo sistema colonizador e entre quem arquitetou “um projeto urbano que foi aspiração de uma ordem de interesse econômico e político exógeno” (LUNA, 2017, p. 59). À esse respeito, a historiadora Angélica Ferrarez de Almeida ao falar sobre o processo de subalternização de populações negras e seus lugares de memória, sintetiza este sentimento, dizendo:

à comunidade negra nunca foi dada a chance de pensar e executar um projeto de cidade, herança da escravidão, porém está se rearranjou nos territórios da cidade respondendo, através do processo da Diáspora, com criatividade os infortúnios dos mecanismos de subalternização. (ALMEIDA, 2013, p. 12)



Família da comunidade afrodescendente em frente a uma construção de madeira que aparenta ser uma Capela, Vila de São José de Macapá, século XX. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

Dito isto, é a partir destes processos que entenderemos as histórias de vida que serão contadas no segundo capítulo deste trabalho. Quero deixar evidente, que a escolha de minhas entrevistadas e interlocutoras se deu, principalmente, porque as três, Tia Zefa, Tia Zezé e Tia Biló, tiveram suas vidas traçadas e marcadas por esse processo de retiradas de suas famílias de seu antigo território tendo que se reorganizar em um novo ambiente, o que também foi decisivo na reconstrução da manifestação cultural que atravessa suas vidas: o Marabaixo.

3. “CADA SENHORA DEZ DEDOS, CADA DEDO É UMA MEMÓRIA”

“Inscrevo, assim, minhas palavras
Na voz de uma mulher sagrada”
(Música: Vaca Profana;
Composição: Caetano Veloso;
Intérprete: Gal Costa)

Início este capítulo, me reportando ao filósofo malinês Hampaté Bâ quando diz que estamos diante da “última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva” (BÂ, 2003, p. 167) e ao escrever essas palavras quer dizer que essa tradição “de boca a ouvido” ainda não se perdeu frente ao avanço da ocidentalidade e que pode ser encontrada ainda nesta última geração de pessoas que recebeu de seus ancestrais a herança da oralidade.

Antes que eu possa me perder em uma narrativa sobre os lugares percorridos, que considero serem importantíssimos para entender a trajetória dessas mulheres dentro da manifestação cultural chamada Marabaixo, que atravessa suas vidas, devo dizer que o intuito deste capítulo é construir uma versão da história a partir dos relatos das marabaixeiras tentando compreender suas histórias de vida, sobre os lugares da cidade por onde passaram e viveram, tendo em mente que há um elemento importantíssimo que as une e que atravessa: o Marabaixo.

Tudo está entrelaçado, utilizo essa justificativa para traçar essa rota, que é provada nas próprias narrativas das Tias, que me falam sobre a construção da cidade, sobre os seus modos de vida, sobre as rodas de Marabaixo. Todos esses elementos são os retalhos que formam a colcha que é a história dessas mulheres. Sendo assim, meu objetivo primordial é escrever uma história das mulheres, dessas marabaixeiras que, ao me contarem suas memórias, contam a história do Marabaixo e a história de Macapá.

Dessa maneira, me dirijo a Ecléa Bosi ao escrever um primoroso trabalho sobre memória e cidade onde as suas discussões contemplam as minhas intenções para com a realização dessa pesquisa e como ela se dará. Dessa forma, como escreve Bosi:

Se alguém colhe um grande ramalhete de narrativas orais, tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. (BOSI, 2003, p. 199).

Como meu ponto de partida do primeiro capítulo foram as histórias sobre a etimologia e origem do Marabaixo e o processo da desterritorialização da população negra da frente da

cidade como política urbana do governo de Janary Nunes, busco neste capítulo saber sobre a cidade e o Marabaixo a partir das memórias das Tias, antes e depois desse episódio de desterritorialização e como pode ter afetado a vida delas e a manifestação que faz parte de suas trajetórias. No mais, meu intuito é construir essa ponte que contará um pouco sobre as histórias dessas mulheres a partir dessas perspectivas, cujo tesouro mais precioso que tive acesso foram suas memórias, momentos vividos em forma de palavras.



Vista da Av. Feliciano Coelho, Macapá, 1960. Fonte: Arquivo do Museu e Imagem do Som (MIS - AP), 2007.

3.1 Tia Zefa me conta algumas memórias nos Campos do Laguinho

A primeira vez que pisei na calçada da casa de Tia Zefa, fui para falar com sua neta, Luana, sobre a pesquisa que eu estava desenvolvendo. Tia Zefa foi a primeira tia que entrei em contato, estava bem nervosa, o que logo se dissipou, assim que sentei em sua frente, preparei o gravador e fiz a primeira pergunta. Ela agarrou minha mão, num gesto de tentar descobrir a partir do toque firme quem era aquela pessoa que estava querendo saber sobre ela — Tia Zefa quase não enxerga, creio que por isso tenha segurado em mim, para de fato saber quem eu era — e assim começou a falar sobre sua vida.

Com um aperto de mão muito firme, uma voz rouca e algumas queixas sobre sua visão debilitada, Josefa da Silva Ramos de 103 anos de idade me concedeu entrevista. Narrou na

calçada de sua casa na Rua Ernestino Borges, no bairro do Laguinho, que desde que se entende por gente, está tudo mudado no Marabaixo.



Eu e Tia Zefa na varanda de sua casa, junho de 2019. Fonte: Luana Ramos, 2019.

Ela me conta quase que se lamentando pela quantidade de mastros e caixas que agora são utilizadas dentro do festejo e me diz de onde saía a criatividade para criar os ladrões que embalavam as festas: “aquela quantidade de caixa que a gente num entende, e tudo mudado, quando havia qualquer coisa em Macapá, a gente empregava pra tirar a toada pra cantar, empregava o nome ladrão, né?” (Tia Zefa, 2018).

Nascida no dia 26 de fevereiro de 1916, filha de Pedro Lopes, “legítimo de lá, nascido e criado lá” (Tia Zefa, 2018) no Curiaú, neta de seu João Clímaco dos Santos e de dona Eufêmea dos Santos, teve três irmãos, Laudelina, Orlandina e João, perdeu sua mãe ainda muito nova, casou com seu Joaquim Santana da Silva de quem ficou viúva e desde então criou suas cinco filhas: Raimunda, Joana, Josefa, Ana Maria e Rita sozinha. Não chegou a casar novamente, pois segundo ela: “num quis mais ninguém, tinha cinco filha mulher, eu digo, eu num vou procurar outro que ainda vem abusar das minhas filha mulher, me acomodei” (Tia Zefa, 2018).

Quando Tia Zefa se reporta a essa atitude de não ter se casado com mais ninguém para proteger suas filhas e tê-las criado sozinha, me recordo do que a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias fala quando realiza um levantamento sobre a história das mulheres subalternizadas

da São Paulo do século XIX. Mulheres solteiras e viúvas que criavam seus filhos sozinhas eram um retrato comum daquela sociedade, e ainda são: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 38,7% dos lares brasileiros são chefiados por mães solo. A estatística é do ano de 2015. Segundo o estudo de Maria Odila, a respeito desse cenário no século XIX, ela diz:

Na época da Independência, sabia-se que quase 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, muitas delas concubinas e mães solteiras. Aos poucos, de forma preconceituosa e canhestra, os contemporâneos foram tomando consciência de sua presença. (...). Parece fenômeno peculiar à urbanização como um todo nas colônias do Brasil (...) o fenômeno era comum à cidade como um todo; caracteriza-se pelo predomínio de mulheres mais velhas, chefes de família, viúvas e sobretudo solteiras (DIAS, 1984, p. 20-21).

Mulheres sozinhas que chefiavam e sustentavam suas famílias, como podemos observar, sempre foram e são um fato presente na sociedade brasileira. Como a fala de Tia Zefa, as minhas outras interlocutoras Tia Zezé e Tia Biló também me contaram histórias muito similares, onde suas mães ou elas próprias chefiavam e sustentaram suas famílias.

Para começar a entender os caminhos que Tia Zefa percorreu, peço que ela me conte como foi sua infância, com o que trabalhou, como criou seus filhos, os lugares por onde circulou, ela me diz:

Ah! Minha infância foi trabiando, fia! Minha Mãe morreu, fiquei pequena pelas casas dos outros servindo de babá. Era...eu sempre fui uma pessoa...eu num soube o que foi negócio de quinze ano [Se referindo ao baile de debutante], hoje em dia eu digo que tem quinze ano [se referindo ao baile de debutante], tem aniversário de amigo, tem aniversário de colega, tem aniversário de vovô, lá em casa quando é dia da vó, quando eu vejo aquela quantidade que eu tenho muito neto...neto (Tia Zefa, 2018).

Tia Zefa sempre faz um paralelo com os momentos que viveu e a vida que seus filhos e netos possuem atualmente, sempre num tom de lamento e ao mesmo tempo alerta e gratidão por seus filhos e netos usufruírem de uma vida menos dura do que a que ela tivera, uma infância onde teve que trabalhar desde muito nova e onde perdeu a mãe muito cedo. Ela me conta ainda sobre esse fato:

(...). Eu digo, olhe nós éramos pobre, mas num era miserável e nem vadio, todo mundo trabalhava e tinha roça, hoje em dia ninguém quer roça só quer ser...só quer ser funcionário [público] e hoje em dia pra ser funcionário é...enquanto tá ali umas horazinhas fora, vai embora (...) (Tia Zefa, 2018).

Perguntei a ela se trabalhava na roça e ela me confirma que sim e eu sequencio querendo saber como era esse trabalho e ela me conta:

Era onde dava, nós vivia na roça, juntar caroço, isso tudo era pra nós, na vargem, que num tinha emprego, fia, trabaiava só na bruta mesmo, trabaiá pra ganhá um bocadinho, era só de um mil réis, um tostão, duzentos réis, cê ia comprar tudo assim em migalha, meio quilo duma coisa, meio quilo da outra, meio quilo da outra, mas tinha tudo, eu disse pra ela, nós conhecia macarrão, conhecia arroz, conhecia feijão (risos) e carne...boi (Tia Zefa, 2018).

Durante essa fala de Tia Zefa, ela nos dá a entender que mesmo trabalhando duro e as condições sendo um tanto difíceis financeiramente, era possível ter uma alimentação boa, como ela mesma diz no seguinte trecho:

Igarapé das Muié, empregava Igarapé das Muié que era onde nós ia gapuiá, a gente diz assim...prende água de trás, prendia da frente e batia a cuia, pegava peixe, cabia era peixe escolhido, era um pequeno a gente soltava, fico Igarapé das Muié, ia pra praia e vinha aqueles aturiá [??], dante tinha aqueles barco que vinha daí num sei de onde, ficava na praia, ficava aquela poça, né? Aí nós ia pegá camarão escolhido, lagostina, aí hoje é pitú, e é num sei que, né? Nós fomos criado na fartura, num era agora que tudo é comprado. Aí eu digo, olha minha filha, no meu tempo, no meu quintal, até hoje, tinha laranjeira, tangerina, *cupu*[*cupuaçu*], abacate... (Tia Zefa, 2018).

Como já afirmei, mesmo com condições financeiras escassas, a alimentação e a vida que tinha eram de fartura, pois como mostra o trecho citado, eles mesmos proviam sua própria alimentação, e mesmo com a existência de gêneros alimentícios como macarrão, a atividade principal de subsistência era a pesca, um modo de vida tradicionalmente ribeirinho, como é possível identificar pelos lugares que circulava como a “praia” (praia que se formava na frente da cidade) e o Igarapé das Mulheres, e até mesmo em casa com a criação de espécies frutíferas.



A “praia” a qual Tia Zefa se refere era a Doca da Fortaleza, início do século XX. Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

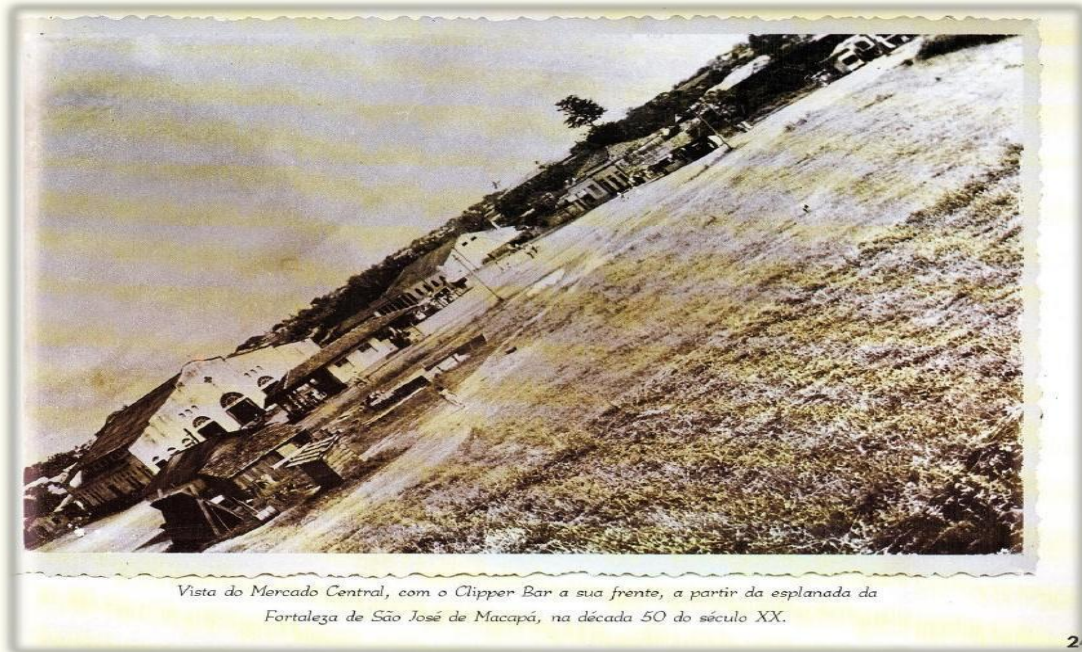
Ao citar esses lugares, “a praia” e o Igarapé das mulheres, me reporto ao primeiro capítulo deste trabalho em que tento realizar um caminho mais abrangente dos possíveis lugares de sociabilidade que foram construídos e circulados pelas pessoas que faziam o Marabaixo. Gostaria de afirmar que houve outros lugares, tão ou se não mais importantes que aqueles, que foram justamente os lugares onde minhas interlocutoras passaram, conviveram e criaram laços.

Nesse sentido, reitero meu interesse em saber mais sobre a trajetória percorrida por Tia Zefa por esses locais, ela me conta como era a antiga Macapá e onde morava, a partir de um fato que lhe marcou, a chegada do primeiro avião aqui, ela diz:

Quando chegou aqui o primeiro avião foi, num tinha avião, aqui em Macapá era pequeno, era da Igreja de São José pra lá “pá” rua da frente que a gente chamava, pra li pra banda onde é o Mercado Central, só tinha o Mercado... o Mercado Central, comércio só tinha três: Leão, o Abrão Perez e o Vicente Ventura. Num tinha luz elétrica, num tinha água encanada, a gente tirava do poço, levava o baldo...poço do mato que num sei se já ouviu falar.... Eu morava no formigueiro... (Tia Zefa, 2018).

Instiguei em saber sobre o lugar onde ela morava. Conhecido popularmente como Formigueiro, o Largo dos Inocentes fica localizado atrás da Igreja de São José, entre a Rua Tiradentes e a Rua São José, no bairro do Centro, em Macapá. Ela continua, me contando sobre onde foi morar depois que se casou e sobre outros lugares na cidade:

Era...então na rua já daqui a rua...que hoje dizem Ernestino Borges já estava fora um pouco indo do Formigueiro já tava nessa outra rua, Ernestino Borges, e eu morava depois que me casei, morei pra cá, mas eu morava mesmo...minha mãe morava aqui na Praça de Cima que a gente empregava Praça de Cima, né? Agora já é a praça Aze...Azevedo Costa? Não, num é Azevedo Costa...(...) Barão!!! (...). Pois é, aí então a gente empregava a Praça São João... (Tia Zefa, 2018).



Vista do Mercado Central, com o Clipper Bar a sua frente, a partir da esplanada da Fortaleza de São José de Macapá, na década de 50 do século XX. Fonte: Arquivo do GEA, 2010.

Ainda neste sentido, Tia Zefa me fala sobre como era a organização da antiga Macapá, sobre os nomes dos lugares que mudaram com o tempo, sobre os que atualmente não existem mais, quem governava na época:

Tinha a praça São João, tinha o formigueiro, tinha o abieiro [árvore de abiu, fruta regional], quando me entendi, num tinha rua, num tinha nada, a gente andava por debaixo do mato pra ir buscar água ali no igarapé, no poço do mato e ali no formigueiro, a gente ia buscar água no Sambarfício um posto [de água] atrás do formigueiro e não tinha nada aqui, nós pra cá, não tinha escola, muitos não aprenderam que não tinha escola, num tinha grupo, não tinha nada. Num tinha hoje como tem tanta coisa, é tanto bairro, e é tanta...(...) Negócio de...negócio de governador, quem governava era o Cesário...(...) A repartição que ele trabalhava empregaram intendência, já ouviu falar? (...) A intendência ficava ali na rua quem vai pra São José (...). Não tinha nada no nosso Macapá (...) Ói quando passe aqui na rua tem um bocado na rua e dante não, num tinha esse negócio de governador, quem dirigia lá nesse intendência era o Cesário, era o único que tinha um nomezinho...Coronel Teodoro, Coronel... e tinha o Cesário que morava aqui pra banda da rua da, que nós...empregava a rua da praia, hoje...hoje aqui é a praça da...Zagury (Tia Zefa, 2018).

Só neste trecho da fala de Tia Zefa, ela nos informa uma gama de lugares e pessoas que foram consideradas importantes na antiga cidadezinha de Macapá. É importante ressaltar que muitos dos nomes desses lugares foram dados pela própria população e que posteriormente foram modificados para caber nos moldes institucionais de uma política de urbanização que fora implantada com a chegada de Janary em 1943 e postergada pelos outros governos. Além disso, com certo espanto, Tia Zefa nos dá um parâmetro de como a cidade se modificou e sobre

os lugares que possivelmente frequentava como o “*poço do mato*” e o “*Sambarício*”, lugares onde existiam bicas que forneciam água para a população que morava naquelas redondezas.



O poço do mato, atualmente localiza-se na Av. Padre Manoel da Nóbrega no bairro do Laguinho, início do século XX. Fonte: Arquivo do GEA, 2010.

Ao observar essas informações dadas por Tia Zefa, podemos concluir que ela estava em plena observação do espaço em que se inseria, estava atenta às mudanças, circulava pelos espaços e não estava limitada a estes. Vou recorrer novamente à escrita de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), quando nos diz que a historiografia por muito tempo — e ainda — não consegue se dar conta da história de mulheres como Tia Zefa, presentes na maioria dos espaços sociais e ainda sim invisibilizadas pela história. Segundo Dias (1984):

Existe uma tradição misógina, fortemente entranhada (...) O assunto não se esgota ao nível das fontes e testemunhos literários. Vários historiadores revelam a mesma incapacidade de tratar da participação das mulheres no processo de formação da sociedade brasileira. Perdem-se em juízos de valor e não conseguem se desfazer de idealidades e estereótipos, que os impedem de ver com mais clareza o contexto histórico de que tratam (DIAS, 1984, p. 28).

Ainda neste sentido, busquei auxílio no trabalho de Benedita Celeste de Moraes Pinto, onde a partir do uso da história oral e uma perspectiva da história das mulheres e relações de gênero consegue reconstruir as trajetórias e as práticas de mulheres quilombolas que habitam o norte do estado do Tocantins. Pensando nesta obra, pude traçar alguns outros caminhos para

compreender a trajetória das mulheres que são minhas interlocutoras neste estudo. Compartilho dos pensamentos de Benedita quando ela me diz que:

As mulheres aqui se forjam personagens de suas próprias histórias. Ultrapassam as barreiras ideológicas do silêncio da historiografia para provarem que são, igualmente, portadoras de poderes diante dos homens (PINTO, 2012, p. 04).

Sendo assim, me inspiro nessas mulheres para criar novos caminhos sobre outras mulheres que foram relegadas pelos documentos oficiais como pontos perdidos aqui e ali, mas que têm em sua memória e em suas palavras o elemento mais importante para a construção de uma nova história, ou novas histórias, em que elas realmente apareçam e possam contá-las. Nesse sentido a história oral é primordial para captarmos essas essências. Celeste nos diz:

Da vida dessas mulheres, suas histórias, lutas, experiências e saberes só emergem através do processo de esquadramento e da reconstituição de uma memória quase que surda, bastante fragmentada, já quase esfacelada pelo tempo. Mas que teima em insurgir da surdez do passado para o presente no exercício das lembranças e relembanças (...) (PINTO, 2012, p. 04-05).

A partir dessas reflexões, busco mostrar, creio que o lado mais sensível deste trabalho que é a relação de Tia Zefa com o Marabaixo, esta tradição que marca sua longa trajetória, o berço onde ela nasceu e viveu. Quando perguntada sobre o Marabaixo, ela me responde com muito saudosismo da época em que dançava e cantava e, em certos momentos, um tanto aborrecida por perceber as mudanças que ocorreram na manifestação. Inclusive as suas primeiras frases durante a nossa conversa apontam justamente para essa mudança, ela me conta: “Olha, desde que eu me entendo por gente, tá tudo mudado fia, Marabaixo dante eram duas caixas (...) Era, dois mastro, agora são quatro mastro (...) aquela quantidade de caixa que a gente num entende, e tudo mudado” (Tia Zefa, 2018).

Tia Zefa me explica como se dava a criação dos ladrões de Marabaixo, dizendo que qualquer coisa que acontecesse na cidade era motivo pra se tirar um ladrão, eram momentos cotidianos ou eventos maiores como a chegada do primeiro avião em Macapá. Ela me conta sobre um ladrão que foi feito quando uma roça em que ela e outras mulheres trabalhavam pegou fogo. A roça era de uma senhora chamada Antônia Barca e ela, Tia Zefa, e essas outras mulheres cujos nomes são Maria Delfina, Maria Cajari e Zefa Gaia, trabalhavam nessa roça. Ela me conta o início dessa história:

Marabaixo era outra coisa, só cantava as coisa que aparecia, trabaiava-se lá na...na roça da Antônia Barca, aí de verão morava aí pra banda do interior, fogo no campo, lá vem a...fogo pra roça que tinham derrubado a pouco ainda não tinha murchado o mato...pra queimar, que quando não queimava direito tinha que depois varar pra

limpar...tava uns pau cru, nós trabaivava lá, eu, Maria Delfina, Maria Cajari e outras e outras...Zefa Gaia (Tia Zefa, 2018).

Além de me contar o enredo inicial da história desse ladrão, pude perceber que assim como Tia Zefa, outras mulheres circulavam e estavam presentes nessas frentes de trabalho que historicamente aprendemos que foram relegadas aos homens. Continuando, Tia Zefa me conta:

Aí eu te contando o negócio da roça da Tia Antônia Barca, nós trabaivava lá e “fogo no campo!” Lá vem o fogo, lá vem o fogo, e vem pra roça e vem a... vamos defender a roça, não tinha ônibus, não tinha esses carrinhos, era carro de burro! E aí a Tia Antônia Barca viu que o fogo vinha pra casa e que num tava defendida a casa dela ia no fogo tudo, aí ela saiu, pra enfeitar ela disse pro marido dela: “o Chiquito estava sentado no galho do caimbé, Antônia tu vai na roça e chama pelas mulhé” A tia Antônia, muié dele: “Antônia caminhou, chegou na cerca, gritou, veio a Josefa espantada - que era a Zefa Gaia - o que foi que cê avistou?” Aí a minha tia disse pra ela: “o que foi que cê avistou?” Aí, ela disse: “Josefa, Josefa minha irmã, eu estou um pouco assustada, eu ainda não vi o fogo, mas estou ouvindo a zuada” aí ela vai pra frente, é a saída do ladrão: “Passei pelo lírio roxa, cinco folhinha apanhei, cinco sentido que tinha, todos cinco eu lá deixei!”(...) (Tia Zefa, 2018).

O nome desse ladrão que Tia Zefa me conta chama-se “Lírio roxo” e caracteriza bem o que ela me disse a respeito sobre como os ladrões eram tirados em sua época e a forma de transmissão:

Hoje em dia eles já tiram qualquer música, sem graça, e era aquela...aquela animação (...) graças a Deus era muito animado, Marabaixo e Batuque, num era preciso ninguém ensinar, ia todo mundo dançando e se metia no meio e daí ia, quem tinha boa, boa cabeça ia pegando aquelas coisas, olha aqui a minha Josefina, já ensinei tudinho pra ela, ela já canta...Marabaixo, a Raimunda dança, agora quem mais gosta é ela, e aí era a Ana Maria, a Joana também num era muito amante, mas eu gostava muito de Batuque, Marabaixo, aí vinha a época da festa de São Joaquim...poxa! Do dia 15 até o dia 18, eu só vinha de manhã de lá, do Curiaú (Tia Zefa, 2018).

Além do seu breve lamento pelos ladrões atuais, Tia Zefa transparece como essa manifestação é ancestral e como ela é perpetuada a partir da oralidade, quando diz que já ensinou tudo para sua filha Josefa, demonstrando um estado de alívio, pois caso ela não esteja mais fisicamente, seus ensinamentos e suas vivências nessa tradição já estão assegurados quando repassados a outra pessoa, neste caso sua filha, como um porto seguro de suas memórias.

A respeito desse processo reminescente, me reporto a Lucília de Almeida Neves Salgado. Em sua obra sobre a memória, tempo e identidades, ela elucida esse processo de rememoração dizendo:

Entre os muitos desafios da história oral, destacam-se, portanto, o da relação entre as múltiplas temporalidades, visto que, em uma entrevista ou depoimento, fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em

si memórias de suas experiências e também lembranças a eles repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje (SALGADO, 2010, p. 18).

É sensível que todas as falas de Tia Zefa se reportem a essas tantas temporalidades por ela experienciadas em seus 103 anos de idade, e é cabível que ela possa se sentir aborrecida em certos sentidos por ver uma tradição em que ela cresceu se transformar ao longo do anos, mas ao mesmo tempo se sinta um tanto aliviada ao se dar conta que conseguiu repassar tudo o que aprendeu no Marabaixo para sua filha e que isso provavelmente remete à ela uma sensação de concretude de que este ciclo não irá acabar.

Pergunto a ela, sobre como era o Marabaixo aqui em Macapá, onde acontecia e ela me conta:

Era ali na...a única que era, era li na casa do velho Julião. (...) Aí era Batuque e Marabaixo, depois que começou, depois que veio o Janary, que ele queria aumentar a cidade, eu morava como eu digo aqui pra dentro da cidade, butô uns pro Laguinho e outros pra Favela, né? Pra abrir a cidade, que a cidade era muito pequena, pequenina mesmo, era da Igreja de São José, só tinha uma Igreja, a principal, de segurança aqui, de alvenaria, era Igreja de São José e era aqui a coisa, como é que dá o nome...Fortaleza! (...). No mais, era tudo casa de madeira, e era no chão, num tinha lajota, num tinha nada. Aí começava o Marabaixo lá no Julião, a casa dele era, tinha os quarto separado da sala, fazia aquela barraca na frente que era pá pegar o pessoal. Aí o homem queriam o mastro, sábado do mastro, domingo eles iam buscar, quarta feira da Murta nós ia buscar o mato, que aquele mato que a gente traz... (Tia Zefa, 2018).

Me contando sobre como era o Marabaixo na antiga Macapá, Tia Zefa toca em outro ponto sensível deste trabalho, que era a organização da cidade, e sobre como o governo de Janary Nunes interferiu nessa organização. Ela me conta também sobre dois lugares importantes que se tornam pontos de referência para me indicar o tamanho da cidade: a Igreja de São José e a Fortaleza de São José de Macapá.

Para além, me fala sobre a organização da festa, onde os homens cortavam os mastros — troncos de uma árvore chamada Jacareúba — e as mulheres escolhiam os ramos de murta — folhagens e ervas variadas colhidas nas matas para enfeitar os mastros. Materialidades imprescindíveis para a realização do Marabaixo. Sem mastro e sem murta não há completude na festa, pois estes dois elementos concretizam o louvor à Santíssima Trindade e ao Espírito Santo.

Tia Zefa também sinaliza um fato muito importante: quando a igreja ainda mantinha relações cordiais com o povo marabaixeiro, provavelmente antes do Padre Júlio Maria de

Lombaerd ter quebrado a Coroa do Divino Espírito Santo em um ato de proibir que os marabaixeiros pudessem realizar seus festejos na Igreja de São José. Sobre isso:

Quando foi na igreja, que nós vinha aí na porta da Igreja fazer homenagem, aí um dia o padre me perguntou: “por que que cês usa esse mato?” Eu digo: “Ói padre, inda combina, oliveira de Páscoa” Aí ela[o padre] veio e benzeu o mato todinho. Mas era muito animado! Deus o livre! (Tia Zefa, 2018).

Creio ser muito importante elencar esses fatos que poderiam passar despercebidos aos olhos de terceiros, tudo o que Tia Zefa me conta são momentos que ela considera importante, e esse é um dos principais elementos dos processos de rememoração. Outro momento que ela me conta é sobre ter sido a fundadora da Festa de Santa Maria, uma das festas tradicionais do Curiaú, tal qual a de São Joaquim, ela me conta muito emocionada sobre isso:

Hoje não, hoje é diferente até no Curiaú. Curiaú, São Joaquim e Santa Maria, Santa Maria é em maio...Santa Maria eu que comecei, tava com doze ano...Na casa do meu vizinho chovia, e eles saíam e eu num era mulher assim de roça quando eu tava sendo babá deles pra lá e a chuva, chuva, e a Santa Maria tava na chuva digo “ahhh” só tava eu e ela, digo “ eu vou pegar Santa Maria, tá moiada” cheguei lá, peguei a santa, botei uma toalha na cabeça, cheguei, dei-lhe na nossa casa, entremo, aí eu fui ver uma...uma caixa, botei ela, enxuguei a santa, comecei a conversar. O meu pai de criação, (...). Aí, eu conversando com a Santa Maria, dava aquela...aquela bicha que dá na roça, feia...osga, aí eu digo: “minha Nossa Senhora, Santa Maria, se essas bichas não vim pra cá pro Curiaú, já tá lá...no Curiaú de Baixo as bicha, se não vim pra cá pro Curiaú de Fora pra roça vou mandar dizer uma ladainha pra você, dante num tinha padre, era rezado mesmo em casa. Aí, meu pai vinha chegando, ele me chamava SáZefa: “SáZefa, que cê...com quem cê tá falando?” Eu disse: “ eu tô falando com Santa Maria, se as bicha não vim pra nossa roça, nós vai mandar dizer uma ladainha pra ela” Ele disse: “Ahhh, cê vai ser a primeira festeira” e eu fui a primeira festeira da Santa, tá criada minha fia, a festa da Santa Maria (Tia Zefa, 2018).

A partir desse relato de Tia Zefa é possível perceber o modo como esse catolicismo popular acontece, a partir de uma simples promessa de proteger seu sustento que vinha da plantação em roças feitas pela comunidade, iniciou-se uma festividade tradicional no Curiaú, e que permanece até os dias atuais.

E é como se iniciam a maioria das festas e festividades da religiosidade amazônica, quando um pedido a um santo é feito, uma promessa mútua se realiza, a da pessoa que fez o pedido e a do santo em realizar, e quando esse pedido é atendido, se rezam as ladainhas em homenagem aos santos durante um determinado período. Assim são as festividades em louvor aos santos e, de acordo com o antropólogo e historiador Heraldo Maués, “é nessa ocasião, principalmente, que as pessoas aproveitam para pagar as promessas a esse ‘santo’ (...)” (MAUÉS, 2005, p. 261).

Pergunto a Tia Zefa sobre o significado da palavra Marabaixo e das cantigas chamarem “ladrões” e ela me diz que não lhe foi explicado e acaba por se reportar a um passado do período da escravidão e de como teria sido esse período, ela conta:

Mas é a única coisa que nós empregamo como eu digo no Marabaixo é o ladrão, quando a gente tira a música, né? Emprega ladrão, é muito ladrão... (...). Eu não sei por que fia, isso não me explicaram os véio, só diz...só explicam isso. (...) O que é...progruntaram se a minha famia tinham servido, foram escravo, digo também não me disseram, meu pessoal, num cheguei a pegar a escravidão, já tava liberta, Princesa Isabel já tinha soltado a metade, agora diz que era muito perigoso dante, andavam com a corrente nas pernas, num cheguei a ver e nem meu pessoal me disseram, meus avô, ainda conheci meu avô João, morava lá no Curiaú, os tios dele tudo de lá, minha mãe, meus tio e *ade pois* que casaram já vinheram aqui pra Macapá, eu também vim (Tia Zefa, 2018).

Esse trecho da fala da Tia Zefa traz informações muito importantes, até mesmo sobre a história da escravatura. Ela não consegue me dizer se seus ancestrais foram escravizados, mas sabe que de alguma forma sua linhagem familiar, infelizmente é associada a esse momento da história, dando detalhes de como poderia ter sido esse período aqui. Tia Zefa ainda nos informa sobre sua origem e a de seus familiares e reconstrói essa árvore genealógica até o seu avô, todos procedentes do quilombo do Curiaú. Sobre não saber explicar a origem do Marabaixo, ela relata a seguinte justificativa:

Pois é, querida, o Marabaixo eu num sei lhe entregar, perguntar se meu pessoal eram, como é? Foram escravo, digo “num sei” eles num me explicaram por que naquele tempo se tinha um mais velho conversando, moleque não metia a colher... (Tia Zefa, 2018).

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, reitero que a chegada da população negra em Macapá, vinda das Ilha dos Açores e de outras partes do Brasil como Grão-Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão, se deu a partir do século XVIII principalmente para a construção da Fortaleza de São José de Macapá, considerando ainda que este território localiza-se em área de fronteira, onde o fluxo de pessoas não poderia ser comedido, ainda mais naquele período (VIDEIRA, 2013).

Para não perder o fio da meada sobre sua família, instiguei Tia Zefa a me falar sobre essas pessoas, perguntei a ela se todos gostavam de Marabaixo e ela me contou com um ar de entusiasmo que seu avô de nome João Clímaco dos Santos foi quem tirou um dos mais conhecidos ladrões de Marabaixo “Rosa Branca Açucena”, e que “Ihhh, eu acho que se criaram lá dentro, o véio... o véio era da festa! ” (Tia Zefa, 2018). Dando a entender, que assim como ela, seu avô nasceu e foi criado dentro das festas do Marabaixo.

Depois desse diálogo, pergunto para a Tia Zefa sobre como ficou o Marabaixo depois que Janary Nunes chegou em Macapá, e ela revela:

Depois que ele ficou que tomou conta do Marabaixo... Como dizia... Quando chegou aqui que nós morava aqui pro Formigueiro que ele butôu pra Favela, pro Laguinho que ali não tinha casa, era mato, tudo pra cá era mato, aí dije no verso: “O Janary quando chegou, os filho da terra não gostou, mas não se dizia nada porque ele vinha ser governador” Raimundo Ladislau [um dos principais mestres do Marabaixo] que tirou... (Tia Zefa, 2018).

A fala da Tia Zefa e o trecho do verso dito por ela e que fora escrito por Raimundo Ladislau, considerado por ela e pela comunidade marabaixeira um dos mestres do Marabaixo e que foi para o bairro do Laguinho, revela que alguns ficaram descontentes com a vinda de Janary Nunes para o estado assim como já apontado por Luna (2017). Descontentes também com a sua política de urbanização, que causou o remanejamento dos moradores da frente da cidade e da chamada Vila de Santa Engrácia. Como já dito, este é o fato histórico que me dá o ponto de partida para entender as transformações da cidade de Macapá, transformações essas que foram cantadas e acompanhadas pelo Marabaixo que também se transformou.

Muitas famílias que foram obrigadas a abandonar seus lugares, onde já tinham construído toda uma rede de territorialidades e de sociabilidades, onde praticavam seus festejos, etc.

E principalmente, este é o ponto de partida para entender a história das mulheres que estiveram presentes durante essas transformações, circulando pela cidade, fazendo suas próprias observações, criando seus modos de vida e primordialmente carregando consigo uma tradição que junto com elas conta essa história também. E são esses elementos de transformação que busco saber a partir das memórias e das palavras das mulheres aqui presentes neste trabalho.

A seguir, carregando esta mesma linha de raciocínio, conheceremos a história de Tia Zezé, moradora do bairro da Favela, que ainda criança, junto com a mãe e os irmãos mudaram-se para esse local, em contraponto aqueles que foram pelos campos do Laguinho. Tia Zezé, nos contará a história dela em uma ladeira do bairro da Favela.

3.2 Tia Zezé me conta algumas histórias em uma ladeira da Favela

Conseguir entrevistar Tia Zezé foi um desafio. Logo que entrei em contato com sua neta Jonéle e ela logo me alertou que eu poderia não conseguir a entrevista, porque a Tia havia passado por uma experiência desconfortável com alguém que a teria entrevistado e ela teria prometido a si mesma e aos filhos e netos que não daria mais entrevistas. Segundo o que sua

neta me relatou, depois de muita conversa, ela conseguiu convencer Tia Zezé a me conceder entrevista.

Foram algumas semanas apreensivas, porque para mim, seria muito importante que Tia Zezé fizesse parte dessa construção, fosse protagonista dessa história. Por quê? Ela, é filha de Dona Gertrudes Saturnino, mestra e dançadeira de Marabaixo que sozinha ao não aceitar a saída da frente da cidade e não concordando em mudar-se para o Laguinho resolveu criar seus filhos e deixar seu legado em outro lugar: a Favela. Tia Zezé até hoje permanece morando no mesmo lugar em que sua mãe iniciou a jornada no bairro da Favela, e segundo a mesma, ela seria a aprendiz de sua mãe, carregando consigo o legado deixado por dona Gertrudes.



Tia Zezé, cantadeira e dançadeira de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo de 2018. Fonte: Paulo Rocha, 2018.

Filha de Gertrudes Saturnino de Loureiro e seu Raimundo Pereira da Silva, dona Maria José Libório, nascida na década de 40 na pequena cidade de Macapá, ainda menina mudou-se com a mãe e as irmãs, Amélia Amaral da Silva, Maria Natalina Silva da Costa, Sebastião Pereira da Silva e Izabel Saturnino da Silva para um lugar onde não havia infraestrutura que passou a se chamar ao longo de sua ocupação de Morro da Favela.

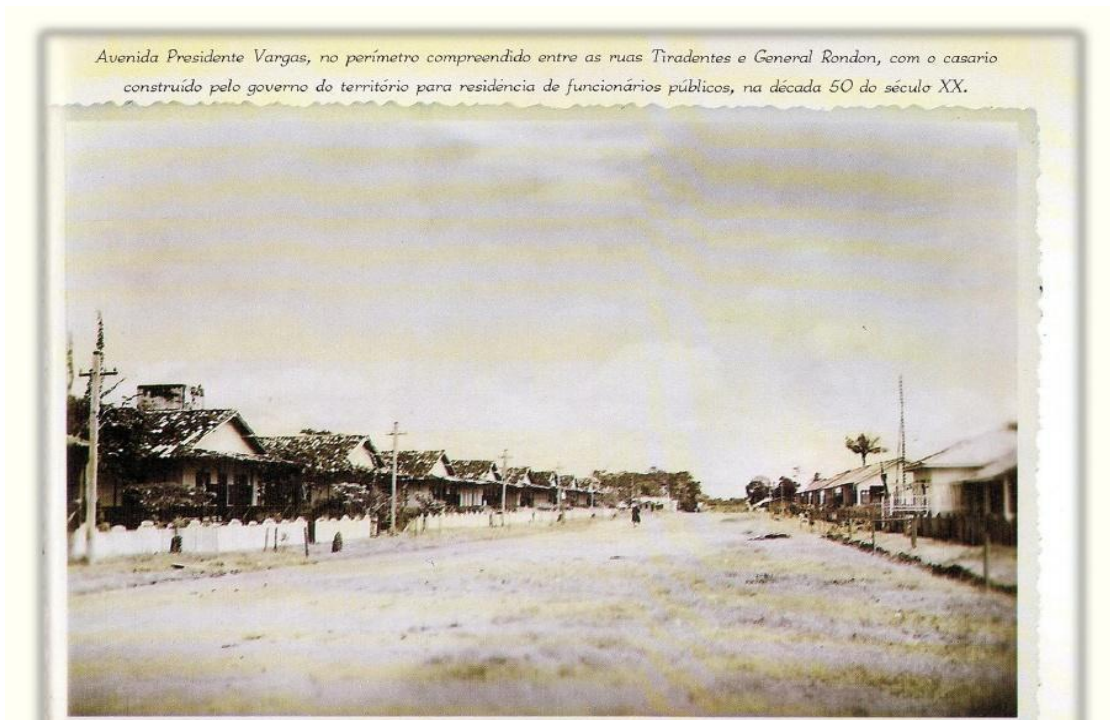
Nós morávamos lá na Rua da Frente, ali próximo o que é hoje a Casa Residencial [Residência Oficial do Governo do Estado] e quando nós vínhamos pra cá pra cá, na década de 50, a minha mãe, ela trouxe pra cá, não criou o Marabaixo, porque o Marabaixo já existia do tempo dela, com a mãe dela, então essa geração do Marabaixo não vem de hoje, não vem de agora, não vem de mim, não vem da Danniela [Danniela Ramos, cantadeira e dançadeira de Marabaixo da nova geração], vem dos nossos ancestrais que nós não chegamos nem conhecer (Tia Zezé, 2018).

Antes mesmo que eu pudesse lhe encher de perguntas, Tia Zezé aplacou a minha euforia ao entrevistá-la e com muita calma e plenitude, à princípio um tanto desconfiada com a minha presença, começou a me contar sobre sua história, o próprio trecho acima já revela a relação entre a história de vida dessas mulheres atravessadas pelo Marabaixo. Ela prossegue:

Eu sou filha de Dona Gertrudes Saturnino de Loureiro, como se chamava minha mãe, meu pai era Raimundo Pereira da Silva, eu não nasci aqui como eu falei a pouco, nasci lá no centro da cidade, perto da Beira Rio, nós viemos pra cá na década de 50, na década de 49, 43, nós vinhamos pra cá (...) (Tia Zezé, 2018).

Ela deixa tudo muito explicado, falando de forma pausada e plena, eu pouco fiz as perguntas de meu roteiro, o que achei muito mais proveitoso e apenas prestei atenção na história que ela queria me contar. A respeito de suas circulações e dos lugares por onde cresceu e suas próprias observações dos lugares da cidade, ela me conta:

(...) nós viemos pra cá que nós nascemos nesse tempo, não era dado assim os nomes das ruas assim como é hoje, distribuído as ruas: Presidente Vargas, Almirante Barroso, Avenida FAB, não, era assim por...por exemplo, a casa dos meus pais era ali em frente ao antigo Fórum que hoje é a...a sede da OAB, né? Dos advogados. Então, era lá que nós morávamos e com a chegada do novo governador que foi o Janary Gentil Nunes, houve a des...desapropriação daqueles moradores que morava na frente da cidade, casinha de barro, coberta de palha, chão batido (Tia Zezé, 2018).



Avenida Presidente Vargas, perímetro compreendido entre as ruas Tiradentes e General Rondon, após a desterritorialização com casas construídas para os agentes do governo, década de 50 do século XX. Fonte: Arquivo do GEA, 2010.

Como afirmei, pouco fiz perguntas durante nosso encontro, e me surpreendi quando ela falou a respeito da política de Janary, utilizando o termo desapropriação, e eu entendi que essa história me pareceu muito sensível a ela.

Segundo Luna (2017), os moradores que optaram não por caminhar para o Laguinho, uma área já aterrada, segundo informações, e onde algumas famílias já possuíam suas roças, estes outros que não concordaram com o “acordo” realizado com o governo e algumas lideranças da comunidade foram para este outro lugar, oposto ao caminho do Laguinho, onde não havia nenhum tipo de infraestrutura ou salubridade, ou seja, algumas pessoas tiveram que começar do zero em todas as circunstâncias. Segundo esta mesma historiadora:

A tática usada, como arte de defesa (CERTEAU, 1998) desse grupo adverso, foi ocupar um espaço que naquela época ficava muito distante do centro urbano de Macapá, pois eles não desejavam ver nem de longe aquele administrador que a Cidade recebia. Esse lugar possuía uma mata que o separava da Cidade e passou a ser denominado de Favela, pela presença dessa vegetação em seu entorno. A esse espaço atribuíram um modo de vida correspondente ao seu tempo social, de uma realidade distante da imposta pelo gestor público do Território. As casas foram sendo erguidas por conta dos moradores, de forma a se alojarem do melhor modo possível (LUNA, 2017, p. 175).

Nas palavras de Tia Zezé:

A maioria escolheu o bairro do Laguinho, eu sempre enfatizo nessa forma, por quê? Eles já tinham as roças deles pra lá, vinheram pra cá pra esse bairro que dava-se o nome de bairro da Favela, porque isso aqui...não era porque fosse um bairro de pessoas faveladas, não! Por que isso aqui era uma montanha, da Jovino Dinoá até a Odilardo Silva era um lago e este lago se estendia e ia cair ali na Padre Júlio aonde passava o Igarapé Grande, de onde entrava as embarcações pra trazer o alimento pra nós da Ilha do Pará, de Belém do Pará, da Ilha Viçosa, né? Dali daquela...de Breves, de Soure, que era de lá que vinha nossos alimentos pra ser vendido aqui em Macapá. E nós vínhamos pra cá [Bairro da Favela] em 43 [1943], 46 [1946] pra 47 [1947], nós vínhamos pra cá, minha mãe escolheu esse bairro aqui, e nós, aqui na frente da nossa casa você não sabia, num tem aquelas casas ali na Coaracy Nunes? Que ficam no alto, assim era aqui, a gente só subia ali, quando abaixa ali onde tem aquela casa branca, ali do Manoel Dias, que era a parte mais baixa do terreno pra vir pra cá (...) O primeiro nome foi dado pelos próprios moradores: Morro da Favela, devido essa montanha que era elevada, depois passou a ser Bairro da Favela e no governo do Ivanoé, ele generalizou como bairro Central, então hoje nós estamos...do Ivanoé não, minto, do Barcellos que ele que generalizou como bairro Central. E aqui nós estamos (Tia Zezé, 2018).



Doca da Fortaleza, lugar onde Tia Zezé se refere que desemboca o Igarapé Grande, década de 1950 do século XX.
Fonte: Arquivo do GEA, 2010.

Me contando então sobre a história do bairro onde cresceu e se criou, pude compreender o porquê desse sentimento sensível em relação a esse lugar, onde sua mãe, Dona Gertrudes Saturnino descontente de ter que sair de sua casa anterior, decidiu ir para outro local oposto ao Laguinho, sendo uma das primeiras pessoas a ir morar com seus filhos neste novo lugar chamado Favela. Aqueles que também não concordaram em ir para o Laguinho, seguiram Dona Gertrudes pois, de acordo com Videira (2009), dona Gertrudes Saturnino era uma liderança para a comunidade marabaixeira. Pergunto a ela se houve conflitos diretos por conta deste fato e ela me diz:

Não! Olha, eu acredito que não, porque eu era nessa época, eu deveria ter os meus 7 anos, sete ou dez, por aí, oito por aí assim, porque quando nós vínhamos pra cá, acredito eu, não, não, num vou te dizer que o governo saiu de casa em casa pedindo pras pessoas, não! Eu só sei dizer que houve a desapropriação, todas as pessoas que moravam naquele pedacinho ali, por exemplo, a minha mãe morava do outro lado, aonde tem umas bananeiras, a casa da minha mãe e da Dona Venina, do lado que é o Fórum, o antigo Fórum hoje, morava Dona Januária Buliguia, Maria Buliguia, Antônio Cirino, Maria Cabocla e Caetana Soares. E aonde é a residência do governador era a casa de uma senhora que ela era do Macacoari, mas a casa de residência dela aqui em Macapá era ali onde é a residência do governador, que se chamava Teodolina (Tia Zezé, 2018).

Tia Zezé informa detalhes preciosos para entendermos como se deu esse processo de desterritorialização da frente da cidade, e de nos informar outros personagens dessa história, seus vizinhos, com muita precisão, além de nos dizer quem morava onde nesta parte da cidade.

E nos chama atenção quando ela diz que o governo não saiu de forma gentil pedindo às pessoas que saíssem do lugar, dando a entender que este processo embora não havendo conflitos diretos, houve rusgas que foram guardadas pelo tempo. Como também afirma Videira em seu livro, que “apesar de não ter havido nenhum conflito físico direto entre os afrodescendentes e a segurança pública estadual, não significa dizer que não houve indignação e insatisfação da comunidade” (VIDEIRA, 2009, p. 0).

Pergunto a Tia Zezé sobre como era a relação de Janary com o Marabaixo, se houve algum impedimento por parte dele em relação a realização do festejo. Ao me responder, ela se reporta sobre os lugares onde era realizado o Marabaixo antes da desapropriação, ela diz:

(...) Ele nunca foi contra. Só que...já...já...Ele era assim, como ele era militar, essas coisas tudinho, aí então, mas ele nunca foi assim de dizer: “ah vocês num podem tá dançando Marabaixo, vocês num podem tá fazendo”, até como eu falei a pouco, com a desapropriação, Mestre Julião deu prosseguimento, porque o Marabaixo ele era ali atrás, ele era, ele era realizado ali atrás da Igreja que chamam Formigueiro, na casa da velha Ursinha, na casa da velha Severa, que eu não a conheci a velha Severa, era lá que era realizado os Marabaixo (Tia Zezé, 2018).

Tia Zezé então me dá mais detalhes sobre a chegada de Janary Nunes em Macapá e como ele foi se apropriando de certa forma da confiança da comunidade para alcançar seus objetivos na cidade. Ela continua a me falar sobre essa senhora de nome Teodolina e o interesse de Janary no terreno em que a mesma morava:

E quando Janary chegou aqui em Macapá, foi na casa dela que ele se hospedou, né? [Teodolina] E com a convivência que foi tendo com ela e com familiares dela, ele comprou um pedaço do terreno, aonde foi construída a residência do governo, mas o pedacinho que ela morava, era um quintal imenso, mas ela morava bem no canto e o resto do quintal era tudo pomar (Tia Zezé, 2018).

Pelas características e pela localização do terreno da referida dona Teodolina, é perceptível o porquê gerou enorme interesse da parte do gestor Janary Nunes nessa área, uma área grande, fértil e propícia para assim concretizar o projeto de urbanização de Macapá. É possível perceber que essas relações construídas entre Janary e determinadas pessoas da comunidade foi decisiva para o seu projeto.

A partir desse entendimento sobre a história do lugar onde cresceu, e lembranças da saída de onde nasceu, pergunto a Tia Zezé sobre o local onde ela passara a vida, sobre o local onde morou, sua trajetória e como o Marabaixo é a base disso tudo. Ela me conta:

Eu só sei te dizer que na década de quarenta e seis, nós vinhamos pra cá, né? E até hoje. (...). Nesse mesmo local, né? Só que a casa da minha mãe era de madeira, chão batido, chão batido que a gente chama é como se fosse assim, na piçarra, né? Coberta de palha de buiuçu [árvore de madeira esbranquiçada, flores roxas e frutos lenhosos],

aqui foi ensaiado, era ensaiado todo ano a escola de samba Maracatu da Favela, iniciou-se aqui, saía daqui no bairro da Favela pra percorrer a pequena cidade de Macapá (Tia Zezé, 2018).

Para além do Marabaixo e do Batuque, festas tradicionais do estado, houve também a influência do samba carioca (Rio de Janeiro) e a ocorrência do festejo do Carnaval em Macapá, a partir da década de 1950. Como afirma a Tia Zezé acima, o lugar onde mora, quando ainda era a casa de sua mãe, dona Gertrudes, foi o local onde surgiram os primeiros toques da escola tradicional de samba Maracatu da Favela fundada em 1957. O que também ocorreu no bairro do Laguinho, cujo o nome de sua escola de samba tradicional é Universidade de Samba Boêmios do Laguinho fundada no ano de 1954 (GONÇALVES, 2001). Há essa cultura do festejo do carnaval em Macapá com várias escolas de samba, porém, atualmente, o governo do Estado por não possuir uma política pública cultural consistente, ainda não é capaz de promover incentivos a políticas culturais para a realização do carnaval.

Como já citado anteriormente no que diz respeito a como funcionam a criação de festividades em louvor aos santos, através de promessas, prossigo minha conversa com Tia Zezé e nesse intuito ela me conta como aconteceu a reorganização do Marabaixo na Favela, sendo a partir de uma promessa feita por dona Gertrudes para uma das irmãs de Tia Zezé. A respeito ela diz:

Foi iniciado o Marabaixo aqui, como eu falei antes, através da promessa que minha mãe tinha feito pra minha irmã que hoje já é falecida. [a irmã em questão é dona Maria Natalina Silva da Costa, mais conhecida como Tia Natalina] (...) Foi que o Marabaixo iniciou-se aqui no bairro da Favela, minha mãe paga uma promessa *prum* sobrinho meu que até hoje reside em Belém do Pará, ela fez essa promessa e dessa promessa o Marabaixo se prolongou por muitos anos enquanto minha mãe existiu com a permissão de Deus, e o velho Julião deu prosseguimento lá pro Laguinho, porque todos nós fomos removidos ali do centro da cidade (Tia Zezé, 2018).

Antes da desapropriação, as famílias realizavam essa festa conjuntamente enquanto estavam ali na frente da cidade, quando estas foram dispersas e se realocaram nos bairros da Favela e do Laguinho, ocorreram mudanças na realização do Marabaixo. E foi a partir de uma promessa que o Marabaixo no bairro da Favela se reacendeu.

Tia Zezé após me relatar como se originou o Marabaixo na Favela, me conta em seguida sobre essa herança que ela mesmo diz, que recebeu de sua mãe Dona Gertrudes, e como prosseguiu com essa tradição:

(...) nós vinhamos pra cá, e minha mãe como eu falei a pouco, ela iniciou-se o Marabaixo na década de 50 e eu fui aprendendo com ela a tocar, a cantar, e isso foi, eu digo assim, uma herança que minha mãe me deixou, porque de todas as minhas irmãs, a única que sabe tocar, cantar, sou eu. Agradeço tudo a essa mestra, e... depois

da morte de minha mãe, quem deu prosseguimento do Marabaixo já foi a minha mãe, a minha sobrinha, a professora Marilda que mora ali no Boné Azul e que o barracão é ali na Hamilton Silva, direto, passando ali o colégio das Freiras. [o barracão em questão leva o nome de Berço do Marabaixo, e fica próximo ao colégio Santa Bartolomea] (...) Eu tive a permissão de Deus de 1998 pra cá, eu comecei a ir fazendo as composições de alguns novos ladrões de Marabaixo porque eu achava que já estava na hora da gente criar novos ladrões do Marabaixo, porque a gente cantava aquilo que nós encontramos do seu Raimundo Ladislau, foi um dos compositores do ladrão do Marabaixo, o velho Ponciano, senhor João Barca, esses foram os compositores do Marabaixo na época. Então, quando nós vinhamos pra cá, como eu falei, minha mãe deu prosseguimento aqui, o velho Julião lá... (Tia Zezé, 2018).

A partir dessas histórias e vivências de Tia Zezé, fica perceptível como a tradição do Marabaixo ao mesmo tempo em que é ancestral, passada de geração para geração, e que perdurou mesmo como todas as influências externas e dificuldades, mostrou-se vivo a partir da voz de mulheres como a mãe de Tia Zezé, sua irmã que dera continuidade ao festejo e dela própria que percebendo as dinâmicas da cultura, que mesmo tradicional, necessita reinventar-se e não é estático, seja compondo novos ladrões, tocando a caixa guerreira, esta última sendo ainda uma função dentro do Marabaixo majoritariamente masculina, Tia Zezé acompanhou e fez parte das transformações nesta manifestação.

Pensando nessa trajetória vivida por Tia Zezé, que é um dos cernes deste trabalho, para além de uma vida marcada por essa tradição, quis saber como foi sua infância, onde trabalhou, como vivia, e ela plenamente me conta:

Minha mãe, ela lavava roupa pra fora pra nos criar, lavou muitos anos pro coronel Janary Gentil Nunes, ela lavava aquelas roupas que era deles, da diária deles e a Vó Luzia lavava a roupa pra fora, amassando açaí, e eu, ia vender esses açaí lá pro centro da cidade, pra ajudar minha mãe, que até então, meu pai já tinha se separado dela, minha mãe nos criou lavando pra fora, amassando açaí e eu ia vender, porque eu era a mais criança. Minha mãe enchia o palheiro de litro e botava na minha cabeça e eu atravessava por cima da ponte e ia vender açaí. Depois a minha mãe deixou as lavagens de roupas e a olaria era ali na Cândido Mendes, na General Rondon, minto. Que onde tem uma casa que é do governo...era do governo, era lá que era a olaria...E minha mãe trazia uma lata de pedra de mármore que era pra quebrar aquelas pedras, que era pra fazer aqueles banco que tem hoje na praça do Barão do Rio Branco, e minha mãe passava a noite quebrando aquelas pedras e nós ali quebrando junto com ela aquelas pedra... (Tia Zezé, 2018).

Quando ela me fala a respeito de como viviam, me recordo das palavras de Tia Zefa que também teve uma vida inteira de trabalho duro, muitas vezes informal, e de subsistência, como colher e vender açaí, pegar peixes no Igarapé das Mulheres. Com a saída dessas famílias da frente da cidade onde muitos possuíam suas roças e pomares e pela descrição que Tia Zezé faz do terreno da Favela, como um lugar cheio de clives, provavelmente foi muito mais complicado realizar o plantio de roças neste novo lugar, o que tornou a vida dessas pessoas

mais complicada, tendo que recorrer a outros tipos de trabalhos para conseguir sobreviver e prover seus sustentos.

Outro ponto que chama atenção é o fato de que a família de Tia Zezé ser chefiada por mulheres — Dona Gertrudes e Vó Luzia — tal como também viveu Tia Zefa, lembrando do que escreveu Maria Odila (1989) sobre a constituição de muitas famílias serem formadas majoritariamente por “mulheres solteiras”, divorciadas ou viúvas e seus filhos, sendo em sua grande maioria mulheres negras e pobres.

Nessa perspectiva, quero trazer a reflexão dada por Angélica Ferrarez de Almeida (2013) ao falar sobre as tradições e vivências das Tias Pretas da Zona Portuária do Rio de Janeiro, ela diz:

Desta maneira a família matrifocal não é explicada por fatores econômicos, como as alforrias femininas, a Lei do Ventre Livre, nem mesmo o trânsito maior de mulheres no comércio miúdo, seja formal ou informal, como o comércio de quitutes, sua presença nas feiras com os famosos tabuleiros, gêneros de primeira necessidade, mas a base da matrifocalidade se dá por relações travadas no interior da própria família onde a relação mãe e filhos se mostram mais solidárias que as de pai com filhos (ALMEIDA, 2013, p. 27).



Lavadeiras executando seu ofício na frente da cidade, a margem do Rio Amazonas, no início do século XX. Fonte: Arquivo do GEA, 2010..

A esse respeito, gostaria de lembrar, o texto de Michelle Perrot (1989), chamado de “Práticas da Memória Feminina” onde ela escreve que as mulheres sempre viveram nas sombras dos palcos da história, de fato, não está de todo errado se estas palavras forem consideradas a

partir de uma perspectiva epistemológica, teórica, mas observando a trajetória de mulheres como Tia Zezé e Tia Zefa, é possível dizer que elas sempre estiveram nos mais diversos espaços, circulando, criando suas regras, subvertendo institucionalidades do seu jeito, e aqui, neste caso, resistindo através de sua cultura.

Tia Zezé continua a me contar sobre sua trajetória de vida, que com muita dificuldade conseguiu estudar e terminar uma graduação, motivo de muito orgulho para ela, que faz questão de me mostrar sua monografia que teve como tema o Marabaixo. Ela diz que trabalhou desde os 12 anos em Serra do Navio, no Porto de Platoon e na Vila Amazonas — vilas que foram construídas em estilo norte americano encomendadas pela CAEMI (Companhia Associada de Empresas em Mineração) para abrigar as famílias que vieram trabalhar contratadas pela mineradora ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios Ltda.) — como empregada doméstica. Conseguiu então um emprego de servente [serviços gerais] pelo governo, passando quinze anos nessa função, ela diz:

Então, comecei a trabalhar no governo na década de 60, de servente, passei quinze anos trabalhando como servente, depois eu resolvi terminar meus estudos. Aí, eu fui pro CCA [atual Escola Estadual Gabriel de Almeida Café], porque eu não podia trabalhar...estudar de dia porque na época o governo não dava esse privilégio da gente trabalhar e estudar, você tinha que escolher, ou você trabalhava ou você estudava, e eu, então, saí do IETA, porque só tinha aula o dia, não tinha a noite e eu não poderia trabalhar de noite, aí vim pro CCA, fiz secretariado...Mas como eu adoeci, não terminei o secretariado, parei, mas continuei a trabalhar. (...) Trabalhei, fiz 15 anos como servente, mas eu dizia pras minhas colegas: “ eu não vou ser servente pelo resto da minha vida”, ela *rio*...Quando foi em oitenta e dois, eu já tava trabalhando como auxiliar de estatística de saúde, na Secretaria de Saúde, porque eu tinha uma caligrafia muito bonita e já tinha terminado o meu...o meu primário e tinha parado com o secretariado, aí, eles me botaram pra trabalhar no setor de Estatística de Saúde, aí quando foi na década de oitenta e poucos me mandaram pra Recife pra fazer um curso de Estatística de Saúde em Recife, aí eu passei quase quatro anos em Recife, aí eu deixei de ser servente, passei já a trabalhar no setor de Estatística direto, depois eu passei a trabalhar na 1ª Regional de Saúde até a década de 90, por aí assim, aí foi quando me aposentei, aí o que eu fiz? (...). Quando saí de lá, eu disse, “quer saber de uma coisa? Eu vou voltar a estudar”. Aí, eu fui, cê tem que ser mais do que isso (Tia Zezé, 2018).

Ela me conta também que é messiânica — segue a doutrina da Igreja Messiânica Mundial —, mas que a sua religião nunca interferiu no seu Marabaixo, e que já teve até a oportunidade de visitar o Japão, pela sua Igreja, batendo sua caixa de Marabaixo, e foi o Pastor de sua Igreja que concedeu a ela uma inscrição para graduação em Filosofia:

Aí, eu fiz a prova de seleção, aí eu passei, me formei em 2007, pela faculdade de... pela ISFITECH [acho é a FATECH - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas], hoje eu sou formada em Filosofia, eu comecei a fazer o curso eu tinha 63 anos, né? (...), mas é assim, é válido, porque você tá construindo aquilo pra você, quando você morre você leva consigo, você não deixa pra ninguém, então é uma riqueza que você

adquire com seus méritos, com seu esforço, com sua luta, com sua garra, e foi assim que eu me sentia, como se eu fosse assim, uma adolescente dentro da faculdade, meu colegas, eles diziam pra mim: “Dona Libório, como é que a gente pode faltar um dia, que se a senhora com essa idade tá todo dia dentro desta sala de aula?” (Tia Zezé, 2018).

No momento em que me fala sobre seus estudos, Tia Zezé me conta com um ar de quem está dando um conselho, e meu único ímpeto é apenas ouvi-la e recebê-los. Com o seu Trabalho de Conclusão de Curso impresso, ela me mostra e diz:

É isso que é a nossa riqueza! É você... é adquirir pra você dentro de toda essa trajetória, comer fora de hora, comer comida fria, enfim... passar a noite em claro como eu passava a noite, ainda passando a limpo naquelas matérias, porque naquela época o professor ia pro quadro mesmo, hoje em dia os professor não, mas na época eu tive a benção que todos os professores, eles passavam a matéria, escrevendo, a munheca chega fazia assim, copiando, como eu falei a pouco, tinha palavras que eu ia adivinhar o que era que eu tinha escrito, mas valeu a pena. Isso aí é tudo pra mim! (Tia Zezé, 2018).

Ao final de nosso encontro, Tia Zezé já não era mais aquela senhora desconfiada, tanto que ela me presenteou em CD os ladrões de Marabaixo que ela escreveu e gravou. Ela me cobra que eu não esqueça de fazer visitas a ela. Prestei muita atenção nos conselhos subliminares e outros explícitos de Tia Zezé. Muito mais que reflexões acadêmicas, gostaria muito de frisar que este trabalho não é somente uma pesquisa, recheado de conceitos e citações acadêmicas, mas é feito de pessoas cheias de sentimentos e emoções e para além de uma apreensão metodológica do fazer uma história oral, mas ouvir essas histórias, com o coração também.

Dito isto, me apoio sobre as palavras do filósofo malinês Hampaté Bâ (2003), que ao escrever e fazer uma descrição de como funciona os processos da tradição oral na sua comunidade, alerta sobre como devemos ser mais ouvidos e que é só aprendendo a ouvir que poderemos então transmitir a oralidade para outrem realizando assim a perpetuação da memória, utilizando de muitas metáforas e até de um poema, ele diz:

Os “anciãos” encontram cada vez menos “ouvidos dóceis” a quem possam transmitir seus ensinamentos, pois, segundo uma expressão consagrada, o ensino só pode se dar “de boca perfumada a ouvido dócil” (ou seja, inteiramente receptivo). (...) Para descobrir um novo mundo, é preciso esquecer seu próprio mundo, do contrário, o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se “à escuta”. Através da boca de Tierno Bokar, o sábio de Bandiagara, a África dos velhos iniciados avisa ao jovem pesquisador:

“Se queres saber quem eu sou,
Se queres que te ensine o que sei,
Deixa um pouco de ser o que tu és,
E esquece o que sabes” (BÂ, 2003, p. 214).

E é com este conselho dado por Bâ, que prosseguiremos ao próximo e último tópico deste capítulo para ouvir as histórias e as cantigas na voz grave de Tia Biló, a terceira interlocutora deste trabalho.

3.3 Tia Biló me (en) canta alguns Ladrões de Marabaixo.

Quando cheguei a casa de Tia Biló, ela estava ainda se arrumando pra me receber. Esse encontro talvez tenha sido o mais sensível para mim. Ao conversar com ela pude observar e perceber a fragilidade do tempo, os processos da memória de forma tão translúcida a partir da voz grave de Tia Biló.

Devo dizer que ela inovou na maneira de me contar um tanto de sua história, ela cantarolou quase a entrevista inteira e eu entendi que era assim que ela conseguia se recordar das coisas. Com a ajuda de sua neta Danniela, nós iniciamos nossa conversa. Tia Biló já não enxerga e pouco escuta, então tivemos que aumentar algumas oitavas da voz para que ela pudesse entender e responder aos meus questionamentos. Primeiramente, pergunto a ela sobre a sua família e ela me diz:

Ah...minha mãe era Januária (creio ser Januária Buligia já citada por outra Tia Zefa) Santíssima Ramos, meu pai era Julião Thomaz Ramos, meus irmãos, a mais velha era Felícia...Felícia Amália Ramos (...) Joaquim...Joaquim Miguel Ramos (...) Apolinário Libório Ramos, Alípio Libório Ramos (...) Benedita Guilherma Ramos (...) Foi a última, a caçula... (Tia Biló, 2018).



Tia Biló de em frente a geração futura do Marabaixo, Ciclo do Marabaixo 2019. Fonte: Thales Lima, 2019.

Em seguida, com a ajuda de Dannielia que repete as perguntas que faço a Tia Biló por já saber melhor a dinâmica e mesmo o tom de voz necessário para que a Tia possa nos entender, ela nos conta onde morou, mas algumas lembranças parecem muito distantes e misturadas com a confusão do crescimento da cidade de Macapá e Tia Biló sente dificuldades em se localizar e dizer onde morava.

Morava lá na...hoje eu num sei, onde é a beira-rio parece, mas quando nós morava lá era Rua da Praia [Dannielia: Que é lá em frente a casa, a residência do governador, né?] Hoje? [Dannielia: É, num é isso?] Hoje é lá em frente? [É, a residência governamental...a OAB, que era o antigo Fórum, num é isso?] Ah, lá que nós morava...[Dannielia: Isso...né?] É...de lá nós viemo pro Laguinho, no governo do Janary, Janary Gentil Nunes, o primeiro governador do Amapá, e ele veio...veio, quando chegou aqui já fazendo procuração do meu pai que é indicado do Major Eliezer Levy... (Tia Biló, 2018).



Vista do casario da Rua da Praia, vendo-se ao fundo a Fortaleza de São José de Macapá, no início do século XX. A imagem corresponde ao espaço onde hoje se encontram edificadas a Casa do Artesão e o Macapá Hotel.

Rua da Praia que Tia Biló se refere, início do século XX. Fonte: Arquivo do GEA, 2010.

Podemos observar a dificuldade que Tia Biló tem ao tentar localizar os pontos da cidade onde morou, provavelmente as lembranças presentes e até onde ela pode enxergar são as de uma Macapá ainda pequena, sem todo o processo de crescimento populacional, urbanização, etc, talvez isso explique sua dificuldade, mas que também é um processo memorial, o processo do esquecer. De acordo com Delgado (2010), que fala a respeito desses processos conceituando memória:

(...) a relevante questão referente a construção seletiva e tensa, no tempo presente dos processos, peculiares a memória, que englobam lembrança e esquecimento. Dessa forma, o conceito de memória não é homogêneo e conforma-se por múltiplos significados, (...): *retenção e manifestação, através do ato de recordações vagas, telescópicas, profundas, transparentes, autocensuradas, registradas, esquecidas, selecionadas; *seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer; *seleção e tensão entre o narrar e o silenciar. (...) (DELGADO, 2010, p. 39).

O processo metodológico de história oral não será sempre como o teorizado nos manuais, cada processo é único. Nem sempre iremos nos deparar com pessoas que queiram nos contar sobre sua vida, por diversas razões, ou elas irão nos contar, mas elas já tem em mente o que irão nos contar, podemos nos deparar com o esquecimento ou silenciamento, memórias dolorosas que não serão ditas, ou serão. Será sempre uma surpresa para ambos, interlocutor e pesquisador. E lembrar que antes de todo rigor metodológico, estamos lidando com pessoas, seres humanos, cheios de receios, sonhos, emoções, que poderão ser despertadas ou não e isso pode depender do pesquisador ou não.

Dito isto, continuemos, Tia Biló nos relata sobre a saída dela e de sua família da frente da cidade e como se deu esse processo que, diga-se de passagem, foi muito parecido com o episódio que Tia Zezé nos conta a respeito da senhora de nome Deusolina, ela diz:

[Danniela: Aí, eles se tornaram amigos, nera?] Era...[Danniela: Mas aí depois, ele convidou vocês a sair de lá...] Era pro papai sair de lá porque ficava na beira da praia e ficava de fundo pra praia e o papai veio e escolheu o Laguinho porque a família dele já morava pra cá, pro Laguinho (Tia Biló, 2018).

Assim como a história de dona Deusolina, foi como ocorreu com a família de Tia Biló, Janary também fez procuração de seu Julião Ramos, criando uma relação que seria decisiva para a efetivação de sua política de urbanização; tal qual como também afirma Tia Zezé, a família de Tia Biló, tal qual aqueles que escolheram os campos do laguinho já possuíam parentes e roças naquela região. Ela continua:

[Danniela: Aí, vocês foram moram lá no Laguinho?] Fumo... [E outras pessoas foram pra onde?] Uns foram pra Favela e outros foram lá pro Laguinho. (Tia Biló, 2018)

Segundo Danniela, Tia Biló já era adolescente quando foi morar para o Laguinho, casou-se naquelas bandas e teve seis filhos, perguntamos a ela sobre como era o Marabaixo naquela época, e ela nos conta:

Ah, o Marabaixo naquele tempo era...era...agora tá bom, mas como era aquele tempo num...aquele tempo o velho, tinha aqueles velhos antigos que tirava os ladrão de Marabaixo, aonde tinha o velho Raimundo Ladislau, que um tio meu vinha falando só

e ele só prestando atenção nele, que é o rapaz aonde tu vai... [Tia Biló começa a cantar o ladrão “Aonde tu vai rapaz”] Aonde tu vai rapaz, por esses caminhos sozinho, ele *roguntou*, ele disse: “vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho” Meu cunhado respondeu...não, aí o tio Bruno *roguntou*: “Vai sair todo mundo?” aí, ele disse que era, ia fic...não dava pra ficar ninguém, aí o meu cunhado disse que ele já não sabia onde ele ia se acomodar com os filhos dele, “Benedito Lino Afilhado logo se pôs a pensar, meu Deus com tanta criança, aonde eu vou me agasalhar?” (...) E a Dona Gertrudes tinha um terreno de fundo...de...de...de frente pro nascente, mas ela ainda não tinha construído a Fav...[Favela] a casa dela ficava de...de...fundo pra...pra...de frente pro...pro de fundo pra...pra...praia. E ela tava conversando com o colega dela, com o colega dela, e aí chegou o velho, ele disse: “eu tava na minha casa conversando com o companheiro, eu num tenho pena da terra, tenho pena do meu coqueiro” que era um coqueiro que tinha no terreno dela...(...) Era...o velho colheu tudo, depois de ele colher tudo, todo mundo, todo mundo concordou de que ele podia tirar o ladrão, aí ele tirou: “Num sei o que tem o Bruno que ele anda falando só, será possível meu Deus, que de mim não tenha dó? Eu tava na minha casa conversando com o companheiro, eu num tenho pena da terra, eu tenho pena é do meu coqueiro. Benedito Lino Afilhado, logo se pôs a pensar, meu Deus, com tanta criança, aonde eu vou me agasalhar? (Tia Biló, 2018).

Tia Biló canta mais que um simples ladrão de Marabaixo, mas a história desse ladrão e o que representa: a retirada da população negra da frente da cidade. Esse ladrão contado e cantado por ela nos dá detalhes de como não foi fácil se desfazer de uma história, de uma territorialidade, de seus laços, por mais simples que tenham sido, como o desfazer-se de um coqueiro e do próprio desespero em não saber para onde ir. Além disso, como falou Tia Zefa a respeito de como eram criados os ladrões de Marabaixo, Tia Biló também deixa explicado de onde saíam os versos: a partir de suas vivências, de seu cotidiano e de fatos que lhes marcaram.

Segundo o que narra Luna (2017), ao realizar entrevista com Leonel Nascimento, um dos responsáveis pela terraplanagem no bairro do Laguinho, nesse período de retirada, também fala sobre o lamento em relação ao coqueiro, relatado no ladrão cantado por Tia Biló, dizendo que “em outro momento, ele narra a experiência que vivenciou com uma senhora que se ajoelhou aos seus pés, pedindo para não a tirar dali, não derrubar seu coqueiro que há muito seus pais haviam plantado” (LUNA, 2017, p. 174). Tia Biló continua dando detalhes a respeito dessa saída da frente da cidade:

Uma vez a Gertrudes disse pro papai: “pelo jeito que eu tô vendo, querem me deixar sozinha, uns vão pra Favela, outros vão pro Laguinho” justamente ela foi pra Favela...[É, porque teve essa divisão, né?] É...e o papai foi pro Laguinho. [Danniela: Quando saíram de lá, ela foi pra Favela e muitos seguiram ela, e ele foi pro Laguinho e muitos seguiram ele, Mestre Julião] (Tia Biló, 2018).

Como já havia afirmado em seu livro *Marabaixo, Dança Afrodescendente*, Videira (2013) fala a respeito de Dona Gertrudes, mãe de Tia Zezé e Julião Ramos, pai de Tia Biló, serem muito respeitados e tidos como lideranças na comunidade e quando deu-se o acontecido, muitos seguiram Mestre Julião ou por já terem roça no Laguinho e familiares morando ali ou

por puras relações de respeito e afinidade, tal como se deu como Dona Gertrudes Saturnino, exceto que o local pra onde ela foi não possuísse mínimas condições de moradia.

Tia Biló após me explicar como se deu a criação do ladrão “Aonde tu vai rapaz”, começa a cantá-lo e nos mostra que esse ladrão é muito importante pra entendermos como se deu tanto o processo de retirada quanto o início da urbanização de Macapá, e como muitas coisas se modificaram, como o nome de alguns lugares, as relações sociais entre eles, as dúvidas de não saber onde irão se acomodar e como irão fazer isso, até a falta de estrutura para conseguir reerguer tudo o que fora construído ao longo de suas vidas. Entendo que mesmo com dificuldades de se recordar, Tia Biló encontra um modo de me contar sua história, cantando:

Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho? / Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho/ Tu faz do lado de lá, faço do lado de cá/, só nos dias de domingo nós vamos se visitar/, eu só posso ir de tarde, de manhã não posso ir/ tu sabes que de manhã, vou apanhar meu açaf. / Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho? / Vou fazer minha morada lá nos campos do Laguinho. / Eu tava na minha casa, sentado não tava em pé/ o meu amigo chegou, cafusa faz um café/. Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Vou fazer minha morada lá nos campos do Laguinho./ Eu cheguei na tua casa, te *proguntei* como passou/ Alípio eu não tenho casa, tu me dás um armador?/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer minha morada lá nos campos do Laguinho./ Destelhei minha casa com a intenção de retelhar/ a santa Engrácia não fica como uma mão hei de ficar/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer minha morada lá nos campos do Laguinho/ O largo de São João já não tem nome de Santo/ já hoje é reconhecida por Barão do Rio Branco/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer minha morada lá nos campos do Laguinho/ Avenida Getúlio Vargas, tá ficando que é um primor/ as casas que foram feita foi só pra morar doutor/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho/ As ruas de Macapá tão ficando que é um primor/ tem hospital, tem escola, pros filhos do trabalhador/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho/ Dia primeiro de junho, eu não respeito o senhor/ pois saio gritando viva pro nosso governador/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho/ Dia primeiro de junho é lá que eu quero ir/ vamos todos bater palma pro Coronel Janary/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho/ Me peguei com São José, padroeiro de Macapá/ pra Janary e Coaracy não saírem do Amapá/ Aonde tu vai rapaz, nesse caminho sozinho?/ Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do Laguinho/ Marabaixo é cultura, Marabaixo é tradição/ eu sou filha de Januária e do Mestre Julião (Tia Biló, 2018).

Além dos fatores citados acima, no sentido de reorganização de um novo espaço, nas últimas estrofes cantadas por Tia Biló, é possível perceber que há um sentimento de gratidão por parte de alguns membros da comunidade em relação aos feitos de Janary. Após todo o processo de desterritorialização dessa população, ao se depararem com o “progresso” da cidade, as ruas asfaltadas, construção de hospital e escola, muitos ficaram gratos, entendo que seja parte do processo, pois como foi dito por Tia Zefa, naquele período não havia escola, não havia asfalto, não havia hospital, e ao se deparar com essas mudanças provavelmente causou esse tipo de sofrimento, porém o que se sabe até então, é que essas mudanças só chegaram de fato até

essa população dos respectivos Laguinho e Favela a partir da década de 1970, ou seja, o progresso não era para todos, a esse respeito, me reporto mais uma vez a Luna (2016):

O que se pode verificar nas letras de música, quanto a transferência dos homens e mulheres negros para o Laguinho, foi a total ausência de um planejamento prévio para o deslocamento desses atores sociais, no que se refere a construção de casas, serviços de água potável, luz e saneamento. (...). Após a década de 1970 esses bairros vieram a sofrer intervenção dos poderes públicos com serviços urbanos de infraestrutura - água, luz, saneamento básico(...)' (LUNA, 2016, p. 174-177 *apud*. MARTINS, 2012).



Vista aérea da Fortaleza de São José de Macapá, onde é possível observar o crescimento da cidade na década de 1970. Fonte: Acervo do GEA, 2010.

Pergunto à Tia se ela se recorda de mais coisas a respeito do governo de Janary Nunes, e ela me conta, neste sentido, de como arrumou seu primeiro emprego, dado por ele e me fala um pouco de como era a relação de sua família com o gestor, segundo ela:

[Danniela: A senhora se lembra como foi o governo do Janary? Pra senhora contar um pouco como foi, se era bom, se era ruim...] Bom...Foi bom porque pra mim ele me mandou buscar em casa pra me dar um emprego, o Palácio era ali do lado da Igreja, quando eu cheguei lá até me assustei quando ele me deu a chave do banheiro, que era pra mim tomar conta do banheiro. (...). Foi meu primeiro emprego. [Danniela: A senhora tomava conta do que?] Do banheiro público. [Danniela: Onde ficava o banheiro público?] Lá no Laguinho. [Lá onde hoje é a...?] Eu nem sei o que é lá agora...[Danniela: A Rádio Equatorial.] Pensei que era a Rádio Educadora. (...) Ele deu bem emprego, mas, pra mim, ele me mandou me buscar na minha casa, eu num queria, mas o papai disse pra mim ir que ele me ajudava. [Danniela: Quantos anos a senhora tinha quando isso aconteceu?] Eu tinha parece que uns 25 (Tia Biló, 2018).

Nesse trecho, é possível compreender a relação do seu pai Julião Ramos com Janary Nunes. Em seguida ela nos conta que essa mesma relação era vista com maus olhos pelos demais:

Eles chamavam pro papai de puxa-saco do Janary (...). Porque o Coronel Janary, tudo o que o Coronel Janary queria quando chegou aqui, o papai tinha que dá e o papai atendia ele e ele atendia o papai, os pedidos do papai ele atendia e o papai atendia ele, por isso chamavam o papai de puxa-saco. O velho de lá do Curiaú botou: “se me chamam puxa-saco mas puxa-saco eu num sou, eu vim fazer o convite, conforme o homem mandou” (Tia Biló, 2018).

A relação entre seu Julião e Janary era muito próxima, como afirma Tia Biló, de muitas trocas de favores, aparentemente, quando ela diz que “o papai atendia ele e ele atendia o papai” e que essas trocas causaram certos comentários para com a figura de seu Julião, o chamando de “puxa-saco”. Não podemos afirmar quais foram os limites dentro dessa relação entre eles, mas o fato é que ela existiu e foi importante e decisiva para muitas situações não somente de cunho pessoal, mas coletivo.



Julião Thomaz Ramos e sua esposa Januária Santíssima Ramos, década de 50.
Fonte: Pereira, 1951.

Dito isto, continuamos nossa conversa. Perguntei a ela quando foi que começou a dançar, a frequentar as rodas de Marabaixo e ela me responde que desde muito nova e quem era que lhe levava para os festejos: “Desde a idade de quatro ano. Quando a mamãe ia pro Marabaixo, me levava, a hora que eu queria dormir, ela vinha, me deixava em casa, mas eu nasci dentro do Marabaixo” (Tia Biló, 2018).

Pergunto então, sobre como ficou o Marabaixo depois que foram para o Laguinho e ela me conta:

Ah, lá o Marabaixo era melhor...[Daniela: Era tudo na casa do seu pai?] Era..[Aí vinha gente de vários lugares?] Vinha... De Igarapé do Lago, Maruanum, Retiro, tudo esses lugar por aí...Do Curiaú ih...do Curiaú então, não tinha quanto... [Daniela: A senhora aprendeu a cantar com quem?] Com a mamãe, a minha tia, a minha irmã...[Daniela: Qual foi a primeira mulher a tocar caixa de Marabaixo? Lá no Laguinho?] A mamãe... É, Dona Januária... A mamãe tocava e cantava...[Daniela: Me fale...Fale aí pra Sabrina sobre a senhora fala, a senhora sempre fala sobre o sábado do Mastro e o domingo do Mastro era só pros homens...] Era, até meio dia era só pros homens, mas o dia todo, porque quando era de tarde as mulheres iam cantar, mas quando era a hora de virar a caixa, deles jogar capoeira, as mulher se *arretiravam* e eles iam jogar capoeira um com o outro...[Daniela: Na verdade, não era bem capoeira, tinham um outro nome...] Era...Carioca (Tia Biló, 2018).

A partir do relato de Tia Biló, começamos a verificar um outro ponto importante que são as tradições do Marabaixo. Como toda cultura é dinâmica, muitas coisas se transformaram, a exemplo do que Tia Biló fala sobre a Carioca, que consistia em um jogo de passos misturados de Marabaixo e Capoeira, onde só os homens jogavam na hora da roda, e as funções e momentos delimitados para homens e mulheres, hoje a maioria das atividades que compõem o Marabaixo são feitas por ambos, não há mais essa divisão, pois ao longo do tempo muitos foram deixando de participar ativamente dos rituais do Marabaixo por diversos motivos, ocorrendo assim a transformação da cultura, onde todos os que estiverem disponíveis para realizar tal função, poderão fazê-lo.



Em frente a Igreja de São José, homens jogando a carioca ou capoeira, década de 1950 do século XX. Fonte: Pereira, 1951.

Durante o trabalho de campo pude observar mais de perto a nova divisão de tarefas. Atualmente as mulheres e os homens vão para as matas tirar e cortar o mastro, o que era uma atividade realizada apenas por homens, tal qual tocar a caixa de Marabaixo, hoje é realizada por mulheres, assim como as funções da cozinha, de fazer o caldo, servi-lo ou preparar a gengibirra, - bebida tradicional feita de gengibre e cachaça -, antes destinada às mulheres, agora também são feitas pelos homens.

A partir de uma análise de relações de gênero nos espaços de manifestações culturais, me reporto ao artigo de Camila Dazzi (2013) neste sentido:

(...) fazendo parte de uma rede sem limites, entende-se que a figura da mulher ainda sofre sobre o peso das tradições, mas na grande maioria, como vem ocorrendo na contemporaneidade, quebra os tabus impostos pela sociedade, (...) se revelando como um braço de suporte para muito além das paredes domésticas (DAZZI, 2013, p. 69).

Neste sentido, ainda durante as observações realizadas no trabalho de campo, pude perceber que além dessas mudanças nas tarefas, a presença majoritária de mulheres no festejo é muito maior que a presença dos homens. Eles estão ali, é claro, mas em menor número que elas, sobre isso a historiadora Camila Dazzi (2013) em artigo sobre gênero e folias, escreve:

o potencial feminino de atuação dentro dos Grupos (...) [Culturais] pode ultrapassar o que atualmente observamos ser utilizado, por meio do viés lúdico, com capacitação alinhada à realidade da comunidade ao qual está inserida, sendo um possível facilitador na inserção e preparação de jovens e crianças voltadas às atividades (...), fazendo uso de sua habilidade preexistente educacional. Podendo assim, ser a mulher um vetor de disseminação e preservação da manifestação cultural na captação de novos integrantes para além de suas fronteiras geográficas (DAZZI, 2013, p. 70).

Sendo assim, é possível afirmar que, estando em maior número dentro das manifestações culturais, provavelmente serão elas, em grande parte, as responsáveis pela perpetuação e manutenção dos festejos onde estão inseridas e pela transmissão dessa memória.

Pergunto a Tia Biló ainda sobre as mudanças no Marabaixo, ela conta:

Ahhh, é mesmo como diz o verso: “tá hoje tudo acabado, o nosso torrão natal, as mocinha de hoje só fala no carnaval”, porque hoje em dia o Marabaixo se não for essas antiga [se referindo as mulheres idosas] que ainda fazem o Marabaixo, essas novata é...é...é...tá muito difícil irem. (...) Ahh, menina, mudou foi muita coisa, minha filha...[Danniela: O que era que tinha antes que não tem mais hoje? Questão da bebida, da comida também, o que era?] Não, a comida, todo mundo ia comer nas suas casas, *armoçavam*, jantavam pra voltar. (...) aí, hoje em dia se num tiver a comida vão pra casa e num volto mais, tem que dar tudo...Comida, bebida, a roupa, naquele tempo não, ou então cada um comprava a sua, cada um mandava fazer a sua, só tinha uma coisa que a gente num tivesse dinheiro pra comprar roupinha nova, num ia, num queria ir, pra num ir velho (Tia Biló, 2018).

A respeito da indumentária utilizada pelos marabaixeiros e marabaixeiras, antigamente era o modo como descrito por Tia Biló, que também foi falado por Tia Zefa, cada um cuidava de comprar sua roupa para participar do Marabaixo. Atualmente, de acordo com as observações feitas, se organizam em grupos e cada grupo utiliza uma indumentária estilizada e padronizada por cores, as saias e adereços continuam floridas, os cabelos ainda são enfeitados com flores, sapatilhas nos pés, mas cada grupo combinando um estilo de roupa e de cores. Videira (2013) também realiza uma descrição desses modos em seu livro, segundo ela:

Saia rodada com pala, de modelo simples abaixo do joelho, com estampas coloridas em motivos florais de cores e tons variados, além de anáguas, em sua maioria, na cor branca, enfeitadas com rendas e bordados. As saias, a exemplo das anáguas, podem ser enfeitadas com renda e/ou bordado inglês no centro e na barra. Anos atrás, as saias eram feitas de chita (tecido barato), não eram enfeitadas com renda e nem bordado inglês. Essa é uma prática contemporânea. A blusa é quase sempre na cor branca, com babado em folho branco, rendada na ponta do folho; enfeitada também com renda e/ou bordado inglês na barra da blusa e também pode ser confeccionada com tecidos de cores variadas. (...). As mulheres usavam ramo de flores naturais e coloridas, cultivadas por elas mesmas no quintal de suas casas(...). Hoje, usam mais flores artificiais. Usa-se ainda uma toalha de cor variada sobre os ombros. (...) A sandália é baixa, de modelos variados, quase sempre nas cores preta e/ou branca. Antigamente o Marabaixo era dançado descalço (VIDEIRA, 2013, p. 113).



Dançadeiras de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo 2019. Fonte: Thales Lima, 2019.

Nas proximidades de término do nosso encontro, sinto que ao perguntar sobre sua relação com seu pai e sua mãe, toquei em um ponto muito delicado para Tia Biló, é perceptível

que ao se reportar aos pais ela fale com muita saudade, suas palavras tomam um tom mais emotivo. Pergunto a ela, se ela pode me contar sobre eles, onde trabalharam, e ela me diz:

Trabalharam em roça... primeiro era, era cortando seringa e indo lá pro furo dos porcos, um terreno que o papai tinha lá pro furo dos porcos, ela só vinham quando vinha descansar, os filhos, quando vinha ter os filhos, aí fazia o tempo...furo dos porcos, ficava gestante, quando era pra descansar vinha pra Macapá. Quando tinha, fazia os tempo, furo dos porcos... Lá do outro lado da baía... eu, graças a Deus nunca fui, eu fui feita aqui, aqui eu nasci. Me tratavam muito bem, minha querida, quem me dera se eu tivesse eles até hoje, aonde que eu tava morando com a Danniela, eu tava morando era com eles. Meu pai com a minha mãe, oh meu Deus! Por isso: “se eu tivesse a minha mãe, como você tem a sua, eu não andava de casa em casa como cachorro na rua. Mamãe, minha rica mãe, ora veja o mundo como é que tá, dá moça que se iluda, mamãe, com moço desse lugar (Tia Biló, 2018).

Cantando uma saudade, esse trecho de ladrão, Tia Biló leva um ralhó de Danniela, sua neta, que reclama dizendo que os filhos e netos de Tia Biló não gostam desse verso, porque segundo Danniela, Tia Biló não anda de casa em casa que nem cachorro na rua, me tirando algumas risadas da situação e ao mesmo tempo um tanto comovida pelo imenso sentimento de saudade que Tia Biló sente dos seus país. Ela continua me contando sobre essa relação, dizendo:

Mas a minha mãe, meu Deus, meu pai...[Danniela: Seu pai fazia todas as suas vontades, era?] Fazia...Sentava na mesa pra jantar, eu sentava no lado dele, quando era daqui a pouco, eu deitava no colo dele, eu comia minha comida, *alevantava* comigo, ia me lavar a mão, aí ia me *butar* na cama, mamãe dizia: “só tu mermo, porque eu já tenho essas paciência, já chega”...Ia pra roça com eles, quando eu cansava de vim andando, ele se abaixava e eu ia sentada em cima do saco de farinha, no ombro dele, daí o atalho da onde saiu esses ladrão, e a mamãe dizia: “arria essa piquena, Julião, deixa ela ir andando” “deixa, quem vai carregar é eu, não é tu, deixa eu carregar minha filha (Tia Biló, 2018).

Fico muito comovida com esses detalhes durante nossa conversa, e muito privilegiada, pois sei que esses pequenos gestos afetivos de seu pai significam muito pra Tia Biló, e são memórias e sentimentos que vão muito além de qualquer pesquisa acadêmica que possa ser feita, captar esses sinais, creio que são muito mais importantes, dão vida, corpo e sentimento a este trabalho, por mais que tenha que seguir os rigores metodológicos.

Finalizo minha conversa com Tia Biló, e ao me despedir dela, ela pede que eu a abrace e neste momento eu não contive as lágrimas, para mim aquele momento foi importantíssimo e o mais significativo durante nossa conversa. Me despeço dela e das suas cantorias. Agradeço.

Realizar essa imersão com essas três mulheres, mesmo que em curto período de tempo, me despertou vários sentimentos. Um deles foi de gratidão por presenciar toda a sabedoria dessas mulheres, que permitiram que eu pudesse saber um pouco sobre suas memórias, visto que entrar de uma hora para outra na vida de alguém e pedir isso, é um grande desafio, mas

creio que obtive sucesso, segui os conselhos de Bâ (2003) e procurei ouvi-las mais do que enchê-las de perguntas.

As reflexões que estabeleço nessa jornada, envolvendo as histórias de vida de Tia Zefa, Tia Zezé e Tia Biló, são para além de qualquer mero esforço acadêmico de entregar um trabalho de conclusão de curso. Gostaria de lembrar que são mulheres negras, amazônidas e que carregam consigo uma manifestação cultural ancestral, que foram subalternizadas por um sistema racista, machista, que passaram por um processo de desterritorialização com suas famílias e tiveram desde cedo a aprender a sobreviver e a criar seus próprios modos de vida.

Apenas gostaria de mostrar a história de mulheres reais, da periferia da (periferia) da Amazônia brasileira, que através dos ensinamentos de suas ancestrais que colocaram em prática, e que guardam dentro de suas palavras as memórias e os ensinamentos que podem inspirar outras gerações. Como escreve Celeste (2012):

São estes saberes, poderes, experiências, trabalhos, sofrimentos, modos de sobrevivência, e finalmente, suas lutas, (...) assim como de suas descendentes, que marcam o compasso de sua participação e constituição na história. (...) São mulheres que não se encontram nos “bastidores da história”, pelo contrário, sempre demonstraram, através de suas estratégias e das experiências de suas ancestrais que foram sujeitos no processo histórico e nele executaram e executam papéis de destaque, quando se transformam em personagens capazes de construir tanto a história de seus povoados como de sua própria existência. ” (PINTO, 2012, p. 5-6).

E nem poderiam estar nos ditos “bastidores da história”, quando me reporte a Hampaté Bâ (2003), quando este diz que estamos diante da última geração de depositários, significa também que estas mulheres estiveram à frente ou passaram por processos decisivos da história, neste caso da pequena Macapá da década de 40. Existe uma teia, um emaranhado muito maior a desvendar, quando estas têm suas vidas atravessadas por uma manifestação cultural que de certa forma conta a história destes processos. A partir disto, é possível dizer que elas carregam o antes e depois de mudanças decisivas, em suas vidas, no Marabaixo e nos espaços que circularam e que produziram. Para entender essas mudanças, me reporto a Galvão (1976):

(...) ideias e instituições (...) afetam de modo diverso e em grau diferente os vários segmentos em que a sociedade está dividida. Quando se modificam as condições de vida rural no sentido de urbanização, verifica-se na vida religiosa da comunidade o surgimento de um arranjo mais complexo, formal e diferenciado, função das características específicas ao novo ambiente social. ” (GALVÃO, 1976, p. 8)

Com a modificação do espaço, ou melhor dizendo, das territorialidades em que essas mulheres viviam — e seus familiares — a partir de uma política que visava, na teoria, urbanizar a cidade tudo o que está ao redor dessas sociabilidades também foram transformados. Vale

lembrar que em todo o país, nas principais cidades, populações negras que viviam nos centros sofreram com as desapropriações. Os gestores justificavam o fato pela necessidade de reestruturação das cidades para modernizá-las, a chamada “reforma urbana” que na prática escondia parte da sociedade que a maioria não queria ver, configurando uma verdadeira política higienista.

Quando elas relatam que uns foram para o Laguinho e outros para Favela e, principalmente, quando é percebido que a partir desse processo há também uma cisão na manifestação da qual fazem parte, não só por razões de pura transformação cultural ao longo do tempo, mas demarcam uma ruptura nessa manifestação causada pela política urbanizadora: os que foram para o Laguinho passaram a cultuar somente o Divino Espírito Santo e os que foram para a Favela, a Santíssima Trindade.

Essa constatação pode ser vista a partir da primeira frase proferida por Tia Zefa quando diz que está tudo mudado, e que agora são quatro mastros ao invés de dois nos festejos de Marabaixo. Para além, é possível observar ao longo das entrevistas com Tia Biló, Tia Zefa e Tia Zezé, como o Marabaixo conta a história de Macapá, seja representado pela voz destas, ou seja, nos versos de ladrão de Marabaixo, sendo o mais emblemático o “Aonde tu vai rapaz”.

E é através da metodologia da história oral que fundamento o processo deste trabalho, como um modo não de a todo custo provar as hipóteses levantadas, mas como uma forma de deixar registrado as vozes dessas mulheres, a respeito de sua história, do Marabaixo que atravessa suas vidas e da história da cidade que viram se transformar, pois entre esses três pontos creio que há um elo. É como escreve Bosi (2003):

As lembranças se apoiam nas pedras da cidade. Se o espaço (...) é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva. Em primeiro lugar, a casa materna; tal como aparece nas biografias, é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro (BÓSI, 2003, p. 200).

E a seiva retirada que alimenta essa memória vem das lembranças de Tia Biló, Tia Zefa e Tia Zezé, onde “essas mulheres, por seus feitos, vão desfiando como legado para as gerações futuras, teias tramadas em muito trabalho, solidariedade, experiências de luta, força para liderar e sobreviver” (PINTO, 2012, p. 6).

Por fim, quando escrevo sobre Tia Biló, Tia Zefa e Tia Zezé e quando elas me contam suas experiências, estou diante de grandes depositárias de memórias. Memórias estas que não poderão ser repetidas ou vivenciadas por outras pessoas, elas serão transmitidas, é claro, mas o sentimento será outro. Quando Bâ (2003) fala sobre a última geração de depositários, creio que

queira dizer exatamente isso, existiram momentos que somente essas mulheres puderam vivenciar e este sentimento de estar presente durante esses acontecimentos é único e só pode ser transpassado da maneira que é por elas. Ninguém mais sentirá o que elas sentiram, podemos ter uma ideia, transformar em exercícios de alteridade, mas jamais será do modo como sentiram, guardam e transmitem.



Tia Zefa, Tia Zezé e Tia Biló, Ciclo do Marabaixo 2016. Fonte: Blog Chico Terra, 2016.

4. “EU NÃO SEI LER, NEM ESCREVER, NEM TAMBÉM TOCAR VIOLA, EU DESEJO APRENDER, Ó MENINA NA VOSSA ESCOLA”

“Corre menino, chama o Munjoca
 Hoje é dia do senhor!
 É tanto devoto levando a bandeira
 Que a Trindade abençoou”
 (Música: Festejo;
 Composição: Negro de Nós;
 Intérprete: Silmara Lobato.)

Neste terceiro e último capítulo pretendo realizar uma discussão sobre o reconhecimento do Marabaixo, tradição que permeia a trajetória de vida das tias, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Título que foi concedido ao Marabaixo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em novembro do ano de 2018. Este título faz parte do conjunto de atos administrativos do governo federal associados à política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro que é amparado pelo texto da Constituição Federal do Brasil.

Gostaria de enfatizar que para além das entrevistas realizadas com Tia Zezé, Tia Biló e Tia Zefa, para a construção e o entendimento desse processo de Registro do Marabaixo procurei entrevistar também três outras interlocutoras que atualmente estão à frente da feitura do Ciclo do Marabaixo em Macapá nos bairros do Laguinho e da Favela.

Primeiramente, farei uma discussão teórica sucinta a respeito da categoria e dos significados de Patrimônio Cultural e da categoria Imaterial e em seguida farei uma breve apresentação dessas interlocutoras, entrevistadas especialmente para entendermos esse processo de registro e em seguida suas impressões, participação e esperanças a respeito desse processo.

Desse modo, tal como foi com Tia Zezé, Tia Zefa e Tia Biló, utilizei a metodologia da História Oral, realizei entrevistas com estas interlocutoras com o intuito de saber sobre sua participação no processo de registro, suas impressões e suas expectativas em relação a essa nova realidade. O Marabaixo foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil no dia 08 de novembro do ano de 2018.

4.1. As faces do Patrimônio Cultural: Imaterialidade

O conceito de Patrimônio como política pública de estado, primeiramente, foi voltado para uma materialidade de ordem monumental, ou seja, focado primordialmente em preservar monumentos considerados históricos e de grandes proporções. No Brasil, isso ocorreu, somente

a partir da década de 1930, com um projeto de construção de uma nova identidade nacional, fomentado pelo governo de Getúlio Vargas que buscava reformular um ideal de nação que naquele período da história estava sendo reconstruído (FONSECA, 1997).

Nesse sentido, de acordo com Milton Guran (2017), os debates sobre as políticas patrimoniais no Brasil foram importantíssimos para a base do projeto de unidade nacional proposto pelo governo de Vargas, tanto que o próprio governo foi quem tratou diretamente e encarregou determinados estudiosos para a construção de projetos que viabilizassem novas proposições a respeito das políticas do patrimônio.

A partir de então, criou-se a necessidade de conceber um órgão que fomentasse essas políticas a fim de criar um acervo de bens de natureza material que pudessem representar esse novo projeto de reorganização do Estado brasileiro. Para esse projeto, o folclorista Mário de Andrade que já tinha realizado estudos sobre as identidades do Brasil, foi designado para criar um pré-projeto que abarcasse as necessidades do governo. Para além, Mário também propôs discussões a respeito da ampliação do conceito de Patrimônio que abarcasse outros sentidos, não somente aquele pautados na monumentalidade dos prédios e casarões coloniais, bens representativos apenas para uma parcela da sociedade (GURAN, 2017).

Ainda assim, mesmo com a sua proposição de pensar numa ampliação do conceito de Patrimônio, a política implementada permaneceu voltada para a preservação de bens de natureza material. Ou seja, quaisquer outras manifestações que não possuíssem um registro material de sua cultura, foram invisibilizadas. Segundo o antropólogo Milton Guran (2017), e no que tange a perspectiva deste trabalho, as manifestações culturais de Matrizes Africanas foram invisibilizadas por essa política patrimonial do governo de Vargas, pois ainda eram associadas a algo negativo e destinadas a marginalidade da sociedade, o que era de valor e que deveria ser preservado estava diretamente ligado a materialidade deixada pela colonização europeia. Como ele diz:

O fato é que, no processo de seleção dos bens culturais que seriam representativos da cultura brasileira – ou seja, que dariam materialidade à identidade nacional –, o lugar de destaque absoluto coube à arte e às edificações ligadas diretamente à colonização portuguesa, já que o patrimônio cultural a ser preservado era entendido como patrimônio material revestido de caráter monumental. Como as matrizes indígena e africana não apresentavam edificações que testemunhassem suas contribuições, justificava-se, aos olhos dos gestores, que o foco deveria estar nos exemplares materiais da civilização e da arte europeias (GURAN, 2017, p. 214).

Dito isto, mesmo com a construção do projeto de Mário de Andrade que abarcava a diversidade cultural existente no Brasil, não fora aprovado seu texto base completo

considerando no que diz respeito a nomear quais culturas faziam parte diretamente dessa diversidade. Ainda assim, seu projeto serviu como base, em 1937, para o texto definitivo do Decreto-lei nº 25/1937, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a permanência do conceito de patrimônio voltado para pedra e cal. (FONSECA, 2012)

A trajetória do Patrimônio no Brasil é marcada, então, a partir de dois momentos, designados como a fase heroica, iniciada a partir da criação do SPHAN e a segunda como a fase moderna, iniciada a partir da década de 1970, no momento em que os movimentos sociais começaram a se reestruturar em prol da luta pela redemocratização brasileira dado o período da Ditadura Militar no Brasil.

Nesse período de redemocratização, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975, por Aloísio Magalhães foi fundamental para remodelar as práticas de preservação dos patrimônios, trazendo o debate da ampliação do conceito do Patrimônio novamente à cena, pondo em cheque o histórico de somente preservar bens de natureza material ligados a uma raiz eurocêntrica e trazendo a ideia de abarcar novos elementos da diversidade brasileira de fato, fortalecendo novas categorias do patrimônio histórico e artístico, como o patrimônio cultural.

Dessa maneira, após a nova Constituição promulgada em 1988, o conceito de Patrimônio agora abarcava a sua face cultural, como consta no Art. 216 da Constituição Federal:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Art.216, Constituição Federal, 1988).

Destaco a natureza imaterial do Patrimônio Cultural, que a partir da década de 1990 políticas voltadas para o registro de bens culturais de natureza imaterial começaram a ser construídos. O marco nesse sentido é o Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências (Decreto nº 3.551/2000). A partir desse decreto, institui-se a RESOLUÇÃO nº 001, de 03 de agosto de 2006, que tem por objetivo determinar os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Resolução nº 001/2006) ou seja, nortear como se darão as práticas de Registro dos bens culturais imateriais.

A partir dessas políticas institucionais de preservação de patrimônio cultural imaterial, novas frentes de saberes e várias reflexões a respeito do que seja patrimônio estão sendo criadas.

Obviamente que a partir desses processos a ideia de patrimônio não se baseia somente na pedra e na cal (LONDRES, 2009), sendo ampliada de fato para os diversos elementos culturais que constituem a sociedade brasileira. Pensando dessa maneira, atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artística Nacional (IPHAN) atua com a modalidade de Referências Culturais, visto que é um conceito que de fato abarca toda uma gama de bens culturais que são considerados referências seja para a nação, para um povo, uma comunidade, uma localidade, etc. Nesse sentido, me reporto a Cecília Londres Fonseca, no que tange a noção de Referência Cultural:

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens — que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico — para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não tem um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor - seja valor histórico, artístico, nacional, etc. - a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais” (FONSECA, 2000, p. 11-12).

A partir da utilização desse novo conceito que agora norteia as políticas de preservação, pode-se dizer que a categoria de Patrimônio Cultural atua como uma dimensão política da memória, pois resulta de uma instituição de poder que seleciona o que deve ou não ser passível de lembrança e registro social. De acordo com Peralta (2007), em estudos sobre memória social, essa dimensão da memória é utilizada para suprir determinados setores dominantes da sociedade, a fim de garantir suas necessidades e propósitos sejam eles sociais ou políticos.

Mesmo com o alargamento do conceito de Patrimônio, ainda assim, as esferas e os jogos de poder estão presentes, pois ainda parte de uma esfera institucional do poder a decisão do que deve ser preservado ou não, por isso a importância de reconhecer o conceito de referências culturais, para que se tenha a lucidez de que a escolha do que dever ser ou não patrimônio parte de um lugar e determinados sujeitos. E a partir dessa leitura e ciência dos fatos que se pode galgar novas perspectivas para que a política do patrimônio se torne pública, no que diz respeito à participação massiva da sociedade civil na decisão da preservação dos bens culturais.

Nesse sentido, somente a partir da descentralização das políticas de patrimônio através do usufruto e do entendimento do conceito de Referência Cultural que busca a aproximação e a troca de conhecimento com os detentores, nesse caso da categoria imaterial, de suas

manifestações culturais, seus saberes e fazeres e a aproximação da sociedade civil no processo que se construirão políticas culturais mais democráticas e que de fato respeitem a diversidade cultural brasileira.

4.2 A tradição se perpetua: o registro do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Início este tópico me reportando ao entendimento sobre o processo de patrimonialização como um instrumento construído a partir de uma base institucional histórica marcada por burocracias, mas que se torna, a partir do momento em que entra em contato direto com o bem a ser registrado, um instrumento de luta e de reconhecimento (GONÇALVES, 2007) por parte de uma comunidade, neste caso.

De acordo com o Parecer do Relator do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural — IPHAN (Processo nº 01424.000185/2016-18.), em documento, o proponente do processo de Registro do Marabaixo foi o próprio IPHAN juntamente com a comunidade marabaixeira que após reuniões, mapeamento das comunidades e assembleias ministradas pelo próprio Instituto no intuito de fazer conhecer às comunidades a respeito do processo de registro de suas implicações, e que segundo os próprios marabaixeiros, essa escolha garantiria uma equidade de participação entre eles. As reuniões e assembleias são parte da mobilização para o registro, etapa de esclarecimento que vem posteriormente da ciência do IPHAN do interesse de um grupo de detentores pela patrimonialização de suas práticas.

Para o encaminhamento do processo, o Inventário Nacional de Referências Culturais produzido durante os anos de 2013 e 2014, teve como intuito subsidiar o processo de Registro de Marabaixo, que já teria sido recusado por três vezes por não conter informações suficientes sobre a manifestação, pelos próprios detentores não estarem a par dos processos e por não estarem entre os solicitantes do Registro.

Porém, no ano de 2016, outro pedido de registro foi realizado, segundo consta no parecer: “o processo foi encaminhado pela então Superintendente do IPHAN no Amapá, Sra. Juliana Morilhas Silvani, na condição de proponente, à Sra. Presidente do IPHAN, Kátia Santos Bogéa, em 15 de junho de 2016” (Processo nº 01424.000185/2016-18.). Juntamente com o INRC pronto, contando agora com um arsenal histórico e etnográfico, o pedido foi acatado, votado pelo conselho e teve o parecer favorável ao processo de registro no Livro de Registro de Celebrações, onde são registrados “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho,

da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. ” (CASTRO; COSTA, 2008, p. 127) conforme o Decreto de Nº 3551.

Após breve explicação do processo burocrático de registro, a partir desse momento, este capítulo e tópico final, será especialmente dedicado às impressões de pessoas da comunidade marabaixeira envolvidas no processo de Patrimonialização do Marabaixo; Obviamente foram muitos os envolvidos, mas tal qual propõe este trabalho desde o seu início, busco privilegiar a fala de mulheres, estas, neste caso, atualmente estão à frente da feitura do festejo do Marabaixo no Laguinho e na Favela e são consideradas referência para a comunidade marabaixeira em questão.

Nessa perspectiva, apresento as interlocutoras no sentido de sabermos como se deu esse processo, em suas perspectivas, ou seja, “como esses grupos passam a representar essa nova realidade ou como tornam o status de Patrimônio Imaterial nacional, algo não familiar, em familiar é o que deve ser perguntado” (CASTRO; COSTA, 2008, p. 128).

A primeira interlocutora é Danniela da Silva Ramos, nascida no bairro do Laguinho, e neta de Tia Biló. A segunda interlocutora é Valdinete Costa, nascida no bairro da Favela, filha de dona Natalina Silva da Costa, também conhecida como Tia Natalina, e Val do Marabaixo como é conhecida na comunidade Marabaixeira é também sobrinha de Tia Zezé.

Essas mulheres atualmente estão à frente da organização do Ciclo do Marabaixo e a escolha para que fossem entrevistadas nesse momento da pesquisa foi por possuírem uma posição de destaque entre os grupos, além de uma certa familiaridade construída entre mim e elas. Com Valdinete, a partir das várias visitas no seu barracão (Berço do Marabaixo) durante alguns Ciclos do Marabaixo e com Danniela pela proximidade a partir das entrevistas com Tia Biló, onde ela estava sempre presente para auxiliar-me. Como é possível observar, ambas possuem um grau de parentesco muito forte e próximo com Tia Zezé e Tia Biló o que me ajudou a entender as raízes que Danniela e Valdinete herdaram.

As falas destas interlocutoras se darão pela ordem de entrevistas, primeiramente entrevistei Danniela Ramos, em uma sala da Biblioteca Pública Elcy Lacerda, mas especificamente na “Sala Amapaense”. Iniciei nossa conversa perguntando a Danniela se poderia me falar um pouco sobre ela, sobre sua história de vida e sua relação com o Marabaixo, e ela prontamente me responde:

Meu nome é Danniela Patrícia da Silva Monteiro, sou mais conhecida como Danniela Ramos porque eu sou da família Ramos, bisneta do Mestre Julião Ramos, neta da Tia Biló lá do Laguinho, até os meus oito anos de idade meu nome levava Ramos, era Danniela Patrícia Ramos da Silva e depois o meu pai me reconheceu e me registrou e naquela época era o cartório que determinava como os nomes ficavam, né? Sempre é

o último nome do pai e o último nome da mãe, então acabou, acabaram me tirando o Ramos e eu fiquei Danniela Patrícia da Silva Monteiro, é eu nasci em 20 de Março de 1979, tenho quarenta anos, fiz agora recente, inclusive, nasci em Macapá mesmo, sou amapaense da gema, na Maternidade Mãe Luzia, minha mãe Maria do Socorro Ramos da Silva e meu pai José Lourival da Silva Monteiro, também amapaenses, minha mãe laguinhense da gema, o meu pai é descendente de Mazagão, é...sou bisneta do Mestre Julião Ramos como eu falei e neta da Tia Biló, nasci entre caixas de Marabaixo e os santos homenageados do Marabaixo, Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade, então, eu não poderia fugir a regra, né? (Danniela Ramos, 2019).



Danniela Ramos, dançadeira e cantadeira de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo 2019. Fonte: Arquivo Pessoal de Danniela, 2019.

Somente a partir de suas primeiras falas, já podemos ter a lucidez da história de Danniela e de sua ancestralidade, neta e bisneta de pessoas consideradas importantíssimas na história do Marabaixo: Mestre Julião Ramos e Tia Biló, respectivamente pai e filha. Ela prossegue:

Então, eu nasci no meio de toda essa festa, eu digo que eu já nasci dançando Marabaixo, e comecei a cantar com oito anos de idade, comecei a cantar nas rodas de Marabaixo, onde num era muito permitido criança cantar, sempre que minha vó estava, os irmãos dela, me defendiam e me davam a oportunidade de cantar, depois na escola, na escola, é..é na Escola Estadual Azevedo Costa, no bairro do Laguinho, que eu estudei minha vida inteira lá, do pré escolar até a oitava série e lá os professores me incentivavam bastante também, conheciam a minha história, conheciam a história da minha família, então me incentivavam bastante, no Azevedo Costa tinha uma Mostra Cultural, até hoje tem, e nessa Mostra Cultural a gente tinha a oportunidade de mostrar esse trabalho cultural e eu sempre a frente, formamos um grupo lá, e...e formamos um grupo de Marabaixo onde é..é... eu incentivei vários jovens, né? (...) e aí a gente montou um grupo só de jovens, dançava na escola, dançava em outras escolas que convidavam a gente, o grupo fez muito sucesso que eram só jovens mesmo, adolescentes e aí as pessoas assim ficavam até espantadas porque muita gente tinha

essa ideia de que o Marabaixo era só de velho, de...de preto e somente das famílias envolvidas, e não era, na verdade o Marabaixo é a manifestação cultural do Estado do Amapá, então a gente levava essa mensagem por onde a gente passava, isso me incentivou muito, eu sofri muito preconceito, tinha também aqueles alunos que não gostavam e falavam mal e achincalhavam e me colocavam apelido, quando me viam na rua no ciclo de Marabaixo, nos momentos em que o Marabaixo saía na rua e a gente sempre ia, na casa da minha vó, as crianças eram linha de frente, digamos assim, a gente sempre ia na frente puxando o cortejo, as vezes levando a bandeira, a coroa do Divino e da Santíssima e aí tinha alguns colegas que quando viam a gente, chegava na escola era aquela encarnação, tanto que eu digo que da minha família eu fui sempre sem vergonha, sempre enfrentava mesmo as pessoas, brigava muito... (Danniela Ramos, 2019).

Nascida em meio aos tambores, como ela mesmo diz, além de dar continuidade a essa manifestação desde pequena, no seu relato é possível perceber a carga negativa que era incumbida ao Marabaixo. Por ser um festejo de origem negra, percebemos o racismo da sociedade quando ela conta que sofria discriminação dos seus colegas por representar essa manifestação. Ainda assim, ela não desistiu de se tornar uma representante desta tradição e nos conta:

Quando vinham é... me...me por apelido, me achincalhar, eu ia pra cima, eu defendia, as vezes chegava em casa chorando e a minha mãe sempre me incentivava, dizia que eu não tinha que ter vergonha, que eu tinha que levantar a cabeça que essa era nossa história é...é...é...é era pra gente ter orgulho disso, isso é a história do nosso bisavô, né? Essa herança cultural que ele nos deixou e a gente tinha que levar isso adiante, então eu ouvia isso muito da minha mãe, ouvia dos meus professores, ouvia da minha vó, então isso só me fazia realmente continuar, avançar e enfrentar todo esse preconceito e essa discriminação que eu sofria. E por incrível que parece isso só fazia eu me apaixonar ainda mais, aí com oito anos eu comecei a cantar e não parei mais, né? Hoje já...já...já sou até compositora, tenho mais de trinta ladrões compostos por mim, né? E essa é minha contribuição que eu deixo pra... (Danniela Ramos, 2019).

O enfrentamento a essas práticas racistas fez parte de toda a sua trajetória enquanto mulher e marabaixeira, e provavelmente de suas ancestrais. O Marabaixo, como qualquer outra manifestação da dita cultura popular teve também que criar suas próprias táticas de resistência e sobrevivência e ainda atualmente persiste em ser reconhecido como parte da identidade cultural do estado. O seu registro como Patrimônio Cultural é apenas parte de um processo muito maior de enfrentamento ao racismo institucional e historicamente vivenciado pela população marabaixeira, como abordado ao longo deste trabalho.

Dessa forma, quando se fala das práticas de enfrentamento ao racismo institucional, o próprio IPHAN proporcionou um reconhecimento tardio às práticas e bens culturais de matrizes africanas, consideradas por um longo período desde a criação do Instituto a partir de “uma percepção negativa de suas manifestações culturais objetificada na criminalização de suas práticas e na apreensão de seus objetos de culto” (GURAN, 2017, p. 215 *apud*. LIMA, 2012, p.

46). Somente a partir das organizações civis, em especial o Movimento Negro a partir de 1980, e do processo de redemocratização do Estado brasileiro, que se estendeu pela década de 1990, é que políticas públicas culturais voltadas para esse sentido foram instauradas.



Marabaixo da Murta na chega em frente ao Santuário Nossa Senhora de Fátima para benção do padre, Ciclo do Marabaixo 2018. Fonte: Autora, 2018.

Nesse sentido, pergunto a Daniela sobre como foi e quando foi seu primeiro contato com os segmentos conceituais do Patrimônio Cultural, ela me responde:

Na verdade, desde 2003 quando eu assumi, pela primeira vez uma entidade, né? que eu passei a presidir que foi a Associação Cultural Raimundo Ladislau que foi a primeira a ser fundada no estado do Amapá, uma entidade vinculada a cultura do Marabaixo e que tinha esse objetivo de fazer esses resgarde, essa preservação do Marabaixo enquanto manifestação Cultural do Estado do Amapá e essa entidade foi criada pela minha família em 1988, que foi criada pela minha vó, pelo meu tio Munjoca, e...é...era um dos esteios da nossa família, pelos irmãos da minha vó filhos do Mestre Julião Ramos, sobrinhos como o Tio Pavão também foi um dos fundadores e amigos do bairro do Laguinho, ajudaram a fundar aí a primeira Associação vinculada ao Marabaixo, né? E, em 2003 o meu tio me pediu, me perguntou se eu tinha o interesse de ser presidente da Associação porque os irmãos da minha avó já tinha morrido há alguns anos, ele já tava meio que cansado, é fazer cultura nesse Estado não é fácil, nesse país não é fácil, é uma missão muito árdua, e o meu tio já tava muito cansado, muito calejado de andar com o pires na mão, pra ele é até humilhante certas coisas, aí ele já não queria mais, aí ele me...como eu já estava muito interessada, já tava ajudando muito a família, né? Já..já...já ele já corria prum lado eu corria pro outro, né? Em busca desse apoio pra realização do Ciclo do Marabaixo, pra realização das nossas oficinas, que eu já tava fazendo oficina nas escolas, nas universidades, nas praças, aí ele me, ele me perguntou se eu tinha interesse e eu aceitei o desafio na hora, e aí, desde de 2003 eu comecei a pesquisar, né? Eu comecei a ter ajuda, a pedir ajuda de outras pessoas pra gente começar a elaborar projetos pra levar o Marabaixo pra dentro das escolas, né? Projeto pra levar o Marabaixo pra outros municípios, porque apesar da gente entender que o Marabaixo é a identidade do povo amapaense, mas tem muito

município que não conhece o Marabaixo, tem bairro de Macapá que não conhece e os municípios mais ainda, então eu comecei a pesquisar, a correr atrás e comecei a...a ouvir, a ler sobre essa palavra Patrimônio Cultural, né, e eu sempre entendi que o Marabaixo era o nosso grande Patrimônio Imaterial e que merecia esse reconhecimento e aí, e aí a gente começou... (Danniela Ramos, 2019).

Como parte de sua trajetória, ela presidiu a Associação, e partir de sua fala também é possível identificar a dificuldade em realizar as festividades do Ciclo do Marabaixo por falta de apoio do poder público e os limites impostos seja pela história ou pelo destino em se fazer reconhecer a existência dessa manifestação cultural secular como parte da cultura do estado. Dito isto, prossigo querendo saber a respeito desse processo de Patrimonialização. Pergunto a Danniela como se deu:

(...) quando foi em 2013, não... 2006 aí nós recebemos a primeira visita do IPHAN, na verdade eu fui numa reunião do IPHAN, no aniversário da Fortaleza e nessa reunião terminou lá, na verdade era um seminário, terminou a reunião eu pedi pra conversar com a técnica lá do IPHAN e falei sobre o Marabaixo e já tinha lido sobre que o IPHAN tinha um livro de Registros, né, que reconhecia as culturas, né, em vários estados brasileiros já tinha havido esse reconhecimento e aí a menina ficou super interessada e aí ela me falou que já tinha havido...sido feita algumas solicitações de reconhecimento, mas que o IPHAN entendia que eram de pessoas que não tinham muita legitimidade pra fazer essa solicitação, que eram de políticos e ela me falou que...o IPHAN tinha que ser provocado pela comunidade, pelos fazedores, pela sociedade civil e aí foi que a gente já marcou outro pra conversar sobre isso, conversamos bastante, ela me deu, inclusive, muitos materiais pra me ler sobre...sobre Patrimônio Histórico, Material, Imaterial, livros de algumas culturas que já tinham sido reconhecidas, só que aí depois a gente perdeu o contato... (Danniela Ramos, 2019).

Como afirmado anteriormente, segundo o Parecer do IPHAN, a construção do inventário para o Dossiê do Marabaixo se deu nos anos de 2013 e 2014, e somente em 2016, após tudo estar nos conformes, um pedido oficial fora enviado ao IPHAN nacional para apreciação e votação pelo Conselho Consultivo e o Parecer Oficial, sendo dado no final do ano de 2018.

Uma longa batalha fora travada para esse reconhecimento e uma nova começa dado às demandas necessárias para a permanência da titulação do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Segundo as regras institucionais do IPHAN, após o período de dez anos serão realizadas novas pesquisas técnicas para saber se a Titulação deverá ou não permanecer. A manifestação ou bem imaterial nestes termos ficará registrada como manifestação do seu tempo (Art. 7º do Decreto 3.551, 2000).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para o início de um processo de registro de um bem cultural imaterial é necessário que seja

apresentado um pedido oficial formulado por associações civis ou governamentais expressando o interesse e anuência para o registro da manifestação em questão. Após acareação da presidência do IPHAN, o processo de registro é aberto, assim como a construção do Inventário, documento responsável pela reunião de todos os dados referentes a manifestação construído por uma equipe técnica formada por diferentes profissionais que podem incluir, arquitetos, historiadores, antropólogos, arqueólogos, cientistas sociais, etc.

Após o processo de construção do Inventário, este é levado para avaliação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural formado pela mesma gama de profissionais de diferentes áreas do conhecimento associados ao Patrimônio Histórico e Artístico para votação e homologação do parecer que será publicado no Diário Oficial da União. O processo é finalizado com a inscrição do bem cultural em um dos Livros de Registro e a entrega do certificado a comunidade detentora do bem (Resolução nº 001/2006, IPHAN).

Dito isto, daremos continuidade a fala de Danniela em relação ao processo de Patrimonialização do Marabaixo:

o IPHAN novamente nos procurou e aí já veio com os pesquisadores já pra iniciar é...a pesquisa pra elaborar o dossiê, né? Fazer todo o levantamento da história do Marabaixo em todo os estados do Amapá e aí foi quando já...já...já tinham feito, já tinham escolhido os técnicos que concorreram ao edital, né? Aí esse pessoal veio, já veio no ciclo do Marabaixo, já fez todo os registros, entrevistas, aí foram vários momentos, aí fez registro de áudio, de foto, né? Dos rituais do Ciclo do Marabaixo, aí foram em outras comunidades negras que realizam o Marabaixo, né? Como forma de homenagem aos seus santos padroeiros e entrevistaram pessoas de Macapá, de outras comunidades, né? Dos bairros do Laguinho e da Favela, de Mazagão, é...é Ilha Redonda, Maruanum, Igarapé do Lago, aí depois já montaram um comitê gestor dentro do IPHAN, onde até hoje esse comitê gestor existe, a gente reúne frequentemente e esse comitê, ele é formado por representantes do Marabaixo de várias comunidades daqui do nosso estado e sempre que alguém tem interesse, vai fazendo parte, vai entrando, o processo ainda não parou, o processo continua e nada impede que as pessoas possam fazer parte, é...e aí depois de muito tempo da gente reunindo e depois nós tivemos que fazer o pedido oficial pra o IPHAN nacional, né? Depois que o dossiê já estava pronto e aí faltou o pedido oficial e aí nós elaboramos, a gente fez umas oficinas, na verdade, aí cada um ficou de responder algumas perguntas e com essas respostas a gente juntou tudo e elaborou o pedido e enviou pra Brasília, aí quando foi no ano passado a gente teve essa, essa resposta, né? De que o Marabaixo seria, seria oficialmente reconhecido e registrado como Patrimônio Histórico e Imaterial do Brasil. Quando nós tivemos lá em Belém em novembro e foi tudo muito lindo, valeu a espera, não foi fácil, mas realmente são várias etapas e tudo tem que...que seguir corretamente essas etapas, porque quando chega lá no conselho que vai fazer essa votação, eles precisam é...realmente ter tudo é...é...é...muito bem elaborado, as etapas todas, elas precisam ser respeitadas pra que não haja nenhuma dúvida e de repente corresse o risco de não se efetivar esse registro, tanto que foi tudo bem feitinho, tudo bem...bem.. realizado que o Marabaixo foi...foi aprovado no conselho por unanimidade, né? Não houveram dúvidas (Danniela Ramos, 2018).

Como vemos na fala de Danniela, foram muitas etapas a serem seguidas para a conclusão do processo e finalmente o recebimento do parecer do registro do Marabaixo, a saber

as etapas que constituem todo o processo de registro de uma referência cultural consistem primeiramente a partir da sua identificação em uma das categorias de bens culturais, de acordo com Arantes Neto (2000) destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:

1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;
4. Espaços em que se produzem as práticas culturais. (ARANTES NETO, 2000, p. 23)

A partir dessa identificação em uma das categorias, serão iniciadas a construção do Inventário da referência cultural em questão. No caso do Marabaixo, ele foi identificado no livro 2 ou livro de Celebrações e a metodologia seguida foi o preenchimento da Ficha de Celebrações que consiste nas informações que o identifiquem tais como o nome pelo qual a celebração é reconhecida, imagens da celebração, o que é a celebração (um breve resumo), onde é realizada, momentos e datas importantes associados a celebração, sua história e significados e funções que possui para a comunidade; e informações que o descreva, como períodos em que ela ocorre, pessoas envolvidas, comidas e bebidas, roupas e acessórios, expressões corporais, expressões orais, objetos importantes, estrutura e bens necessários para a realização da celebração e outros bens culturais relacionados a celebração (IPHAN, 2013).

Ao final, as metodologias específicas desenvolvidas para cada uma das categorias e que fazem parte da construção de todo o material acima citado, será realizado um relatório final ou avaliação que descreve de maneira detalhada os motivos pelos quais tal celebração deverá ser preservada como uma referência cultural além de recomendações para que a sua existência, realização e transmissão sejam realizadas da melhor maneira possível respeitando as vivências e entendimentos dos seus detentores (IPHAN, 2014).

Agora, como ela mesmo diz, o processo ainda não está finalizado, pois existe o Plano de Salvaguarda, que consiste exatamente em formular projetos para a preservação e fomento do Marabaixo, a partir de parcerias sejam do poder público, sejam de iniciativas privadas. Essa é uma etapa desafiadora, pois a comunidade é quem determinará como se dará a realização desses projetos e os jogos de poder nesse sentido são intrínsecos e podem acarretar diversas problemáticas, além de que o Plano de Salvaguarda é essencial para que se possa observar de acordo com as prerrogativas do IPHAN se a Titulação permanecerá ou não dentro do período estipulado. Neste sentido, Danniela me conta:

o nosso maior, a nossa maior angústia por esse Registro que a gente, a gente tinha uma urgência muito grande, né, em propor e desenvolver ações de resguardo do Marabaixo, né? De fortalecimento do Marabaixo e que a gente realiza, mas realiza a passo de formiguinha porque a maioria das ações que a gente realiza é como nosso próprio esforço, como nosso próprio, próprio recurso, né? Aí, não é fácil, que a gente sente muita dificuldade do...do..da..valorização, né? Do poder público, dos nossos gestores, eles não valorizam realmente o nosso Marabaixo como ele merece ser valorizado, né? Por isso que a gente ainda não conseguiu ultrapassar o rio Amazonas, né? Conseguimos agora através desse registro, foi um passo, né? Foi um primeiro passo, um passo bem largo e a gente acredita que através desse reconhecimento a gente vai conseguir agora é, realmente realizar ações que vão fazer com que o Marabaixo ultrapasse o rio Amazonas e seja reconhecido realmente lá fora e garanta esse futuro do Marabaixo, porque as nossas crianças, os nossos jovens já estão fazendo a parte deles, mas é preciso que se desenvolva ações realmente que esse Marabaixo se expanda pra todo o estado e ganhe o Brasil e quiçá o mundo, né? E o reconhecimento, o registro do Marabaixo como Patrimônio Histórico Imaterial do Brasil vem nos dar essa garantia, porque depois desse registro, aí nos formulamos o...o...deixa eu lembrar, hum...me fugiu agora, o plano...é tipo um plano de ação, mas não é tem um outro nome, a gente já formulou as propostas pra esse plano de ação, depois eu lembro o nome e eu vou te falar, que esse plano de ação, ele envolve vários parceiros, né? Governo do Estado, Prefeitura de Macapá, Governo Federal através do IPHAN, é...iniciativa privada, né? Envolve vários parceiros, só que a diferença agora é que o IPHAN vai cobrar dessas pessoas, né, a efetividade do apoio realmente pra que essas ações sejam desenvolvidas. O IPHAN vai visitar esses parceiros e o IPHAN vai cobrar esses parceiros, né, esse plano de ação, ele, ele será desenvolvido a curto, médio e longo prazo, né? E ele tem aí um prazo de até dez anos pra que ele seja desenvolvido, pra que sejam colocadas em práticas essas ações, tá? E depois desse período de dez anos, o IPHAN vai avaliar o que realmente foi realizado, o que foi positivo, né, e se o Marabaixo tem condições de caminhar com as próprias pernas, o que quer dizer com a próprias pernas (?) se o Marabaixo vai ter esse apoio natural desses parceiros, né? Ou se o IPHAN vai ter que continuar cobrando desses parceiros, né? E aí, se for o caso, o IPHAN vai chamar o Ministério Público, digamos daqui dez anos dessas ações todas que foram pautadas, poucas ações desenvolvidas e esses parceiros não demonstraram interesse devido, o IPHAN, se for o caso vai procurar o Ministério Público, né? Pra que a gente é..o Ministério Público elabore um T.A.C se for o caso, fazendo com que realmente esses parceiros possam efetivamente apoiar o Marabaixo, né? É, demandar recursos para o desenvolvimento das ações, né, então isso é positivo, né? E dentro desse plano de ação tem várias ações extremamente importantes para o resguardo e fortalecimento do Marabaixo, né? (Danniela Ramos, 2019).

Dentro do seu entendimento sobre esse processo, Danniela deixa bem claro o seu envolvimento e suas angústias caso o Plano de Salvaguarda não seja respeitado ou concretizado com o auxílio desses parceiros, mas há um sentimento de esperança na crença de que isso irá acontecer e muita cautela no que diz respeito a essa relação como o poder público e iniciativas privadas. Nesse sentido eu instigo em saber sobre esta última relação, que desde sempre, historicamente e institucionalmente falando, sempre fora muito delicada a relação entre marabaixeiros e poder público, ela me diz:

Isso tá muito bem detalhado dentro desse plano de ação, sabe? E aí, o comitê gestor do IPHAN vai intervir se isso de alguma forma, que...que isso não está, não está é..é...é...a gente não descarta essa hipótese, hoje tudo gira em torno de política, né? E

a política é até muito boa, faz parte da nossa vida, o ruim é quando eles querem fazer politicagem, né, usar da nossa história, da nossa imagem, do nosso nome, do nosso trabalho, mas, aí é por isso que o comitê gestor existe pra que a gente possa agir em momentos como esse também, né? A gente vai dizer até onde eles vão contribuir e a partir dali é com...com...os artistas, os atores do Marabaixo, né? É por isso que as vezes a gente tem dificuldade em conseguir apoio porque quando eles querem apoiar, eles querem dizer ditar as regras, querem dizer de que forma aquilo tem que acontecer e a gente é muito resistente em relação a isso, apesar de que alguns momentos acabam cedendo, pela necessidade mesmo, né? As vezes, a pessoa quer realizar aquilo ali e aí só consegue realizar na época da campanha eleitoral, né, porque o...o político né, tem interesse né, nos votos e aí acaba cedendo ali, naquele momento pra realizar aquela ação, então, isso já acontece na verdade, mas a gente sempre tenta é..alertar as pessoas, sabe? O objetivo, realmente, é o resgarde da cultura e que essa cultura seja pra todo os estado do Amapá, né? E que essa cultura não saia das mãos dos atores dos Marabaixo...dos atores dessa cultura, dos atores dessa manifestação cultural, né? Que vão saber, realmente levar isso adiante pra todo o estado, pra todas as pessoas, realmente (Danniela Ramos, 2019).

Nesse sentido, ela me diz que esse Registro veio justamente para empoderá-los a respeito de como irão se dar as relações com outras instituições. Eles passaram a ditar as regras, tendo em vista, é claro, que esse Registro dará abertura para que muitos se aproveitem dessa imagem principalmente em campanhas eleitorais, prática muito comum no Estado, infelizmente, mas se alicerçando em esperança e no auxílio que o Ministério Público e o próprio IPHAN darão para que qualquer prática nesse sentido seja amplamente denunciada e rejeitada. Esperamos e lutaremos que assim seja. Dito isto, ela finaliza nossa conversa, dizendo:

Com certeza, com certeza! O registro tem esse objetivo de resgarde da cultura, de resgarde da manifestação cultural no caso que é o Marabaixo, né? E esse resgarde é pautado exatamente nisso que ninguém venha tomar proveito, que as pessoas venham realmente pra ser parceiros, né? Pra...pra...digamos assim, pra fazer aquilo que nós não alcançamos, fazer devido a falta de recurso financeiro, mas somos nós que vamos realizar essas atividades, né? Nós, que eu falo, os marabaixeiros do estado do Amapá, somos nós que vamos levar isso pra sociedade e somos nós que vamos dizer de que forma isso vai chegar lá, onde, onde nós queremos, onde nós objetivamos, sem que tenha essa interferência, né, política, né? O gestor tem que saber o lugar que ele vai entrar e até onde ele pode ir (Danniela Ramos, 2019).

A partir dessa última fala de Danniela, é possível realizar uma reflexão sobre o processo chamado “espetacularização” das práticas culturais. É um movimento muito comum, ocasionado pelos moldes do sistema capitalista, onde, de acordo com o antropólogo José Jorge de Carvalho, em artigo a respeito desse processo, caracteriza a espetacularização como:

(...) um movimento crescente e contínuo de invasão, expropriação e predação, conectado basicamente com a voracidade das indústrias do entretenimento e do turismo e também com a cooptação de artistas populares por parte de políticos regionais populistas (CARVALHO, 2010, p. 41).

Esse processo é descrito na fala de DannIELa como uma expectativa negativa em relação ao Registro do Marabaixo, já que com esse acontecimento a sua popularização e disseminação irá aumentar com vistas a reconhecimentos por outras comunidades e municípios, e partir disso, é uma possibilidade muito grande que esse processo possa também ocorrer dentro do Marabaixo. Mas como ela também afirmou, o próprio registro também é a solução desse possível gargalo, que é justamente o poder de decisão e estabelecimento de limites para como outros setores da sociedade, principalmente os setores governamentais.

A partir de então, gostaria de trazer à tona as impressões de Valdinete Silva da Costa, marabaixeira, nascida no Bairro da Favela, filha de Tia Natalina, e sobrinha de Tia Zezé, e neta de dona Gertrudes Saturnino, a pioneira a morar no bairro da Favela. Val do Marabaixo como é conhecida carrega a ancestralidade de mulheres que transgrediram as regras impostas por uma sociedade racista e machista e ela faz questão de deixar isso muito bem esclarecido, como se verá a seguir.



Valdinete Costa a direita e Lorena Mendes, sua filha, a esquerda. Ciclo do Marabaixo, 2018. Fonte: Autora, 2018.

Como realizei a mesma dinâmica de um roteiro pré-moldado de entrevistas, começaremos com Val me falando sobre ela, sua vida e sua relação com o Marabaixo. Ela começa me contando:

O meu nome é Valdinete Silva da Costa, eu tenho 48 anos de idade, sou nascida e criada...criada no bairro da Favela, hoje o atual bairro Santa Rita, é...eu vivo nessa trajetória do Marabaixo desde que eu nasci mesmo, né? Já foi dentro dessa manifestação e eu...eu, falar do Marabaixo é falar da minha história, falar da minha vida, é falar da minha mãe, é recordar minha infância...E assim, quando fala em mãe, eu me reporto pra minha que perdi muito recentemente e a gente só guarda as lembranças agora, né? Mas...é, a importância desse trabalho que vocês estão fazendo é muito grande, uma vez que esse ano também nós tivemos essa mesma intenção de voltar o nosso Ciclo do Marabaixo com a temática voltada para essas mulheres que ainda hoje mantém viva, né? Essa nossa tradição e essa nossa cultura e se elas já não podem mais, elas transmitem esse mesmo conhecimento para seus filhos, seus netos e é nessa missão que nós estamos. Então, para mim, é...recordar meus pais, a minha infância é um...é muito...é muito emotivo mesmo, é muita emoção para mim porque eu me reporto lá pra quando eu era criança, que eu era muito é...discriminada pelos meus colegas exatamente por viver essa manifestação dentro da minha casa sempre foi, na casa da minha mãe, então eu era muito discriminada. Hoje, graças a Deus as minhas filhas já não sofrem, ainda sofrem o *bullying*, a discriminação, mas não com tanta efervescência que eu, que eu vivi, né? E assim, o processo até de aceitação foi difícil para mim também, porque eu tinha, eu era discriminada na escola por conta disso, então, a gente na adolescência, a gente até tentou um pouco se distanciar da própria manifestação, mas como o tempo, com mesmo com a vivência e com a necessidade de perpetuar essa tradição nós fomos nos sentindo parte desse processo e fomos aderindo (Valdinete Costa, 2019).

Logo fui surpreendida por algumas lágrimas da Val, que ao se reportar a mãe, Tia Natalina, se recorda com muita saudade. Fiquei um tanto comovida também, porque foi uma surpresa pra mim que eu a pegasse de surpresa numa pergunta que escrita parece muito simples, mas é carregada de sensibilidades e recordações que muitas vezes nem o interlocutor e nem nós, pesquisadores, estamos preparados.

Para além desta surpresa, me deparei, no depoimento de Val, com a mesma queixa sobre a discriminação sofrida por Danniela, por viverem essa manifestação, foram discriminadas durante a infância e adolescência. A alternativa de Danniela foi o enfrentamento quase que direto a esses ataques, e o de Val não vai tanto pelo mesmo caminho vendo que ela quase se distanciou, mas a necessidade de perpetuar essa tradição foi mais forte.

Em seguida, Val me conta um pouquinho da história do Marabaixo na Favela, bairro onde nasceu, cresceu e onde até hoje realiza as festividades do Ciclo do Marabaixo no conhecido Barracão da Tia Gertrudes onde se localiza também a Associação Cultural Berço do Marabaixo. Ela diz:

A minha mãe trouxe essa manifestação da minha vó, eu não convivi com a minha vó, que é a Gertrudes, eu não convivi, porque quando eu nasci, ela já tinha falecido, né? Eu nasci em 1970, ela faleceu em 1970, e eu não tive a oportunidade de conviver com ela, eu já convivi com a minha mãe, né? mas ela sempre...fazendo a manifestação cultural, sempre tendo essa responsabilidade, esse compromisso de manter essa tradição, até por conta que a minha vó fez essa promessa, daí se deu o processo, que eles faziam antes da festividade o Marabaixo de São José que faziam juntos, né? Então era todo mundo junto, as famílias juntas, aí depois quando se desmembrou, ela foi para o bairro da Favela, minha vó com os filhos e os outros vieram aqui para o Lagunho, e

a minha vó sempre fazia, vinha pros Marabaixo no Laguinho, fazia as reza dela, mas o Ciclo, a tradição do Ciclo, em louvor a Santíssima Trindade partiu-se mesmo dessa...dessa promessa, minha vó fazia, mas num tinha aquela, uma vez fazia lá, outra vez fazia em outras casas, mas a minha vó passou quando a minha mãe teve um problema de saúde, saúde não, ela não engravidava, até engravidava mas não conseguia gerar até o final a gestação, e na terceira gestação, os dois primeiros ela já tinha perdido, na terceira gestação que foi do meu irmão mais velho, a minha vó fez a promessa a Santíssima Trindade que a minha mãe pudesse ter o filho que ela enquanto vida tivesse ela fazia a manifes...a festividade a Santíssima Trindade e colocando a mesa dos Inocentes, né? Doze crianças, segundo a visão de Jesus e seus doze..Jesus e seus apóstolos, no caso seriam treze crianças, Jesus e seus doze apóstolos, e assim ela fez, né? Minha mãe conseguiu segurar não só esse meu irmão, mas como uma ninhada de doze filhos, somos doze (Valdinete Costa, 2019).



Dona Gertrudes Saturnino, avó de Valdinete Costa. Fonte: Arquivo pessoal de Maria Libório, 1970.

Durante essa fala, acabamos percebendo o quão simbólica foi a promessa realizada por Tia Gertrudes para que sua filha Tia Natalina pudesse conseguir ter filhos: ela acabou tendo doze filhos, de acordo com o que ela fala sobre a visão de Jesus e seus doze apóstolos. Após nossa constatação e surpresas por isso, prosseguimos nossa conversa, e ela me conta sobre sua trajetória no Marabaixo:

O momento em que eu comecei foi desde pequena, logo na minha adolescência eu me afastei um pouco por causa do processo de mesmo que tinha de aceitação, dos amigos, dos colegas, as pessoas se afastavam porque achavam que era, que era, como diziam, que era macumba, entendeu? Aí tinha também o preconceito da cor, então eu, eu não frequentava muito, ficava em casa mas não ia para as rodas, até porque, a gente quando adolescente mesmo, os idosos, eles não permitiam que a gente tivesse nas rodas de Marabaixo, então a gente ficava mesmo a parte, hoje não, nosso processo já é diferente, nosso processo é de agregar, nosso processo é de difundir, os ensinamentos que nós obtivemos até a minha idade, a idade dos meus irmãos foi mesmo na observação, na observação, observando como é dançava como é que cantava, então a gente foi não da participação em si porque a gente realmente não se era permitido ir muito para dentro das rodas, né? A gente não dançava, aí já com uma certa idade a gente já poderia

participar, mas até então não, era só mesmo na observação. E aí, a gente foi aprendendo essa...essas, esses ensinamentos através da observação e da atividade mesmo que era rotineira dentro da nossa casa, né? Então, essa trajetória veio assim gradativamente, eu não cantava também Marabaixo, eu apenas dançava, mas surgiu a necessidade de eu cantar, minha mãe já não lembrava dos versos, do...do..dos ladrões, aí minha irmã Marli, eram que cantava, né? Se sentiu a necessidade de aprender pra não perder a..a..a sua essência e não parar, né? Aprendeu. Aí, por ironia do destino, Marli precisou ir embora por conta dos filhos que foram estudar fora e lógico foi acompanhar seus filhos, já estava aposentada, e aí, surgiu a minha necessidade de ter que não deixar que essa ramificação Natalina se parasse (...) (Valdinete Costa, 2018).

Como se pode observar nas falas de Val, há uma grande mudança no que diz respeito a como o Marabaixo se transmite, como é possível ver também nas falas de Danniela, os mais novos não poderiam fazer parte diretamente das rodas, ficavam somente observando, nos bastidores das festividades, e a partir da geração de Valdinete e Danniela essa transmissão cultural foi modificada, pois os mais novos agora deveriam ir e participar das rodas e da feitura do Marabaixo.

Durante o trabalho de campo que realizei nos Ciclos de 2017 e 2018, foi perceptível a massiva participação de jovens seja tocando, dançando, ajudando na estrutura do festejo, inclusive há um grupo chamado Juventude do Marabaixo de São José que, tal qual o grupo que Danniela formara anteriormente, também faz apresentações aonde é chamado.



Criança tocando a caixa guerreira, Ciclo do Marabaixo, 2018. Fonte: Autora, 2018.

E mais uma vez, Valdinete reforça sobre as discriminações e preconceitos que sofreu por viver o Marabaixo, mas também nos conta como se deu conta de que não poderia deixar-se

desfazer de quem ela era, e como isso foi transmitido até chegar a ela, para que essa ramificação como ela mesmo diz, de Tia Natalina não se perdesse. E assim como essa transmissão foi feita até chegar a ela, este mesmo trabalho ela já está realizando com sua filha mais caçula, como ela mesmo diz:

Então assim, então a gente, por isso a gente realmente se desdobra. Hoje, eu já tô, já tô nesses ensinamentos, a minha filha Lohane canta desde os cinco anos, né? Hoje ela já tem quatorze, ela já tem quatorze, então assim, houveram momentos em que ela já não queria, eu disse: “você que sabe, não quer ir” até mesmo foi na pressão, foi uma espécie de pressão “você não vai pro Marabaixo, você não vai pra outro canto, você não vai, aí você escolhe o que você quer” aí, ela foi, foi, e aí, porque se não, se a gente afastar, a gente não, a gente não...foi uma forma de negociar mesmo da pressão, “tá, tu vai pro Marabaixo, tu me ajuda e tu vai” tanto que hoje, ela me ajuda, ela segura, ela segura mais que eu, porque eu fico já cansada da articulação, de colocar estrutura pra que tudo funcione legal e chega a noite a gente já tá estouradão, e aí, ela segura lá comigo e tem outros parceiros que fazem, mas dentro da família sou eu e ela e a outra minha filha agora, a Lorena, né? Que a Lorena, ela sempre gostou de dançar, ela não gosta de cantar, mas quando surge a necessidade, ela precisa ir lá, e vai e fica. Hoje, eu já tenho o meu neto que tá aprendendo a tocar, tem três anos, então, é... esse, essa rotatividade de ensinamentos que a gente passa para os nossos filhos para que a gente não...não permita que essa história que foi tão bonita, dessa mulher guerreira que foi para o bairro da favela sozinha, enfrentou todo o preconceito machista da época, conseguiu se reerguer e hoje está aqui sendo representada pelos seus netos, pelos seus bisnetos e futuramente pelos seus tataranetos, porque é essa a missão que nós temos, de perpassar, de transpassar, de perpetuar aquilo que ela plantou com tanto sacrifício e que hoje nós já temos essa sutileza até de contar, de escrever a história que ela iniciou e que não pode vivenciar para, né, estar aqui. (Valdinete Costa, 2019).

Então, ela deixa bem esclarecido como se perpetua a tradição do Marabaixo para os seus, mesmo na base da “pressão” ela conseguiu que suas filhas não ficassem de fora de fazer parte da manifestação. Por muitas vezes eu mesma pude observar a sua filha, Lohane, cantar e dançar Marabaixo, e vendo-a fica esclarecido que o trabalho de transmissão que Valdinete se esforçou tanto para consolidar garantiu frutos.

É interessante pensar em como esse processo de transmissão também é importante para a consolidação das políticas do projeto de Salvaguarda do Marabaixo, pois é a partir disto que se darão encaminhamentos se a transmissão e manutenção do Marabaixo como uma referência cultural ainda estão sendo realizadas plenamente. Observando por outra perspectiva, é mesmo um jogo de pressão até mesmo para a comunidade, que agora vai se preocupar com a permanência ou não da titulação do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Em seguida, continuamos a falar sobre esse processo de perpetuação, e logo tocamos no assunto que mais interessa deixar registrado, quais suas impressões sobre o processo de Patrimonialização do Marabaixo, ela me conta:

Então é isso, hoje com essa conscientização de nós mulheres é que a gente já tá levantando realmente a bandeira para que a gente possa deixar marcado, registrado, a história dessa mulher e assim, eu não tenho mais como...como me, eu tenho mais, não, eu nunca tive como me dissociar do Marabaixo, eu não me vejo sem essa, sem estar dentro do Marabaixo, sem estar levando, defendendo a bandeira do Marabaixo e defendendo essa melhorias do Marabaixo, entendeu? Então, por isso, nós, também acompanhamos esse processo de Registro do Marabaixo, fomos nas reuniões, somos do conselho gestor do Marabaixo, fomos mapear, fazer o mapeamento, fazer o apanhado, fazer todo aquela parte técnica que, que tem para que o Registro ocorra, nós estivemos nesse processo, que depende da gente, dependia muito da gente, desses detentores da cultura pra que a gente pudesse é...garantir essa certificação. Foi um processo demorado, foi um processo longo, mas, pra nós, foi satisfatório que nós conseguimos ainda vivenciar esse momento, né? E pra nós, é muita satisfação, momento de alegria, é o momento que a gente vê, que a gente pode muito mais e que a gente pode ainda, esperar em Deus que a gente possa vivenciar é...essa tomada de todos os amapaenses que tenham o Marabaixo como esse Patrimônio realmente, ter como a sua identidade, se orgulhar e conhecer, especificamente, mais aprofundadamente o que é, de ver o nosso Marabaixo sendo uma parte especial dentro das escolas, né? Não só nas comunidades quilombolas, mas na capital pra que as pessoas possam se apropriar desse bem imaterial que é nosso (Valdinete Costa, 2019).

Fica evidente na fala de Valdinete o quanto essa bandeira do Marabaixo também possui uma dimensão política e social de transgressão de uma institucionalidade imposta historicamente para que ele fosse destituído, apagado da memória social, e como o registro foi e é importante para o reconhecimento da existência dessa comunidade, como já disse anteriormente, e de sua perpetuação, que agora será feita não somente pelas comunidades marabaixeiras mas com o auxílio das instituições que também serão responsáveis pelo fomento e manutenção do Marabaixo. Continuando sua fala sobre como se deu esse processo de Patrimonialização, ela diz:

Há algum tempo a gente já tinha estudado sobre esse, o termo, né? Patrimônio... o que é, o que, a princípio se confundia, se eu, se a gente colocar isso como patrimônio imaterial do Brasil, todo mundo pode vir pra cá e tomar conta disso aqui e a gente se perde em meio, é, da nossa tradição, mas, com o tempo, até mesmo com o próprio IPHAN esclarecendo, a gente começou a entender o processo como se dava, né? E vinham, que..o processo ao mesmo tempo que ele é importante, ele é preocupante e por isso a gente tem que tá no meio termo pra que a gente possa não perder a originalidade, garantir os avanços, sem que a gente fira o que é importante se manter na tradição. E assim, esse processo de imaterial, de..de..de..registro, de patrimônio, a gente conseguiu identificar é...a partir do momento que a gente fez a solicitação, já foi em 2010...2010 que a gente foi junto ao IPHAN esclarecer, que patrimônio é um...é um...é um bem que a gente garante assegurar os direitos, né? as garantias, as legislações que possam, é, eternizar realmente aquele, aquele, aquela cultura, aquela tradição, então, a gente, foi daí que a gente sentiu a necessidade a importância de se buscar, de solicitar, reunir com as famílias, com os marabaixeiros pra que a gente garantisse, a gente...a gente já sentia que se a gente não tivesse esse, esse patrimônio reconhecido, a gente pudesse, talvez futuramente se perdendo essas garantias de direitos, né? Então, a gente sentiu a necessidade a partir daí, desse, desse esclarecimento que foi o que seria a ser esse patrimônio, e aí começou-se o processo para a gente ir também junto com a nossa comunidade desmistificar aquele, aquela ideia, aquele preconceito que nós tínhamos de que se a gente transformasse isso em patrimônio, que nós perderíamos a nossa identidade, que nós perderíamos, os nossos,

as nossas origens, quando não é, é essa manutenção mesmo da nossa, manter cada vez mais forte, fortalecido, essa, essa origem, essa história, e aí a gente foi desmistificando, foi trabalhando de comum acordo pra que a gente pudesse conseguir os avanços, daí vieram todo aquele processo, veio todo é...o mapeamento, o inventário, os históricos, os registros fotográficos, a vivência pra que a gente pudesse realmente conseguir, defender, né? que foi a minha defesa, defender e conseguir emocionar as pessoas que conheceram o que era essa tradição, o que era a vida pra essas pessoas, porque o Marabaixo é a vida de muitas pessoas, de nós, nosso, dos nossos antepassados, né? (Valdinete Costa, 2019).

No meio de tantas mistificações e desconstruções desse processo, ainda há a preocupação de que se perca a “originalidade” do Marabaixo, por isso a importância do Plano de Salvaguarda e por isso ela frisa tanto o seu entendimento de que registrar um bem imaterial é manter essa originalidade, os costumes mais tradicionais sem perder de vista que o Marabaixo pode se transformar, pois é a dinâmica da cultura, e por isso o registro é relevante, para que não se esqueça do tradicional, de sua ancestralidade, garantindo também as suas modificações e a sua perpetuação, um meio termo, como ela própria diz.

É importante ressaltar que o Plano de Salvaguarda, de acordo com o Termo de Referência e Salvaguarda de Bens Registrados baseado no Decreto nº 3.552/2000 é um instrumento utilizado para a promoção da inclusão social e melhoria da qualidade de vida de produtores e detentores de tais saberes, contemplando o acesso a políticas públicas voltadas para a cultura nas esferas federal, estadual e municipal garantindo sua ampla divulgação e promoção (IPHAN, 2015).

Dando prosseguimento, durante nossa conversa Valdinete me aponta um problema muito pertinente sobre a manutenção dos lugares onde são realizadas as festividades, o espaço físico, que é considerado um lugar de memória e que necessita de uma sensível observação, sobre isso, ela me conta:

Nós temos uma casa lá no centro que fica só o ano inteiro, fechada, já sofremos vários furtos, depredações, porque nós não moramos lá porque cada um tem a sua casa, mas...depois do último furto que levaram tudo, a nossa biblioteca, os nossos acervos, o nosso, o nosso patrimônio que nós tínhamos de pratos, panelas, centrais de ar, levaram tudo, fiação elétrica, enfim, levaram tudo porque nós não morávamos lá, e aí, e aí a gente sentiu a necessidade de ter a interferência de outros parceiros pra que a gente pudesse movimentar o barracão o ano todo que foi quando entrou o Bunker dos Desclassificáveis que tem como sede lá hoje, o Berço do Marabaixo, em parceria, e eles fazem atividades conjuntamente com o Marabaixo para que a gente possa manter o barracão cultural aberto o ano inteiro, né? E assim a gente não ter essas interferências de pessoas que não tem...que são mesmo mal caráter que estão pra destruir mesmo o patrimônio dos outros, então foi essa necessidade que nós tivemos de ter essa interferência cultural, pra gente, né, manter...E assim, a casa fica lá, a gente não vende porque, “ah, a mamãe morreu, bora vender essa casa” eu digo, gente, a gente vender essa casa a gente tá vendendo a nossa história, a gente vai apagar de vez a nossa história, a gente podia até vender e...e resolver um problema momentâneo, mas e aí? e a nossa referência? a nossa história, tudo o que a gente acreditou até hoje, como é que

fica? Se a gente não vê o mesmo interesse dos nossos tios, das nossas, dos outros entes da nossa família, se aqui é a referência, então a gente não tem como vender isso junto, a gente pode alugar, a gente pode fazer uma escola, a gente pode fazer qualquer coisa, menos vender que aí seria realmente o fim da nossa história enquanto família Gertrudes (Valdinete Costa, 2019).

Como dito acima, os lugares onde são realizados os festejos possuem um valor sentimental para essas famílias, lugares de memória, é onde a manifestação se faz materialmente se assim posso dizer, e esses problemas também foram identificados no Dossiê realizados pelo IPHAN. Não só esses, mas como o problema da especulação imobiliária, pois atualmente, os locais onde se realizam as festividades do Ciclo do Marabaixo, são áreas “nobres”, “centrais”, para além, ainda muitos deles sofrem com retaliações feitas por vizinhos que se incomodam com o festejo e acabam por chamar a polícia. Tal como ocorreu na década de 1940, com a desterritorialização da população de Santa Engrácia, Praça de Cima e Largo São João, a possibilidade de acontecer novamente um remanejamento é grande.

De acordo com o Parecer do Relator do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (Processo nº 01424.000185/2016-18) e no que diz respeito a esses lugares, esse também foi um argumento utilizado para a urgência no Registro do Marabaixo, pois esses lugares, mais popularmente conhecidos como Barracões, estão sob vulnerabilidade, seja por fatores mais momentâneos como roubos, furtos e depredações, seja por fatores mais permanentes como a especulação imobiliária e a intolerância dos vizinhos. A esse respeito, de acordo com o Parecer:

Considerando a história de expulsão e segregação das populações dedicadas ao Marabaixo em Macapá, é pertinente colocarmos como questão central a segurança dessas populações em relação a propriedade dos espaços físicos e das edificações onde se realizam alguns dos rituais que compõem essa festividade. (...) Em outras palavras, é preciso que o Registro e, especialmente, a salvaguarda desse bem venha também a fomentar políticas de valorização de espaços e edificações que são condição *sine qua non* para sua reprodução. Chamo a atenção em especial para a propriedade das sedes das Associações de Marabaixeiros. Esse é um risco para o qual deveríamos estar atentos (IPHAN, 2018, p. 10).

A respeito desses processos memoriais, Val me conta o porquê desse lugar significar tanto para ela e seus familiares:

Se tornou um lugar de memória, hoje as pessoas, eu senti a necessidade de fazer um bloco, que é o bloco da Marrom, como forma de ir eternizando mesmo, essa, essa ramificação, porque tem o Marabaixo essa referência por ser no barracão, entendeu? Assim como tem essa parte cultural aqui no...no...Pavão, então vamo fazer um bloco pra movimentar aqui, até mesmo na rua, os vizinhos “poxa, quando vocês foram embora daqui, acabou a alegria, acabou a nossa..” porque lá era a casa que todos os vizinhos iam, nós tínhamos um banco na frente da minha casa de baixa da mangueira com o cajueiro que todos os meninos da rua foram criados lá, a minha mãe tinha que

fazer um panelão de feijão, que nós éramos pessoas muito humildes, quando tinha banquete era banqueteta, quando tinha feijão com ovo mesmo, uma farofa de ovo, mas aí não dava pra ela chamar só os filhos dela e tinha um monte de gente, é...então era uma farofa, era uma farofa pra todo mundo, era feijão, era feijão pra todo mundo e essas pessoas foram se criando lá nesse espaço que é a minha casa hoje, então...que a nossa casa hoje, então, quando a gente vai pra festividade “poxa, a gente sente tanta falta dessa, desse movimento na rua porque acabou, era vocês que faziam, vocês num...vocês não moram mais aqui, e a gente passa o ano todinho sem nada” né? (Valdinete Costa, 2019).

Observando toda uma dinâmica que não se dava somente pelo envolvimento único da família e sim por toda a rua, entendo melhor o porquê o apreço e a urgência em também se salvaguardar esses lugares, o que também está previsto legalmente em como deve ser dar o Registro de Bens Imateriais, resguardando também esses lugares que estão atrelados a manifestação em questão (CASTRO, 2008).

Prosseguindo nossa entrevista, e ainda sobre o processo de Patrimonialização, pergunto a ela se ainda há algum receio sobre esse Registro, e ela me responde:

(...) é exatamente por isso que agora nós estamos reunindo para o processo de salvaguarda, né? Por que assim, as pessoas, assim, qual é assim a nossa preocupação, né? Que a gente não tem como impedir, por exemplo alguma pessoa vim de um outro estado e patentear a gengibirra, digamos, né? Essa é uma preocupação, é uma preocupação, porque o processo de...de...de confecção, de construção, de produção da gengibirra, ele é muito artesanal, ele é muito artesanal e quando vem uma pessoa, de uma indústria, vai de repente pra industrializar, o processo será outro, até porque, ela para ir para..para ir pra exportação ou qualquer outra coisa, ela vai ter que ter um processo, um outro processo, até de conservação, mas e aí, como fica? qual é a contrapartida que essas pessoas terão pra nós, enquanto detentores desse...dessa, desse saber? né? Então, essa é uma preocupação, é uma preocupação da gente porque ele se tornou imaterial, patrimônio imaterial, então quando ele se tornou patrimônio imaterial todos os seus elementos se tornaram junto, né? Então, é por isso, que nós estamos exatamente fazendo a salvaguarda para garantir que esses elementos que são característicos da manifestação não tenha esse, não se perca em meio, que eu possa vender, que tu possas vender, mas não que tu possas patentear como seu, porque isso aí vai ferir, a nossa, o nosso, a nossa história como detentor desse conhecimento, dessa, dessa atividade (Valdinete Costa, 2019).

Ainda com receios, pois é uma nova realidade para a comunidade Marabaixeiro que agora tem sua história de vida, seus costumes e práticas culturais tornados Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, ao me deparar com essas entrevistas e também com outros relatos menos formais com outros membros da comunidade, o sentimento de esperança seja muito maior do que os receios, justamente por toda a trajetória do Marabaixo ter sido marginalizada, seja pela Igreja, seja pelo Estado e pelo sociedade em geral, e agora ganhar um lugar de destaque, de reconhecimento. Para essas pessoas, é um grande passo em suas histórias, que são tantas, sejam

lembradas e registradas, não somente num livro institucional, mas, de fato, na história da sociedade amapaense.

Para além dessas entrevistas, e junto com elas, gostaria de finalizar este capítulo levantando algumas reflexões. Deixo claro, que o intuito deste capítulo, foi realizar uma breve discussão sobre a categoria do Patrimônio Cultural além de mostrar as impressões dessas mulheres que fizeram parte diretamente do processo de registro e os seus anseios no que diz respeito a essa nova realidade do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Nesse sentido, percebe-se muitos pontos durante as narrativas de Danniela e Valdinete que podem ser problematizadas, a primeira delas é em relação a transformação do Marabaixo em um “produto” para turismo e sua larga expansão em diversas áreas. É muito interessante ressaltar que isso é muito comum no que diz respeito ao registro e ao tombamento de bens materiais e imateriais se transformarem em locais turísticos, voltados para um “mercado”, por mais que existam limites pré-estabelecidos para que isso não fira de alguma forma a constituição do bem em questão.

É presente nas falas das interlocutoras deste capítulo o seu desejo de que o Marabaixo se expanda, a respeito dessa discussão me reporto a José Reginaldo Santos Gonçalves quando discute sobre os limites do Patrimônio, justamente quando este se encontra com um “mercado” nos âmbitos da chamada modernidade. Ele diz o seguinte:

A própria “inalienabilidade” dos bens que integram os patrimônios pode tornar se uma forma de mercadoria nos contextos contemporâneos, agregando valor aos objetos e transformando-os em alvo de interesse turístico. Este último, embora representado tendencialmente de forma negativa e destrutiva, parece ser, na verdade, uma das fontes para a existência social e cultural do patrimônio (GONÇALVES, 2007, p. 240).

Para entender-se melhor sua linha de raciocínio sobre esse debate, adiante:

(...) relações e valores tradicionais são transformados no mundo do mercado e podem assumir a forma de mercadorias peculiares. Nesse sentido, a própria categoria “mercado” é qualificada pelos bens que vêm a ser reapropriados e classificados como “patrimônio”. Não se trata do mercado em geral, mas paradoxalmente daquilo que poderíamos chamar de “mercado de bens inalienáveis”. Neste, compram-se não os objetos (que devem permanecer, em tese, “inalienáveis”), mas “experiências” por intermédio de imagens sensíveis do passado histórico, das culturas populares, das culturas regionais, dos primitivos, das culturas nativas, das civilizações tradicionais, etc. (GONÇALVES, 2007, p. 242).

O que quero demonstrar está longe de dizer que o Marabaixo irá se tornar apenas um produto a ser comercializado, mas essa possibilidade deve ser pensada, como já dito anteriormente no que diz respeito ao processo de “espetacularização” (CARVALHO, 2010) e é

por isso que a comunidade deve estar munida de consciência e até mesmo das teorias da institucionalidade e dessas novas categorias que possam surgir para saber os seus limites, e saber colocá-los, porque ao percebermos as falas das interlocutoras quando pautam que estabelecerão parcerias com o poder público e iniciativas privadas para a realização de projetos, toda a cautela é necessária. Também não gostaria que tal argumento pudesse de algum modo, retirar a autonomia dessa comunidade em decidir o futuro da manifestação de uma manifestação que é deles.

Nesse sentido, me reporto novamente a Gonçalves, que aponta sobre estes caminhos:

Concomitantemente à formação dessa nova configuração, o mercado vem progressivamente sendo representado não exatamente como um inimigo, mas como um aliado do patrimônio. Empresas participam de “parcerias” com agências estatais, acionando-se recursos privados em favor de projetos públicos de preservação. Organizações não-governamentais elaboram e implementam projetos com apoio do Estado. No entanto, mesmo nesse novo contexto, o “mercado” é representado como algo exterior ao patrimônio, algo que não faz parte de sua natureza e que seria composta pelo que uma antropóloga norte americana chamou de “bens inalienáveis” (GONÇALVES, 2007, p. 240 *apud*. WEINER, 1992).

Gostaria de pautar que o texto de Gonçalves (2007) a que me reporto, discute sobre esses limites entre mercado e patrimônio de bens de categoria mais materiais, mas que diante dos fatos e narrativas a mim apresentadas foi muito pertinente realizar esse deslocamento até o campo da categoria imaterial, que é o enfoque deste capítulo. Dito isto, posso finalizar a respeito dessa discussão especificamente, que apesar dessa possibilidade e dessas relações que muito provavelmente serão estabelecidas entre comunidade e um mercado, haverá linhas tênues que serão mediadas a partir de várias relações de poder entre os envolvidos. Este é um fator a ser levado em consideração.

Outra preocupação que tomou forma durante a análise das entrevistas deste capítulo é como a memória coletiva desses grupos será afetada com o processo de Patrimonialização. É importante ressaltar que esse grupo possui uma memória que foi e é resguardada e transmitida através das gerações. Percebo tanto nas falas de Danniela e de Valdinete a sua seguridade em dizer que o futuro do Marabaixo está garantido, principalmente a partir desse registro, as memórias estariam fazendo parte desse processo, ou de alguma forma essa comunidade considera automática a transmissão cultural a partir do Registro (?). São alguns questionamentos, que de nenhum modo gostaria que ferissem qualquer relação construída ou estivesse duvidando da capacidade da própria força transmissional dessa cultura entre os seus.

Fundamento tal reflexão em Marli Lopes da Costa e Ricardo Vieiralves de Castro (2008), quando abordam sobre a interferências e novas construções. Quanto ao Registro Imaterial, eles dizem:

Patrimonializar uma tradição local atribuindo a ela importância de relevância nacional para a construção da memória, da identidade e da formação da sociedade brasileira por mais venerável que seja, é, de certa forma, expropriar as experiências vivenciadas possibilitando que esses saberes não mais se vinculem às paixões individuais que os mantêm vivos no interior do seu grupo portador (CASTRO; COSTA, 2008, p. 128).

Como afirmei anteriormente, não quer dizer que essas comunidades perderão a sua capacidade de transmissão cultural ou de suas memórias, mas que a dinâmica cultural quando apropriada pela institucionalidade irá se transformar de alguma maneira, e que também faz parte do próprio jogo memorial, os esquecimentos. É uma linha tênue, teoricamente, a prática de tornar-se um bem em Patrimônio Cultural Imaterial é justamente preservar suas memórias, mas com essa interferência algumas delas poderão ser esquecidas. Sobre isso, novamente me refiro a Castro e Costa (2008):

Pensando no interesse que provavelmente esses saberes, costumes e tradições irão despertar na área do turismo, podemos dizer ainda que o registro desses bens possa decretar o fim de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação (CASTRO; COSTA, 2008, p. 128).

Desse modo, analisando as narrativas das interlocutoras aqui apresentadas há uma grande esperança em relação a esse reconhecimento e o quanto ele foi custoso e é motivo de orgulho, de luta e empoderamento dessas comunidades marabaixas, não podemos deixar de olhar as possibilidades e reflexões positivas acerca desse marco.

Por fim, é salutar que se pense a respeito, a teoria é primorosa, mas sabemos que a prática é muito delicada e cheia de jogos de poder que podem ser tanto maléficos quanto benéficos. Não posso julgar o que acontecerá, mas tendo em mente as possibilidades, pode-se assim criar estratégias para construir os limites necessários para que a perpetuação dessa manifestação como um todo — as pessoas, os locais, a materialidade, as memórias e histórias — não cessem, e tal como afirma Bosi (2003) ao dizer que “fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado” (BOSI, 2003, p. 70), mas que tenha seu direito assegurado de se transformar respeitando todas as suas circunstâncias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Hoje dizem que nego é uma estrela
E vive a cintilar na forração do céu
Em noites de Marabaixo ele brilha
Como que prá cegar
O seu amor cruel”
(Música: Mal de Amor;
Composição: Val Milhomem/ Joãozinho
Gomes;
Intérprete: Patrícia Bastos)

Chegando ao final dessa grande jornada, as ponderações feitas aqui terão o intuito de trazer à tona os principais pontos discutidos ao longo deste trabalho e se, afinal, as hipóteses que fomentaram esta monografia se fazem ainda coerentes. Desse modo, gostaria de acrescentar que enveredar pelos caminhos da memória, da história de mulheres e dos patrimônios culturais, não foi tarefa fácil. Estabelecer um diálogo entre estas categorias e conceitos afunilando com o recorte espacial e temporal inscrito num tema tão sensível foi de extensa e dificultosa realização, mas tanto prazeroso

É importante lembrar que o objetivo geral desta pesquisa é a contribuição para a historiografia amapaense e da história das mulheres de uma história do Marabaixo, a partir da perspectiva das memórias de mulheres que nasceram, cresceram e fazem parte dessa manifestação cultural, que se tornou Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

O tema escolhido, revelou um tanto de mim e o tipo de trabalho que pretendo realizar enquanto futura historiadora. Gostaria de afirmar que essa escolha também foi pautada pensando nos tempos obscuros que vivemos atualmente. Me propus a escrever uma versão da história que privilegiasse sujeitos que, de acordo com os poderosos, não merecem estar nas páginas da historiografia. Por isso, as páginas e páginas escritas foram para dizer exatamente o contrário: elas não só merecem como devem estar nas páginas da história, revelando através de suas lutas diárias e suas memórias que foram e são senhoras de seu tempo e que reverberam, através de suas narrativas, como são importantes para contar os outros lados dos processos históricos.

Nos primeiros passos dados, trilhei os caminhos que nos levaram até as histórias de vida de Tia Zezé, Tia Biló e Tia Zefa. Fazendo esse traço nas memórias desde a Vila de São José de Macapá, e seus espaços e lugares de sociabilidades, para entendermos por onde os sujeitos que criaram a manifestação cultural e religiosa do Marabaixo passaram, viveram, fizeram suas rodas e louvaram os seus santos.

Ainda neste primeiro capítulo fiz uma linha do tempo, embora este mesmo termo me cause um desconforto, por razões epistemológicas, ainda sim, foi necessária esticar essa linha para entender que de muito longe vem os toques dos tambores, atravessando o atlântico, nas trocas culturais pelas áreas fronteiriças e também do que se tratava o termo Marabaixo em sua categoria etimológica que tal qual sua origem é tão diversa transformando-se em uma manifestação única.

Finalizando esta primeira etapa, esclareço o porquê de meu recorte temporal e espacial — a partir da década de 1940 e os bairros Laguinho e Favela — que marcam a chegada do primeiro governador do que era o Território Federal do Amapá e o processo de desterritorialização da população negra que habitava a frente da cidade por conta do início do projeto de urbanização do governo que a nível nacional correspondia a um plano de governo para a industrialização e o progresso do Brasil.

A partir desses pontos, podemos perceber que todas as tessituras realizadas por homens e mulheres reverberam ao longo da história e incrustam em suas memórias, momentos bons e aqueles que esperam para ser esquecidos. O momento de desterritorialização talvez seja o mais marcante na vida dessa população, pois este deixou cicatrizes e feridas que ainda podem ser vistas até os dias atuais, lembradas pelas Tias e transmitidos às gerações atuais para que não se esqueça aonde e como foram os rapazes e as moças por esses caminhos sozinhos.

Quando se realiza uma pesquisa que envolva a metodologia da história oral, determinar um recorte temporal é muito delicado, dado que você irá trabalhar com as memórias dos indivíduos e estas não estão configuradas como uma linha do tempo, seguindo uma cronologia, e aí consta o grande desafio. A alternativa, nessa metodologia, é estipular somente ao pesquisador o seu recorte temporal e, a partir deste, formular roteiros abertos que possam passar por ali.

Dito isto, nos segundos passos deste trabalho, quis saber e ouvir sobre as histórias de vida de três mulheres, marabaixeiras: Tia Zefa, Tia Zezé e Tia Biló. As três vivenciaram o fato a que me reporto como decisivo: a retirada de suas famílias da Vila de Santa Engrácia, da Praça de Cima e do Largo São João lugares localizados na frente da cidadezinha de Macapá. E como elas mesmo dizem: uns foram para o Laguinho e outros para a Favela. Com essa separação, também houveram mudanças no seio do Marabaixo, uns ficaram a celebrar somente o Divino Espírito Santo e outros a Santíssima Trindade dos Inocentes.

O ponto deste segundo capítulo foi justamente realizar uma conjunção através da história de vida dessas três mulheres para entendermos suas trajetórias, o processo de urbanização de Macapá e a história do Marabaixo. Essa conjunção feita desde o primeiro

capítulo teve o principal objetivo de fazer entender a hipótese levantada que este trabalho trouxe, a saber: o Marabaixo conta a história de Macapá ou que ambas histórias se misturam formando uma só. Investiguei essa ideia utilizando as narrativas das histórias de vida de Tia Zefa, Tia Zezé e Tia Biló. Pode ser que este mesmo argumento tenha sido utilizado para fomentar outros trabalhos, mas não da forma que fiz, que foi construir através da história destas mulheres uma nova narrativa para este pressuposto.

A partir de suas memórias da antiga cidade e da nova que se formou a partir da chegada de Janary, pude compreender que a história do Marabaixo está intrinsecamente ligada a história de Macapá, haja vista que muitos ladrões que foram escritos e cantados por essa população que está ligada a este território há muito são de situações cotidianas, que vivenciaram, que visualizaram e que foram transmitidas geracionalmente através dos tempos, tempos que são de agora, de um passado relativamente recente ou de quando os primeiros dos seus desembarcaram por aqui.

E como toda história tem seus desdobramentos e não é linear — é o que acredito, nas possibilidades do tempo e do espaço —, para a nossa surpresa do tempo presente, o Marabaixo fora reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Neste terceiro passo, busquei fazer algumas reflexões sobre o termo Patrimônio Cultural e Imaterial e trouxe as experiências de mais duas interlocutoras que foram importantes no processo de Patrimonialização do Marabaixo, Danniela Ramos e Valdinete Costa, que falaram sobre suas impressões a respeito de sua participação nesse processo e suas expectativas frente a essa nova realidade: o Marabaixo como Patrimônio Imaterial.

Ainda que uma categoria cheia de obstáculos a serem rompidos, o Patrimônio Cultural ergue um novo parâmetro para as políticas pública cultural no país, pois alarga o conceito de Patrimônio e nos diz que a subjetividade cultural importa e que os fazeres e os saberes de um povo são tão importantes quanto a materialidade que constroem. No caso do Marabaixo em específico, veio como um modo de legitimação e reconhecido de que essa manifestação cultural é importantíssima para contar a história de um povo e de um lugar, marcado por conflitos, negociações, louvores e saias floridas. A luta é para que esse reconhecimento seja de fato respeitado pelas instâncias locais e que a resistência secular desse povo marabaixeiro seja vista como formadora da identidade do estado do Amapá.

Deste modo, ao longo desses três momentos realizei a conjunção a que me propus: trabalhar com memória, história das mulheres e patrimônio cultural. Em linhas traçadas aparentemente paralelas uma à outra, elas se entrelaçam ao longo deste trabalho com o intuito não somente de provar uma hipótese, mas de falar sobre outros lados de uma história, contada

a partir de outras perspectivas e conceitos e por outros sujeitos: as mulheres presentes neste trabalho.

Atento que mesmo que já se tenha uma bibliografia consistente e considerável sobre o Marabaixo, o recorte proposto neste trabalho sobre uma perspectiva das mulheres a partir de suas memórias a respeito da história desta manifestação que se entrelaça com a história da cidade de Macapá ainda não tinha sido abordada. Portanto, para a historiografia amapaense, ainda muito tímida sobre a história das mulheres, considero que este trabalho seja um registro relevante sobre as movimentações, experiências e narrativas das mesmas.

A partir dessas experiências de escrita e de vivência pude realizar outras reflexões, tais como a diferenças de entendimentos entre as duas gerações de mulheres marabaixas entrevistadas. Ambos os grupos, o primeiro formado por Tia Zefa, Tia Biló e Tia Zezé, percebem o Marabaixo como uma tradição, uma herança de um modo de religiosidade deixada pelos seus ancestrais que elas produziram e continuaram através dos tempos. E o segundo grupo formado por Valdinete e Danniela Ramos, ainda entendem como uma tradição aprendida através da vivência com seus familiares, mas também o compreendem como um modo de resistência e identidade e, a partir disso, construíram práticas ao enfrentamento do racismo e a marginalização que sofreu e ainda sofre a comunidade que pratica o Marabaixo além do reconhecimento deste como elemento formador da identidade cultural do estado do Amapá.

Neste sentido, é importante ressaltar como o registro do Marabaixo foi importante para que esse reconhecimento por parte dos setores institucionais e da sociedade fosse concretizado. É claro que tudo faz parte de um processo e esse trabalho não é automático. É necessária uma rede de forças para que essa comunidade seja amplamente reconhecida como detentora de uma manifestação e de uma história que faz parte da formação do estado do Amapá. Dessa forma, a tarefa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico é subsidiar a comunidade através de suas políticas de preservação, nesse caso das referências culturais. Ainda que sua função seja esta, cada caso é um caso, e de acordo com as entrevistas realizadas com as últimas interlocutoras pude perceber ainda um tom de insegurança em relação a atuação do Iphan.

Ainda nesse sentido, essa relação é conflituosa como todo processo que envolve pessoas com diferentes visões e entendimentos a respeito de uma mesma manifestação. O mesmo pode acontecer com os poderes públicos, como o governo do Estado e prefeitura de Macapá, a mediação entre as partes e esses setores sociais pode ser muito difícil também, visto que as relações de poder são muito mais visíveis.

No mais, somente uma organização focada e baseada em diálogos com a sociedade em geral, políticas públicas efetivas por parte do Estado e que respeitem as singularidades, ideias e

posicionamentos da comunidade marabaixeira serão capazes de realizar com êxito o Plano de Salvaguarda que, em linhas gerais, consiste nas medidas tomadas no sentido de apoiar, de modo sustentável, as condições de existência dos bens registrados como patrimônio cultural brasileiro, neste caso o Marabaixo.

É importante dizer o quanto essas mulheres são importantes para que essa manifestação pudesse sobreviver e resistir para que o Marabaixo pudesse chegar aonde chegou. As suas memórias são verdadeiras armas para o combater uma política institucional racista que há mais de 500 anos vem querendo apagar as marcas deixadas por aqueles que construíram este país. O ato de lembrar e transmitir essas memórias é um ato de resistência, rememorar significa não esquecer daqueles que lutaram, que estiveram aqui e construíram essa história.

Por fim, as possibilidades do tempo e do espaço foram utilizadas para que uma manifestação que sofrera diversos embargos e colocada sob a condição da subalternidade diversas vezes, pudesse ter seu reconhecimento como parte integrante da identidade de Macapá, do Amapá. O que reforça meu argumento, pois mesmo com o passar do tempo e de todas as intempéries, as histórias do Marabaixo e da cidade de Macapá estão tão imbricadas uma na outra que não fora possível se desvencilhar, apenas ceder e entender que fazem parte uma da outra, e que esse reconhecimento, embora tardio, acabou acontecendo pela luta de uma população que desde a pequena Vila de São José de Macapá vem trilhando a partir de suas vivências, seus tambores, saias floridas e ladrões a história de um lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937. Art. 180 da Constituição Federal Brasileira.

BRASIL. Art. 216 da Constituição Federal

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 04 de Agosto de 2000

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer do Relator do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN, Processo no. 01424.000185/2016-18.

Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê do Marabaixo. Macapá, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.. Inventário das referências culturais do Marabaixo do Amapá. Macapá, 2013.

Entrevistas

Entrevista com Josefa da Silva Ramos (Tia Zefa) em 07 de Agosto de 2018

Entrevista com Maria José Libório (Tia Zezé) em 19 de Setembro de 2018

Entrevista com Benedita Guilherma Ramos (Tia Biló) em 21 de Setembro de 2018

Entrevista com Danniela Ramos em 26 de Março de 2019

Entrevista com Valdinete Costa em 27 de Março de 2019

Livros e Artigos Citados

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. **A tradição das tias pretas na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio.** (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados** 17, pp. 198-211, 2003.

- CANTO, Fernando. **O Marabaixo Através da História**. Macapá: Editora Printgraf, 2017.
- CAMBRAIA, Paulo. Os governos territoriais do Amapá e a substituição dos rios por estradas: hidrografia, cultura e progresso. In: OLIVEIRA, Augusto *et al.* **Amazônia, Amapá: escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2009. pp. 143-171.
- CARVALHO, José Jorge de. “Espetacularização” e “canibalização” das culturas populares na América Latina. **Revista Antropológicas**, Recife, ano 14, v. 21, pp. 39-76, 2010.
- COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. **Estudos de Psicologia: UFRJ**, pp. 125-131, 2008.
- CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Nº. 34, pp. 11-26, 2012.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Nº. 34, pp. 147-166, 2012.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DAZZI, Camila. Patrimônio Imaterial: A Representação do Gênero no Espaço da Folia de Reis em Nova Friburgo/RJ. **Revista Extendere**, v.1, nº 1, UERN, Rio Grande do Norte, 2013.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o Profano: a essência das religiões**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de Patrimônio. In: CORSINO, Célia Maria. *et. al.* **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pp. 11-21, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC - IPHAN, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio Cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (org.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 59-79.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2ª ed. Brasília: INL, 1976.
- GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da Matriz Africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, Nº. 35. pp. 215- 225, 2017.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, Nº. 34, pp. 91-112, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 25-33.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima et al. **Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 239-248.

GONÇALVES, Mariana de Araújo. **Enredos da Memória: história e identidade no carnaval das escolas de samba em Macapá (1975/2000)**. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **Amkoullé, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Educação Patrimonial : Manual de aplicação**: Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970)**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos Avançados**, v. 19, nº 53, pp. 259-274, 2005.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Outra Amazônia: os santos e o catolicismo popular. **Norte Ciência**, v. 2, nº 1, pp. 1-26, 2011.

MARTINS, Rostan. **Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?: comunicação e semiótica do Marabaixo**. São Paulo: Scortecci, 2016.

NUNES, Pereira. **O sahiré e o marabaixo: tradições da Amazônia**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1989.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. v. 9 nº18, pp. 09-19. São Paulo, 1989.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açaí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. História, Memória e Poder feminino em Povoados Amazônicos. **Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, v. 1, pp. 01- 10, 2012.

REIS, Joselia Ferreira dos; FREITAS, Rita de Cássia Santos. De Matriz Africana: O papel das mulheres negras na construção da identidade feminina. **Anais eletrônicos/Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 1-9, 2010.

SALLES, Vicente; SALLES, Marena Isdebski. Carimbó: Trabalho e Lazer do Caboclo. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, v. 9, Nº. 25, pp. 257-282, 1969.

SILVA, Sebastião Menezes da. **Curiaú: a resistência de um povo**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Termo de Referência para Salvaguarda de Bens Registrados. Departamento do Patrimônio Imaterial. BAE – Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN. nº. 1093, 2015.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, Folias e Ladainhas: a cultura do quilombo do Criaú em Macapá e sua educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: **Cultura Histórica em Debate**. SILVA, Zélia Lopes (Org.). São Paulo: UNESP, 1995.

Livros e Artigos Consultados

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 155-201.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBERTI, Verena et al. **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) **Usos e abusos da história oral**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, pp. 59-82, 2007.

COSTA, Albertina de Oliveira. Protagonistas ou coadjuvantes: Carlota e os estudos feministas. **Cad. Pesq. São Paulo**, nº 96, p. 66-70, 1996.

COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico de Gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas: Ed. Unicamp, v.11, pp. 127-140, 1998.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CRUZ, Maria Helena Santana. Trabalho e Condições de vida de Mulheres na Realidade Brasileira. In: **Conhecimento Feminista e relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. FERREIRA, Maria Mary. (Org.) São Luís: NIEPEM, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; BITAR, Nina Pinheiro; GUIMARÃES, Roberta Sampaio (orgs.) **A Alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2008.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NETO, Antônio Augusto Arantes. Oportunidades Globais para o Patrimônio Imaterial: novos desafios para as vidas locais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº. 36, pp. 53-93, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, 1993. pp. 7-39.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, Contexto, 2007.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da Memória Social: Uma resenha crítica. In: **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, nº. 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp. 4-23, 2007.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, oralidade, danças e rituais em um povoado amazônico**. Cametá: Paka-Tatu, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário org. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 49-58, 2009.

PISCITELLI, Adriana; KOFES, Suely. Memórias de "Histórias Femininas, memórias e experiências". **Cadernos Pagu**, São Paulo, nº 8/9, pp. 342-354, 1997.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: Um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 121- 149. Jan./jun. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Songiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análises históricas. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, Vol. XVI nº 2, julho - dezembro de 1990.

SCOTT, Joan. Prefácio de Gênero de Políticas da História. **Cadernos Pagu**, nº 3, Campinas/São Paulo, 1994.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. pp. 62-95.

SARTI, Cynthia Andersen. **Contribuições da Antropologia para o estudo da Família**. **Psicologia - USP**, São Paulo, v. 3, nº 1/2, p. 69-76, 1992.

SOHIET, Rachel. Violência Simbólica: Saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 5, n.1, jan. 1997.

SOHIET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27 n° 54, pp. 281-300, 2007.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, n° 3, Campinas/SP, 1994.

WADI, Yonissa Marmitt. História de Mulheres: A problemática das fontes. **Hist. Ensino**, Londrina, v.3, p. 47- 56, abr. 1997. ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). **Memória Feminina: Mulheres na História, História das Mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2016.

APÊNDICES

Modelo 1 de roteiro de entrevista

Roteiro Geral

- 1- Histórias sobre a entrevistada;**
- 2 – Histórias sobre a origem do Marabaixo;**
- 3 - Histórias sobre a ocupação por esse grupo negro urbano na frente da cidade;**
- 4 - Histórias sobre a retirada desse grupo negro urbano da frente da cidade pela política de Janary Nunes;**
- 5 – Histórias sobre a reorganização desse grupo nos bairros Laguinho e Favela;**
- 6 – Histórias sobre os barracões/ Associações;**
- 7 – Histórias sobre o Marabaixo atualmente;**
- 8 - Histórias sobre a Patrimonialização/ Registro do Marabaixo.**

Questões:

Como?

Quando?

Porquê?

Entrevistadas:

Roteiro Parcial:

1- Histórias sobre a entrevistada

- Nós poderíamos começar falando sobre a senhora, seu nome completo, idade, onde nasceu;
- A partir disso, a senhora poderia me contar um pouco sobre a sua família? Quem era seu pai, sua mãe, irmãos e irmãs, tios, tias, avós e avôs?
- O que eles faziam? Trabalhavam onde, como o que?
- Como era o convívio de vocês?
- Seus pais vieram de onde?
- A senhora poderia nos descrever tanto fisicamente como a personalidade dessas pessoas?

2 – Histórias sobre a origem do Marabaixo;

- Quem lhe contava as histórias antigas sobre o Marabaixo? Que histórias eram essas?
- De onde ele veio?
- Como era?
- Qual o motivo do nome Marabaixo? O que significa?

3- Histórias sobre a ocupação por esse grupo negro urbano na frente da cidade;

- Onde a senhora passou a sua infância?

- Como era morar neste local?
- A senhora se recorda de como era esse local? A senhora poderia descrever?
- Como eram realizados os festejos do Marabaixo nesse período? Onde aconteciam?
- Qual era a função do seu pai nas festas? E de sua mãe?

4- Histórias sobre a retirada desse grupo negro urbano da frente da cidade pela política de Janary Nunes;

- A senhora se recorda ou pode nos contar sobre como foi o período do governo do Janary?
- Houve a retirada de pessoas da frente da cidade e realocadas para novos espaços que foram chamados de Laguinho e Favela (Santa Rita), a senhora vivenciou esse processo? A senhora pode nos contar como foi?
- Se não, conheceu alguém que vivenciou?
- Quantos anos a senhora tinha nesse período?
- Dependendo da idade, qual a sua ocupação? O que fazia?
- A festa do Marabaixo foi afetada por esse acontecimento?
- Deixaram de realizar em algum momento?

5 – Histórias sobre a reorganização desse grupo nos bairros Laguinho e Favela;

- Se ela passou pelo processo de retirada:
- A senhora poderia descrever esse espaço pra onde se mudou?
- Onde a senhora passou a morar como seus familiares?
- Dependendo de onde ela more:
- Qual o motivo do nome Laguinho?
- Por que o nome Favela?
- Depois dessa mudança, onde passaram a ocorrer os festejos do Marabaixo?
- O que as pessoas da época achavam do Marabaixo?
- O que a Igreja achava?
- E o governo da época (Janary Nunes)?

6 – Histórias sobre os barracões/ Associações;

- Quando começou a ser construído o barracão x (nome do barracão que ela frequenta) ?
- A senhora se recorda do primeiro festejo que aconteceu nesse barracão?
- Qual a senhora frequentava mais?
- Como eram os preparativos do festejo?
- A senhora ficava animada ou na expectativa de festejar o Marabaixo?
- O que a senhora fazia e gostava de fazer durante a festa?
- O que tinha antes que hoje não tem mais no Marabaixo?
- A senhora compôs algum ladrão?

Modelo 2 de roteiro de entrevista:

Roteiro Geral:

1- Histórias sobre as entrevistadas;

2- Histórias sobre a Patrimonialização e Registro do Marabaixo;

Entrevistadas:

Roteiro Parcial:

1- História sobre as entrevistadas;

- Nome completo, onde nasceu, idade;
- Me conta um pouco sobre a sua família? Quem é seu pai, sua mãe, irmãos e irmãs, avôs e avós?
- O que eles faziam? Trabalhavam onde, com o que?
- Como é ou era o convívio de vocês?
- Seus pais vieram de onde?
- Me conta um pouco sobre a sua relação com o Marabaixo?
- O que o Marabaixo significa pra você? Qual a importância dele na sua vida? Você poderia descrever esse sentimento?

2- Histórias sobre a Patrimonialização e Registro do Marabaixo;

- Em que momento você teve contato ou passou a reconhecer os termos “Patrimônio” ou “Patrimônio Cultural”?
- O Marabaixo foi registrado como Patrimônio Cultural Brasileiro, o que você entende por Patrimonialização e Registro de bens culturais?
- Quais são os lados positivos desse acontecimento? Você consegue vislumbrar lados negativos?
- Você esteve a par do processo de Patrimonialização ou Registro? Se sim, poderia me descrever como se deu esse processo?